

Roberto
Saturnino Braga



O curso das
Ideias

**História do pensamento político
no mundo e no Brasil**

PUBLISHER
BRASIL



EDITORA FUNDAÇÃO
PERSEU ABRAMO

O curso das

Ideias

**História do pensamento político
no mundo e no Brasil**

Roberto Saturnino Braga

prefácio de Afonso Arinos de Melo Franco

O curso das **Ideias**

**História do pensamento político
no mundo e no Brasil**

Roberto Saturnino Braga

prefácio de Afonso Arinos de Melo Franco

1ª edição

São Paulo, 2009



EDITORA FUNDAÇÃO
PERSEU ABRAMO

PUBLISHER
BRASIL

Copyright © 2009 Publisher Brasil
Copyright © 2009 Fundação Perseu Abramo

Editor
Renato Rovai

Coordenação editorial
Carlos Rizzo

Preparação dos originais
Flamarion Maués

Capa, projeto gráfico e diagramação
Carmem Machado

Revisão
Edméa Neiva

Este livro obedece às novas regras do Acordo
Ortográfico da Língua Portuguesa.

Fundação Perseu Abramo

Diretoria
Presidente: Nilmário Miranda
Vice-presidente: Elói Pietá
Diretores: Selma Rocha
Flávio Jorge
Iole Ilíada
Paulo Fiorilo

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial
Rogério Chaves

Assistente Editorial
Raquel Maria da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Braga, Roberto Saturnino

O curso das ideias : História do pensamento político no mundo e no Brasil / Roberto Saturnino
Braga. – 1. ed. – São Paulo : Publisher Brasil e Editora Perseu Abramo, 2009.
120p

ISBN 978-85-85938-57-4

ISBN 978-85-76430-72-8

1. Ciência política - história. 2. Democracia. 3. Ciência política - Brasil. 4. Socialismo.
5. Neoliberalismo. 6. Positivismo. I. Título.

CDU 32(091)

CDD 820.09

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

São Paulo, 2009

PUBLISHER BRASIL
Rua Bruno Simoni, 170 – 05424-030
Pinheiros – São Paulo (SP)
Tel/fax: 55 11 3813.1836
livros@publisherbrasil.com.br
www.publisherbrasil.com.br

EDITORIA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
Rua Francisco Cruz, 224
04117-091 – Vila Mariana – São Paulo (SP)
Tel: 55 11 5571.4299 – Fax: 55 11 5571.0910
editora@fpabramo.org.br
www.fpabramo.org.br
www.efpa.com.br

Sumário

Prefácio	9
AS IDEIAS POLÍTICAS NO MUNDO	13
As ideias políticas em consonância com os sentimentos de época	
I O primeiro momento – A fala livre e o despertar da razão – A busca da virtude e da felicidade	15
II O grande momento da fé (a cristandade e o islã) – A verdadeira vida após a morte	20
III O momento da ciência surgente, da observação da realidade, da verdade científica	24
IV O momento da liberdade e da cidadania – Direitos da democracia	27
V O momento da exigência de igualdade e de justiça – A definição e a construção do socialismo – Os utópicos, Hegel e Marx – A social-democracia europeia e a Revolução Soviética	43
VI Outras ideias políticas do século XX – A obra de Max Weber – O nazifascismo	52
VII O momento atual – Neopositivismo, neoliberalismo, Rawls e Habermas	54
VIII A história do futuro	67
AS IDEIAS POLÍTICAS NO BRASIL	71
I A Independência e a fundação do pensamento brasileiro – José Bonifácio	74
II O Segundo Reinado, a consolidação da unidade nacional e a luta contra a escravidão – Pedro II e Joaquim Nabuco	79
III A república e o positivismo brasileiro: a figura dominante de Getúlio Vargas	85
IV O marxismo brasileiro	92
V O relâmpago do integralismo	93
VI O desenvolvimentismo, o ISEB e os economistas do grupo BNDE-CEPAL	96
VII A Escola Superior de Guerra	99
VIII A política de Relações Exteriores	100
IX O neoliberalismo e o momento atual	102
Bibliografia	107

Agradecimento a
César Guimarães
Dora Henrique da Costa
Luiz Alfredo Salomão
Pelos comentários e sugestões
que enriqueceram este texto.

Prefácio

Com O curso das ideias – história do pensamento político no mundo e no Brasil, Roberto Saturnino Braga não só atinge em cheio o objetivo que se propusera como, ao expô-lo, pinta, involuntariamente, um autorretrato preciso do que tem sido a sua vida pública e privada, de correção e idealismo exemplares.

Lembro-me dele no colégio, com a namorada de sempre. E, desde então, Roberto reconhece haver nesta sua “longa vida política, [...] marcada por uma adesão clara ao ideário socialista, [...] uma crença no desenvolvimento moral da humanidade [...], nessa ideia de desenvolvimento, de evolução, de aperfeiçoamento, que é uma ideia intrinsecamente cristã”; desejo de viver em uma “sociedade verdadeiramente justa, que garantisse a igualdade estrutural, de oportunidades, entre os homens”.

A revolução socialista oprimiu e brutalizou, mas, por outro lado, “obrigou o capital a fazer concessões ao mundo do trabalho e da pobreza, que acarretaram experiências politicamente muito ricas, como a socialdemocracia europeia (uma evolução democrática em direção ao socialismo), o desenvolvimentismo latino-americano e a descolonização da África e da Ásia”. Ao passo que, para o autor – com a experiência de economista qualificado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – os liberais tendem a “produzir crescimento econômico permanente, no pressuposto de que este é o grande anseio da humanidade, mesmo a custos ambientais crescentes e sem nenhuma discussão sobre a qualidade e a melhor distribuição dos seus

benefícios”. Assim, para inverter essa “tendência à concentração de renda e poder, com o conseqüente alargamento da exclusão social”, cumpre retomar as “funções econômico-sociais do Estado, e a implementação de políticas públicas de cunho redistributivista”.

Partindo da tríade clássica dos filósofos gregos, Roberto Saturnino destaca a importância de o governo ser “constitucional, em cada caso um governo regido por leis, e não pela vontade livre dos governantes”. Foi essa a forma como o vi atuar desde que, juntos, estivemos entre os fundadores, no Congresso Nacional, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se opôs à ditadura militar estabelecida em nosso país. Para ele, “tornou-se impensável substituir a democracia por qualquer outro sistema de governo que não confira ao povo em geral, [...] sem distinção qualquer de classe, raça, sexo, credo, [...] os direitos de cidadania e a palavra final nas decisões políticas”. Por isso, “nenhuma ditadura é hoje aceitável, pela sua própria essência autoritária. Nenhuma ditadura [...] tem condições de garantir a realização de uma sociedade verdadeiramente emancipada, livre e justa”.

Saturnino, citando Montesquieu, recorda que “a república seria o governo dos homens, cujo princípio era a virtude dos cidadãos”. Princípio do qual nunca se afastou, ao prescrever, como Rousseau, que o homem retome a liberdade, mas restabeleça, também, a igualdade, obrigando-se a obedecer à vontade geral, que é a vontade de todos os cidadãos, e a seguir a vontade da maioria. Fixa, aqui, sua adesão invariável ao socialismo democrático, enquanto reconhece que a representação, necessária à democracia, não deixa de distorcer a vontade geral. Mas busca corrigi-la por meio do controle exercido pelos poderes entre si, contribuição mestra da Constituição norte-americana. Importante é que a opinião pública vise ao bem comum, na linha do pensamento da doutrina social cristã, e, hoje, da filosofia de Habermas, buscando um “progresso que não é o científico-tecnológico, de domínio da natureza, mas o progresso ético do amadurecimento em direção à emancipação do ser”.

Não obstante as nítidas opções ideológicas que Saturnino professa e confessa (e com as quais me solidarizei, a ponto de haver ingressado um dia, pela sua mão, no Partido Socialista Brasileiro), a isenção política, a moderação e a tolerância por ele sempre praticadas se evidenciam, neste livro, pela

aceitação do “sentimento mediador caracteristicamente brasileiro”, que, entre nós, “sempre buscou realizar a conciliação de opostos políticos”; pela avaliação de ter sido o Segundo Reinado “a grande etapa da construção nacional do Brasil”; pelo reconhecimento de que “a república foi, de fato, um golpe militar desfechado somente na capital”; pela afirmação de que “Vargas não era um democrata, nunca teve compromisso com as exigências da democracia liberal”, mas sim, até sua morte trágica, “com a austeridade republicana, com a formação moral e cultural do povo sob a tutela organizadora e provedora do Estado, que abrangeria, também, o desenvolvimento da economia”.

As observações de Saturnino Braga sobre as relações exteriores do Brasil, com referência ao Itamaraty, “visto com respeito em qualquer parte do mundo e em qualquer momento, em razão de uma linha de ação de forte coerência e de brilhante sustentação das suas posições”, e, particularmente, ao papel nelas desempenhado por Afonso Arinos, na condição de iniciador da chamada “política externa independente”, são de tal generosidade que, como diplomata e como filho, me sinto pouco à vontade para comentá-las.

Ele assinala, enfim, na presente conjuntura política entre nós, o exemplo singular de um país que, ao elevar um operário à presidência da república, instalou “a classe trabalhadora no palco das decisões políticas nacionais; [...] estancou o processo de privatizações, [...] retomando a prática do planejamento, das políticas públicas setoriais, a função desenvolvimentista das empresas estatais [...], e a intervenção econômica de cunho social, por meio de uma série de programas de redistribuição que, pela primeira vez, estão mudando substancialmente o perfil da distribuição de renda no Brasil, e, conseqüentemente, a estrutura produtiva voltada para o atendimento de uma nova demanda”.

Essas são aspirações de um homem público que tem pautado sua vida, dentro da mais rigorosa integridade, pela busca do bem coletivo; de um político cujo exemplo serve, ao mesmo tempo, de modelo e de escarmento para uma atividade em que representantes com o seu caráter já iluminaram nossa história, e nela constituem, hoje, raras e honrosas exceções.

Afonso Arinos de Melo Franco

AS IDEIAS POLÍTICAS NO MUNDO

As ideias políticas em consonância com os sentimentos de época

Este texto não é o de um compêndio de finalidade acadêmica, mas um livro para leigos; especialmente para políticos, eu diria, militantes e interessados na política. É um simples roteiro que elaborei para balizar apresentações orais condensadas (aulas e debates), que fiz em várias oportunidades, em cursos de formação política, sobre o desenvolvimento das ideias políticas ao longo da história da humanidade ocidental. Segui a evolução dos fatos históricos e dos sentimentos e opiniões predominantes em diferentes momentos dessa história, o chamado “espírito do tempo”. Sempre referida ao Ocidente. E com um enfoque específico sobre a história do Brasil e suas ideias políticas, apresentado na segunda parte.

Sou político, não sou acadêmico. Sempre achei imprescindível, para os militantes políticos, conhecer um mínimo de história das ideias e de filosofia política. Tendo militado ao longo dos últimos 50 anos, interessei-me durante todo esse tempo pelo tema da evolução dessas ideias. As causas dessa evolução, que os cientistas sociais buscam em profundidade, e os marxistas vinculam à infraestrutura dos diversos modos de produção usados ao longo da história, não são abordadas neste meu Roteiro. Meu interesse é eminentemente político, não científico; procurei captar sempre o sentido do processo de evolução na esfera política, para atuar sobre ele com a consciência de que cada ação pontual está sendo precursora de outras ações que virão a seguir. Essa minha longa vida política, entretanto, foi sempre marcada por uma adesão clara ao ideário socialista – hoje sou filiado ao PT –, e este Roteiro,

por conseguinte, deve ter sido vincado por este viés, por mais que me tenha esforçado por construir uma apresentação isenta de facciosismo.

A história mostra, para mim, uma evolução das convicções políticas, dos modos de pensar, paralela à evolução dos fatos e dos sentimentos da humanidade. E ao apontar essa evolução, a história mostra um processo de desenvolvimento das ideias, e também dos sentimentos em seu conjunto (o “espírito” de cada tempo), que tem claramente um sentido de amadurecimento e mesmo de aperfeiçoamento dessas ideias e desses sentimentos segundo uma perspectiva humanística e moral. Ao dizer isso, reconheço que há aqui uma crença de natureza quase transcendental, uma crença no desenvolvimento moral da humanidade. Sei da dimensão polêmica do que digo, e não tenho prova nenhuma, é algo que transcende o campo da ciência em direção ao campo da revelação, e se desvenda no meio do caminho. Assim, eu creio porque “vejo” este desenvolvimento moral: escravidão, crucificação, empalamento, apedrejamento, morte na fogueira, despotismo, absolutismo, tortura e outras coisas que tais eram comuns e mesmo institucionalizadas no passado; hoje causam horror. Isso para não falar de práticas ainda mais bárbaras, de milênios anteriores, como o sacrifício de crianças para agradar os deuses. A sensibilidade humana apurou-se e aperfeiçoou-se ao longo dos séculos. Propósito de alguma transcendência, introduzido na programação genética do homo? Resultado de um processo seletivo entre as sociedades em disputa? Não posso nem quero entrar neste campo polêmico, não importa para os fins deste Roteiro. Entretanto, menciono que os biólogos evolucionistas hoje acreditam num desenvolvimento da moral resultante do próprio processo de seleção natural: na evolução do homo, aqueles grupamentos que estabeleciam regras de natureza moral e solidária na convivência dentro do grupo teriam tido vantagens na luta pela sobrevivência sobre os que continuavam com o comportamento animalesco do egoísmo selvagem. Repito, porém, que não vou entrar nessa discussão. Quero só afirmar que eu creio num aperfeiçoamento de caráter moral ao longo dos milênios de humanidade. Um processo que se pode representar como uma caminhada que antecede a própria aparição do homo, na qual ele se integrou e dá prosseguimento, sem preocupação de definir um fim, um “ômega”, mas simplesmente de caminhar numa certa direção convergente com esta do aperfeiçoamento moral.

Certamente este desenvolvimento não é retilíneo nem contínuo, há avanços e recuos; há meandros que se percorrem. E pode haver grandes períodos de estagnação: é comum citar-se a Idade Média como um enorme tempo histórico de estagnação, e até de recuo ou de trevas, sucedendo ao grande brilho da Antiguidade greco-romana. Mas é possível vê-la também como um período de longa maturação dessa própria ideia de desenvolvimento, de evolução, de aperfeiçoamento humano, junto com a consideração de uma igualdade essencial do homem perante Deus, de uma igual dignidade da pessoa humana perante Deus, que são ideias intrinsecamente cristãs, que os antigos não tinham, nem gregos, nem romanos, nem judeus. Os gregos, por exemplo, não atribuíam nenhuma condição de dignidade humana aos escravos, como os romanos, e pensavam a história em termos de ciclos que se repetiam infinitamente. Desenvolvimento, evolução linear, aperfeiçoamento da humanidade e dignidade do ser humano enquanto tal são ideias cristãs amadurecidas ao longo dos vários séculos da Idade Média. Eu creio nesta evolução, repito, e me sinto cristão. E este Roteiro se orienta por ela. Mas é crença mais do que ciência, deve ser dito preliminarmente.

I. O primeiro momento – A fala livre e o despertar da razão – A busca da virtude e da felicidade

1. Grécia clássica – Sócrates, Platão e Aristóteles

Ideias políticas são parte da filosofia – isto é, do saber, da investigação pela razão e do pensamento sistematizado sobre a realidade do mundo e sobre o ser do homem: comportamento, deveres, moral, valores, crenças, sentimentos, sentido da vida, prazer, felicidade. E a filosofia começou com os gregos, na cidade grega, cujas condições de vida estimularam essa atividade espiritual ao instaurar a liberdade da fala entre os cidadãos. O diálogo e a discussão em público passaram a ser atividades intensas dos cidadãos, que

tinham escravos e dispunham de tempo, ócio, para se dedicarem ao hábito do pensamento e do debate livre, na praça, onde tratavam das decisões políticas e da meditação filosófica.

Antes dos gregos, a humanidade, do Ocidente ao Oriente Médio, não formulou ideias políticas: egípcios, babilônicos, assírios, persas, judeus fizeram política, construíram civilizações e impérios, organizaram grandes populações, exerceram atividades de poder, criaram grandes religiões que estabeleciam regras de conduta, sistemas éticos, mas não formularam ideias políticas, discussões teóricas sobre o tema da política e do poder. O poder estava sempre associado a um tipo de representação divina e não comportava discussão à luz da razão. A palavra não era livre, mas severamente coarctada pelas regras rígidas do poder hierático.

Os gregos iniciaram esse debate livre de ideias seis ou sete séculos antes de Cristo. Depois de filosofarem sobre o mundo (cosmo), sua espantosa natureza, suas origens, as causas primeiras, começaram a discutir publicamente o ser do homem na comunidade, na cidade (pólis), a questão da felicidade, da vida boa para o homem, a vida feliz, os sentimentos, os valores e as virtudes importantes para a consecução da vida feliz, as relações entre os homens, o poder e suas condições de exercício, suas formas.

As vicissitudes políticas que se desdobraram debaixo dessa discussão resultaram num apogeu de governo autônomo e comunitário em Atenas no século V a.C. , o grande auge da democracia ateniense, magnificamente retratado no “Discurso de Péricles”, noticiado pelo historiador Tucídides, no qual o grande líder apresenta e louva as virtudes e a superioridade da vida da cidade sob aquela forma de governo em suas diversas faces.

Esse debate político-filosófico ganhou intensidade maior e espraiamento no mundo grego sob a liderança de Sócrates, a figura de fundador de Escola que não deixou obra escrita, mas discípulos que o immortalizaram.

Sócrates estabeleceu uma relação causal entre a felicidade e virtude, aquela obtida através desta, e até identificada com ela, felicidade e virtude (ética), e esta, por sua vez, originada do conhecimento, da razão, atributo essencial do homem.

Platão, discípulo maior de Sócrates, entronizou a figura do mestre nos seus “diálogos”, e preconizou, ele mesmo, a ideia política superior do rei filósofo.

sofo, isto é, a fórmula do poder exercido monarquicamente por um homem dotado de conhecimento, razão e, por conseguinte, virtude.

Platão repudiava a democracia, sistema já praticado em Atenas no seu tempo, e louvado por Péricles no famoso discurso, por temer as decisões frequentemente irrefletidas da massa popular, que tinham levado, por exemplo, (terrível), à enorme injustiça da condenação de Sócrates à morte. Platão pretendeu pôr em prática sua ideia de rei filósofo, com a tentativa de ser conselheiro e mestre de um tirano de Siracusa, fazendo-o modelo daquele governante esclarecido e virtuoso. O fracasso foi completo e quase lhe custou a vida.

A principal obra de Platão no campo da política é *A República*, um extenso diálogo em que ele expõe seu modelo teórico de uma república ideal, com instituições muito próximas de um regime radicalmente comunista, governada por reis sábios e virtuosos.

Aristóteles, pensador grego contemporâneo de Platão, porém mais jovem, foi preceptor do imperador Alexandre e deixou escrita extensa obra de cunho filosófico. Obra esta tão ou mais importante que a de seu predecessor no que respeita à influência que teve na história do pensamento ocidental. Foi também, pode-se dizer assim, o primeiro cientista da humanidade, pela forma como procedia à investigação de um campo do saber, como fez, por exemplo, na biologia. Não discordava da conexão, estabelecida por Sócrates e reforçada por Platão, entre felicidade, virtude e conhecimento pela razão, e aprofundou a investigação sobre as virtudes, e também sobre as formas de governo, classificando-as e apontando predicados, valores e defeitos de cada uma delas com verdadeiro espírito científico. Sua obra clássica neste campo é *Política*, compêndio de classificação e descrição das diferentes formas de governo.

A política, para Aristóteles, era parte da ciência da felicidade, da vida boa (feliz), que devia ser o principal objetivo da investigação filosófica. A política era a segunda parte desta ciência, sendo a primeira a ética (*Ética a Nicômano* é outra obra fundamental dele nessa busca). Para escrever sua obra especificamente política, Aristóteles fez o levantamento de todo o saber existente até então, a começar por todas as Constituições conhecidas e seus resultados, e todas as opiniões e propostas apresentadas por pessoas que haviam estudado o assunto, como Platão em *A República*, que recebeu grande destaque, obviamente.

O estudo de Aristóteles é minucioso, amplo e profundo sobre todos os aspectos da política. Começa analisando as relações entre os homens dentro da cidade; entre homens e mulheres e crianças dentro da família; entre senhores e escravos, chegando a justificar a escravidão como necessária (toda economia precisaria de escravos para produzir) e até como justa, na medida em que, havendo algumas pessoas feitas, por natureza, para comandar e outras para obedecer, as feitas para obedecer seriam escravas por natureza, e seria melhor para elas mesmas a condição de escravidão; o interesse, no caso, seria comum entre senhores e escravos.

Aristóteles discorre cuidadosamente sobre a economia da cidade, e sobre a arte de enriquecer, definindo as três fontes principais de riqueza: a agricultura, o comércio e o empréstimo de dinheiro – valendo ressaltar que, 2.200 anos antes de Marx, ele distinguiu o valor de uso das coisas do seu valor de troca em dinheiro. Assim como, logo ao início da investigação, propôs, 2.000 anos antes de Descartes, adotar o método de decompor o problema em suas partes mais simples.

Investiga a questão da propriedade, criticando a proposta meramente teórica, ideal e irrealista de Platão de propriedade comum de todas as coisas, até mesmo das mulheres e crianças; mas preconiza uma distribuição sem muitas desigualdades entre os cidadãos, não só da riqueza e das terras, como da educação e das honrarias. Bem entendido que essa distribuição se refere sempre aos cidadãos da pólis, ficando de fora de todas as considerações os escravos, e também as mulheres e os estrangeiros.

A análise das formas de governo é rica e minuciosa, ressaltando, com espírito científico, “neutro”, vantagens e desvantagens de cada uma das três formas puras: a monarquia – governo de um só, alguém que possui qualidades reconhecidamente melhores do que todos; a aristocracia, ou governo dos melhores, poucos cidadãos que se destacam por virtudes e capacidade de discernimento; e o governo de todos os cidadãos, que ele chama de governo constitucional, que pode assumir a forma de democracia, ou governo dos pobres, que seria uma degradação do governo de todos. Dedicou um capítulo especial à definição de cidadão, que pode variar em cada Constituição, sendo sempre homem adulto, filho de cidadão e cidadã.

Aristóteles, ao contrário do idealismo de Platão, manifesta uma preocu-

pação constante com a realidade das coisas, afirmando que importa menos discutir o melhor governo do que o governo mais viável, exequível dentro de cada realidade. Mostra discreta preferência pela aristocracia, o governo dos melhores, mas destaca a importância de ser um governo constitucional, em cada caso, um governo regido por leis e não pela vontade livre dos governantes. Ele condena fortemente as formas distorcidas, falsificadas, de cada espécie: a tirania em vez da monarquia, a oligarquia, dos poucos ricos, em vez da aristocracia dos melhores, e a democracia dos pobres, da massa que não tem tempo para pensar, para se informar e discutir as decisões, porque luta diariamente pela sobrevivência.

O âmbito da política é sempre a cidade, a pólis grega (origem da palavra política), que é a comunidade das famílias, no seio das quais impera o comando do chefe, homem, gestor da educação das crianças e da economia doméstica. A cidade compreende o território que a envolve, onde se pratica a agricultura, essencial à sua economia e à sua sobrevivência.

A Política dedica atenção especial à questão da felicidade – aquela do ser humano, do cidadão, e a da cidade –, identificando muito as condições de ambas e ligando-as pela exigência do desenvolvimento das qualidades morais em ambos os casos (as virtudes). Discute também as causas do descontentamento e da revolução numa cidade, deflagrada às vezes por motivos insignificantes, mas movida sempre por grandes interesses. Destaca a importância de cuidar bem dos pobres, especialmente nas oligarquias. As oligarquias e as tiranias seriam as formas mais sujeitas à revolução.

A questão da educação é a última tratada cuidadosamente no livro, discutindo o conjunto das matérias que devem compor a educação dos cidadãos e ressaltando a importância de ser a mesma para todos, ministrada pelo poder público.

2. Roma – A república romana

A república romana não se destacou na formulação de novas ideias políticas, mas seguiu as que havia herdado da Grécia clássica e aprofundou o trabalho de institucionalização do modelo republicano, especialmente no

campo do direito, das normas jurídicas capazes de materializar o ideal da justiça com plena legitimidade. A grande contribuição intelectual do gênio político dos romanos foi a elaboração do Direito Romano. A palavra de Cícero, o grande orador do Senado romano, é sempre citada como uma contribuição significativa na busca da realização do ideal de justiça.

O império nada acrescentou em relação à república em matéria de ideias; demonstrou a eficácia da sua organização e do seu pragmatismo na administração da imensidade territorial que abrangeu.

II. O grande momento da fé (a cristandade e o islã) – A verdadeira vida após a morte

1. Santo Agostinho

No Império Romano cristianizado, a partir de Constantino, a religião cristã incorporou-se às atividades do Estado e da política. Não se formularam novas ideias políticas, e o pensamento seguiu diretrizes definidas no início do século V por Santo Agostinho, pelas quais a “Cidade de Deus”, aquela da vida eterna e da felicidade perfeita, é que deveria ser buscada durante a vida passageira e ilusória na Terra. Ela (a Cidade de Deus) não tinha nada a ver com aquela cidade dos homens que buscava o bem-estar do povo na soberba da grandeza e da riqueza (Santo Agostinho pensava em Roma), mas podia revelar que a piedade e a bondade dos governantes terrenos eram capazes de trazer mais felicidade a eles e ao próprio povo. Em sua obra mais próxima à política, A Cidade de Deus, no capítulo III do Livro IV, chega a dizer que “o bom, embora escravo, é livre; o mau, apesar de rei, é escravo”.

2. A filosofia na Idade Média

No longo período histórico que se seguiu à derrocada do Império Romano, até o surgimento dos modernos Estados nacionais, a filosofia em geral, a meditação fundada na razão e na observação do mundo real, incluindo obviamente a filosofia política, esteve adormecida sob o manto religioso, dominada pela fé, pela revelação e pelo pensamento da Igreja Católica, que menoscabava a vida do homem na terra, vista como mera peregrinação.

Esta predominância absoluta da fé religiosa abriu caminho para uma concepção que não existia no mundo antigo, a ideia de uma história linear até o Juízo Final, uma história não mais cíclica e repetitiva como pensavam os gregos, mas uma história da espécie humana criada por Deus que tinha um sentido direcionado para um fim: a perfeição da vida eterna no Céu. O sentido da vida humana na terra seria o esforço para o aperfeiçoamento moral deste ser criado por Deus à sua imagem e semelhança.

Outra ideia mestra, de forte conteúdo político, introduzida no pensamento ocidental pelo Cristianismo foi a da igualdade entre os homens. Não era ainda uma igualdade na terra, na vida terrena e passageira, mas era uma igualdade essencial de todos os seres humanos perante Deus, ideia que não estava presente na filosofia da Antiguidade e que, a partir do Renascimento e do Iluminismo, vai evoluir para a igualdade original de todos, mesmo na vida terrena. O Cristianismo introduziu também, por esta mesma perspectiva da igualdade perante Deus, o conceito e o respeito à dignidade essencial de todos os seres humanos, germinando a grande realização ética da humanidade, que foi a concepção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

A desestruturação do mundo político ocidental, a pulverização do poder e a cristianização dos povos nórdicos (os bárbaros), que haviam subjuga-do a força de Roma, sedimentaram esse domínio religioso. A ordenação de toda a vida humana no Ocidente passou a ser feita pela fé católica, sendo o poder político exercido por soberanos locais, fortificados em seus castelos, crescentemente influenciados (ou mesmo submetidos) aos grandes poderes do Papado e do Sacro Império.

Ocorreu então uma profunda desvalorização do mundo real, interpretado sempre como manifestação da ordem divina, por meio de sinais de todo

tipo, símbolos, avisos, alegorias, efígies, emanados do mundo divino, transcendente, o mundo verdadeiro. Ocorreu, assim, uma dissolução, ou melhor, uma subsunção, da filosofia pela teologia; e os padres da Igreja, especialmente Santo Agostinho, dominaram inteiramente o pensamento ocidental. Platão, com seu idealismo que afirmava um princípio unificador, foi facilmente assimilado por esse pensamento teológico. Aristóteles, que podia ter perturbado essa unificação, só era conhecido pela sua Lógica, traduzida por Boécio. Mil anos se passaram sem qualquer elaboração filosófica que não de caráter teológico. No que tange à filosofia política, nenhuma obra poderia ser citada, a rigor nem mesmo A Cidade de Deus, que trata da política apenas para exemplificar os desacertos e a desimportância da cidade dos homens.

A partir do século VIII, o norte da África e a Península Ibérica foram dominados pelo Império Árabe, também como Estados religiosos, com pensamento e atividade política igualmente submetidos aos preceitos da religião, no caso, as regras do Islamismo estabelecidas no Alcorão.

Somente no século XII começaram a surgir, e lentamente maturar, os primeiros fatores que iriam agitar e alterar a sólida e plana estabilidade medieval. O primeiro é o ressurgimento e o vagaroso crescimento das cidades, locais de convívio e aglomeração humana, que propiciavam a troca de opiniões e de ideias entre pessoas que não estavam com seu tempo todo ocupado pelas tarefas do cultivo da terra e da defesa dos feudos.

O segundo fator é o surgimento e o desenvolvimento contínuo das universidades, a partir da fundação de escolas anexas às catedrais e abadias, que trouxeram para as cidades – e deram acesso ao público leigo – o saber antes concentrado e confinado nos conventos. Dotados de um grau de liberdade de fala surpreendente e extraordinário para o seu tempo, esses novos centros de saber, paradoxalmente defendidos pelos papas, suscitaram um interesse febril nas novas elites urbanas, e se constituíram na grande alavanca do pensamento ocidental que se ia ali recriando. A Universidade de Paris, estimulada pelos reis de França, que perceberam sua importância, teve um destaque especial, como o maior centro do pensamento europeu naqueles tempos, sobrepujando bastante outras de relevo, como Bolonha e Oxford.

O terceiro fator foram as traduções de Aristóteles, feitas com base nos sábios árabes e profundamente estudadas e comentadas nas universidades.

Aristóteles, com a gigantesca força de convencimento do seu pensamento pagão, força da razão, foi a revolução que fez renascer a filosofia no Ocidente. São Tomás de Aquino, a grande e portentosa figura do pensamento cristão ao lado de Santo Agostinho, ocupou todo seu imenso esforço criativo para fazer a compatibilização, absolutamente necessária naquele momento, da teologia católica com a obra de Aristóteles.

A revolução no pensamento foi feita e continuou abrindo sendas, apesar da dogmatização de Aristóteles empreendida pelos escolásticos segundo o costume da época. Essa dogmatização contrariava frontalmente o próprio espírito científico do grande filósofo grego, que preconizava não o dogma, mas o estudo da realidade com base na experiência dos sentidos. Uma dessas sendas que continuavam se abrindo foi encontrar a força da lucidez e do caráter de Galileu, o primeiro pensador a enfrentar o dogma e o poder da Igreja.

Não havia propriamente pensamento político, mas as ações políticas se processavam, obviamente, sob a tutela da teologia católica, resultando a crença de que os detentores do poder tinham a chancela de Deus.

Juntamente com as cidades, crescia a burguesia e o comércio, crescia o capitalismo mercantil e financeiro, e paralelamente a essa expansão se foram criando grandes e novas estruturas de poder, os Estados nacionais. Estes – os Estados nacionais – eliminavam e absorviam o poder dos senhores feudais que, durante séculos, haviam garantido a segurança das populações no estado caótico que tinha sucedido a derrocada romana. Surgiu a monarquia absoluta, aliada e financiada pelos donos do capital, e legitimada pela crença popular na origem divina do poder. Era a filosofia política da época, expressão do espírito de todo aquele tempo.

O século XV é normalmente considerado como aquele em que se extingue a Idade Média, esse longo período histórico de cerca de 11 séculos, que vai da derrocada do Império Romano já cristianizado até a maturação do movimento renascentista, e durante o qual o ideário da política viveu um momento eminentemente religioso. Foi o século, também, este XV, da invenção da imprensa e das grandes navegações que descobriram o Novo Mundo. Foram eventos que anunciaram a grande virada da história que estava acontecendo e se completaria logo no início do século seguinte, com o profundo cisma da Igreja Católica e com a abertura para a ciência mo-

derna. A partir da obra de Copérnico mudou-se toda a forma de pensar da humanidade, apesar de a enorme timidez com que foi apresentada, tendo permanecido, por décadas, em estado de desconhecimento, até que Galileu, com sua audácia e intrepidez, lhe desse notoriedade.

E surge nesse quadro a figura extraordinária de Maquiavel, com fina objetividade científica, para falar não sobre o Estado ideal, mas sobre o poder real. Falar fundado não na autoridade, como faziam os escolásticos, mas na observação e na experiência, como queriam Aristóteles e a ciência que nascia, e elaborar um verdadeiro “manual do governante”.

III. O momento da ciência surgente, da observação da realidade, da verdade científica

1. O Renascimento – O ressurgimento da ciência

A humanidade, como foi dito, ingressava em novo estádio, após dois séculos de releitura intensa dos clássicos gregos e de debates de ideias nas universidades. E veio a invenção de Gutenberg para imprimir livros em grande quantidade, e a reforma religiosa de Lutero, que traduziu e imprimiu a Bíblia em alemão, na língua do povo. O homem buscava, então, a ciência, a verdade obtida pela razão e pela observação da realidade, passando por cima do dogma e da autoridade. O esforço científico concentrado em Sagres produziu o desenvolvimento tecnológico da navegação e a descoberta de novas terras. Surgiu uma nova concepção do mundo seguindo os trabalhos de Copérnico, de Kepler e especialmente de Galileu, pela sua ousadia no enfrentamento, criando as condições para a grande revolução científica do século XVII, que viria culminar com a obra de Newton.

2. Maquiavel e a ciência política

Essa atitude de observação da realidade com espírito científico em busca da verdade chegou à política por meio do trabalho de Nicolau Maquiavel, aplicado assessor político de governos florentinos, profundo estudioso do passado histórico e observador atento da arte de governar, o primeiro a abordar a política segundo o novo espírito científico. Ele formulou regras pragmáticas (técnicas) para o exercício do poder, fundadas em exemplos reais, antigos e contemporâneos, com vistas à estabilidade e à continuidade do poder, independentemente de condicionamentos éticos ou religiosos.

Ideias políticas são formulações que podem nascer de aspirações idealistas, como verdadeiras invenções em busca das melhores instituições e formas de governo para a realização da vida feliz das comunidades; ou resultar de observações da realidade, tomada como base para a construção de modelos viáveis para a realização do bem possível. Já na Antiguidade essa dicotomia se mostrava na diferença entre as concepções de Platão e de Aristóteles. Mas é na obra de Maquiavel que esta linha de formulação realista, fundada na verdade real, na verdade científica, afirma-se definitivamente. Seus conselhos pragmáticos se dirigiam aos príncipes, detentores do poder monárquico, mas são observações e regras que se poderiam aplicar a qualquer tipo de poder exercido, e que traziam a marca do realismo, da “isenção”, ou da “neutralidade”, característica do espírito científico. Maquiavel separou, com nitidez, a política da ética, mostrou que a primeira exige, antes de tudo, resultados concretos, eficácia em termos de poder: “o que importa é o êxito [...] procure o príncipe vencer [...] os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados” (O Príncipe, capítulo XVIII).

Ainda hoje a “objetividade científica” de Maquiavel scandaliza, pelo chocante desprezo à ética em favor da eficácia. O dicionário político mundial incorporou a expressão “maquiavélico” com o significado de permissivo e aético ao extremo, interpretação que efetivamente o texto do florentino enseja, apesar de suas muitas manifestações de apreço à virtude e aos governos republicanos virtuosos.

A leitura de O Príncipe, sua obra mais conhecida, induz, de fato, ao

pensamento de que trair, enganar, ser cruel, individual e coletivamente, nas formas mais cruas, podem ser ações válidas para a vitória política, isto é, a conquista e a manutenção do poder. Crueldades, por exemplo, poderiam ser bem ou mal praticadas, tendo em vista o êxito, conforme numerosos exemplos históricos e contemporâneos invocados pelo autor, até com certas expressões de admiração, como é o caso da figura de César Bórgia, o duque valentino, que praticou várias ações desse teor e que, durante certo tempo, constituiu, para Maquiavel, uma viva esperança em termos de grande liderança capaz de unificar a Itália (um sonho do autor).

Maquiavel fala sempre de realidade, a nua e crua realidade, devendo os governantes operar sempre sobre ela, e seus conceitos sobre o ser humano e seu comportamento real são absolutamente pobres, se não completamente destituídos de valores éticos. Nesse quadro real, o governante (príncipe) deve antes ser temido que amado, embora ressalte também a importância do amor do povo, cujos objetivos, ressalta, são sempre mais honestos do que os dos poderosos. Deve o líder sempre cuidar com grande atenção da sua imagem, da sua aparência, na medida em que esta aparência é mais importante que as qualidades mesmas do chefe: “todos veem o que tu pareces, mas poucos o que és realmente”, diz no capítulo XVIII; em que também afirma: “aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar”. Daí a necessidade de realizar grandes empreendimentos, grandes festas e angariar grande fama; nunca ser pequeno, desprezível, leviano, pusilânime. Como também não ser rapace, nunca tomar os bens e as mulheres dos súditos, outra regra bastante realista que não era moral mas eminentemente prática.

A ciência política, que tinha tido em Aristóteles, na Antiguidade, seu primeiro observador, teve em Maquiavel, no início da Era Moderna, seu grande formulador de ideias e princípios. Os cientistas políticos da atualidade, em suas análises que pretendem ser “neutras” em relação a posições ideológicas, e até mesmo a princípios éticos, dão sequência à perspectiva daqueles estudos e trabalhos de Maquiavel, feitos e apresentados de forma tão chocante no início do século XVI.

IV. O momento da liberdade e da cidadania – Direitos da democracia

As formidáveis revelações da ciência, a libertação do pensamento em relação aos dogmas da religião, estabelecendo um novo modo (racional) de ver a realidade, o grande poder de difusão de ideias do livro impresso, a racionalização das atividades produtivas, o crescimento das cidades e de uma classe próspera de seus habitantes, a burguesia, enfim, uma soma de fatores, abalou profundamente, durante o correr dos séculos XVII e XVIII, as crenças que mantinham a estabilidade do poder absoluto dos reis e príncipes. Três grandes revoluções políticas, começando na Inglaterra nos 1600, indo às colônias inglesas da América no século seguinte e culminando na França no final dos 1700, mudaram profundamente as formas de governo e a filosofia política do mundo ocidental. Firmaram-se os direitos fundamentais do homem, a liberdade e os direitos de cidadania, frutificando a ideia cristã de dignidade de cada indivíduo, de cada ser humano visto como fim em si mesmo, e a ideia democrática de governo, o governo de todos iguais perante a lei, fundado num contrato implícito entre governantes e governados, legitimador do poder, assim como conceitos filosóficos e políticos que coroaram o que ficou chamado de Século das Luzes (século XVIII).

Foram três revoluções que efetivamente mudaram o mundo e estabeleceram as bases político-filosóficas da história contemporânea, da vida da humanidade nos dias de hoje. A inglesa teve a importância da precedência, adiantando-se um século em relação às outras duas, abrindo-lhes o caminho. A francesa pelo choque, pelo trauma político, pela enorme repercussão e respectivo poder de difusão das ideias em toda a Europa, centro do mundo de então. A norte-americana pela novidade republicana consolidada e pelo chamamento libertário que exerceu sobre todo o Ocidente durante os dois séculos seguintes.

Por baixo de toda essa revolução política, corria uma outra, de natureza econômica – a Revolução Industrial – que entrou pelo século XIX adentro, mudando os modos pelos quais os homens produziam e transportavam as coisas de suas necessidades. E prosseguia a Revolução Científica, deflagrada desde Copérnico, que mudava o modo pelo qual o homem via o mundo,

atingindo descortinos antes impensáveis, como aquele que foi marcado pelo trabalho de Darwin, na segunda metade dos anos 1800.

1. A Revolução Inglesa – Hobbes e Locke

Dois grandes pensadores, e precursores, marcaram a filosofia política durante o século XVII na Inglaterra: Thomas Hobbes e John Locke. Thomas Hobbes, horrorizado com a instabilidade e a total insegurança reinantes no seu país, devastado nesse período por vários episódios revolucionários sangrentos, defende um contrato de governo pelo qual os governados, unilateralmente, concedem poder total a um governante único, soberano, para que ele garanta, com eficácia, o direito de vida a todos os cidadãos. Não foi um liberal, ao contrário, mas foi um precursor do liberalismo, com a sua ideia contratualista.

Ressalte-se a importância da definição de “estado de natureza”, feita por Hobbes pela primeira vez, não como algo semelhante a uma sociedade de selvagens, mas como uma comunidade teoricamente sem Estado, sujeita aos impulsos incontidos da natureza humana, cada um achando que tem direito a tudo o que quer ou precisa e buscando subjugar os outros para conseguir, resultando daí uma espécie de guerra de todos contra todos. Claro que se tratava de uma esquematização do que ele havia observado na Inglaterra daqueles anos traumáticos.

Hobbes identifica três causas principais de conflitos entre os homens: a competição pelos bens e pelo poder, a ambição ilimitada de cada um; a desconfiança de todos em relação aos outros, isto é, a insegurança de cada um; e a busca da glória, ou a preservação da honra, ou da vaidade, que pode ser ferida por um nada. Para ele, a política só seria uma ciência (atenção: política como ciência) quando todos esses impulsos naturais do homem fossem conhecidos e considerados, e não ficassem mais as pessoas presas a mitos, como o do homem naturalmente sociável (o *zoon politikon* de Aristóteles). O realismo de Hobbes ao falar do comportamento do homem no “estado de natureza” tem uma analogia forte com o pensamento de Maquiavel sobre o caráter dos súditos que deve orientar os procedimentos do príncipe.

O súdito, para Hobbes também, deve ter medo do soberano, pois que

só se governa pelo medo; mas será sempre um medo bem menor do que aquele da desconfiança em relação a todos, até aos amigos, a insegurança generalizada que haveria se não existisse o Estado, o Leviatã. E é um medo que se torna menor tanto mais o súdito acata e segue as regras do soberano, inclusive pagando os impostos.

Hobbes é o primeiro “contratualista”, isto é, aquele que imagina a sociedade humana como resultado de um “contrato” implícito entre todos para garantir o direito de vida, cada um renunciando ao direito a tudo, que todos pensam que têm, para delegá-lo ao soberano em troca da proteção da vida. A garantia desse pacto é a “espada”, isto é, a força e o poder do soberano, que deve ser absoluto, incontestável, para não haver confronto de poderes, o que produz a guerra. Liberdade, para Hobbes, é pura retórica; só existe uma: a de qualquer um resistir, e até a rebelar-se, contra o soberano que não lhe protege a vida.

John Locke foi o primeiro verdadeiro liberal, o fundador do ideário democrático, cem anos antes da Revolução Francesa, consagrando como direitos fundamentais dos homens não só a vida, como queria Hobbes, mas também a liberdade e a propriedade de bens. Afirmando que a fonte de legitimação do poder não pode ser a força nem a herança, nem tampouco o mandato divino, mas tem de ser, somente, o consentimento do povo, dos governados. Nasce com Locke o ideário chamado de Liberalismo, que se desdobra em múltiplos aspectos e variantes, muitos dos quais de caráter muito mais econômico que político. É o caso, na própria Inglaterra, pioneira, das ideias de Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mill, e também de tantos seguidores na França, na Alemanha e na América, como será visto adiante. Chega aos dias de hoje carregada de economicismo na versão chamada de neoliberalismo que dominou o mundo no último quartel do século findo.

Tal como Hobbes, Locke parte do “estado de natureza” para chegar ao estado civil, ou político, através de um contrato social. Para ele, entretanto, o estado de natureza não era a condição teórica de Hobbes de guerra de todos contra todos, mas a situação real do homem primitivo, como o selvagem da América, que desfrutava dos seus “direitos naturais”, e que tendia para o “estado de guerra” por falta de juízes ou autoridades legítimas que decidissem sobre os conflitos de direitos, principalmente os conflitos de propriedade.

A propriedade, para Locke, é um dos direitos naturais do indivíduo, e não pode ser violado pelo Estado. Hobbes sustentava que a propriedade, sendo instituída pelo soberano (já que não existia na natureza), podia ser por ele tirada do súdito. Locke derivava a propriedade do trabalho do homem, que a legitimava, e não da concessão do soberano, proprietário total. A propriedade da terra teria, então, um limite, que era dado pela capacidade do indivíduo de trabalhar aquela extensão (como na América).

Na evolução, a propriedade passou a poder ser comprada com dinheiro, que era trabalho acumulado e entesourado. O dinheiro – ouro e prata valorizados pelo homem – abriu os limites da propriedade na sociedade civil. A ideia de valor original proveniente do trabalho, de Locke, assim como a ideia de valor de troca criado pelo dinheiro, vão influenciar os conceitos dos economistas fundadores desta ciência, Adam Smith e David Ricardo, e do próprio Marx mais de um século depois.

A ampliação dos limites da propriedade multiplicou, proporcionalmente, os conflitos relativos aos respectivos direitos, e obrigou as sociedades a instituírem leis e autoridades para dirimi-los, preservando os direitos básicos da vida e da liberdade. Nasceram as sociedades civis, as sociedades políticas, mediante um pacto de consentimento e concordância entre os indivíduos definindo as formas dessas leis e autoridades, e não um pacto de submissão a um Leviatã, como queria Hobbes.

Essas formas de governo (instituições, leis e autoridades) podiam ser várias, como há muito tempo já havia dito Aristóteles, mas a Inglaterra havia escolhido a sua depois da Revolução Gloriosa de 1688 (cem anos antes da França), e Locke, adepto daquela revolução, aprovava integralmente essa escolha como a melhor forma. A forma era a do governo misto, em que o rei representava o poder monárquico, a Câmara dos Lordes o poder aristocrático e a Câmara dos Comuns o poder democrático.

Importa ressaltar o reconhecimento de Locke do direito de resistência, o legítimo direito à rebelião do povo, no caso de degeneração do governo em tirania e opressão, assim como no caso de dominação estrangeira, casos em que se dissolvia o estado civil, sendo necessário instaurar outro.

2. A Revolução Francesa – Montesquieu e Rousseau

O grande marco histórico que sacudiu fortemente todo o mundo ocidental, a revolução que derrubou a monarquia mais simbolicamente absoluta da Europa, a série de acontecimentos que se iniciou com a queda da Bastilha e a derrubada de Luís XVI, foi precedida de intensa produção filosófico-política, que teve em Rousseau e Montesquieu seus pontos mais altos, sendo este último um dos expoentes da definição do sistema político liberal-democrático.

A ideia liberal esteve no centro de todo esse verdadeiro terremoto político-social e, paradoxalmente, acabou gerando o militarismo imperial de Napoleão, cuja derrocada restabeleceu por algum tempo o absolutismo político no Ocidente, mas prenunciou o seu fim definitivo. Esse ideário liberal multifacetado encontrou sua formulação mais rigorosa, ampla e profunda ao mesmo tempo, na obra monumental de Kant, centrada no reconhecimento de cada ser humano, individualmente, como um fim em si mesmo, e no dever de cada um de, livremente, autonomamente, seguir a lei moral feita por ele mesmo através da razão.

A contribuição francesa para toda essa construção iluminista e liberal foi gigantesca, ressaltando-se, no aspecto político, entre muitos pensadores, as obras de Montesquieu e Rousseau, este suíço-francês.

Montesquieu foi um nobre estudioso (barão de la Brède e de Montesquieu), instigado pelo fenômeno da decadência da nobreza e suas causas. Foi o grande formulador da teoria dos três poderes que ganhou o mundo moderno, e que não eram exatamente os mesmos da Inglaterra (com dois legislativos), que ele tanto admirou.

Os três poderes de Montesquieu são: o Legislativo, que tem a responsabilidade mais importante de fazer e refazer as leis do país; o Executivo, aquele que faz cumprir as leis, mantém a integridade da nação, faz a sua defesa, a segurança dos cidadãos, faz a guerra e a paz; e o terceiro poder que julga, que pune os crimes e resolve as pendências entre os indivíduos, que ele não chama de Judiciário, como hoje é dito, mas de Executivo dos Direitos Civis. Montesquieu salienta e justifica com vários argumentos a importância da independência entre esses três poderes, independência de funções e de

composição, não devendo haver pessoas que participem simultaneamente de dois deles. Além da independência, os poderes devem ter certo equilíbrio no exercício de seus deveres e prerrogativas, não devendo qualquer um ter hegemonia sobre os demais. Esse equilíbrio, essa harmonização dos poderes, requer a existência de uma instância moderadora que, para Montesquieu, o rei deve exercer, só ele tendo condições para fazê-lo.

Foi ele, também, como todos da época, um fascinado pela ciência que avançou bastante na busca de leis científicas para as ciências sociais e a política. Recolocou a discussão sobre a legitimidade das leis positivas, jurídicas, ao sustentar (no seu O espírito das leis) que as leis jurídicas devem exprimir as relações existentes dentro da sociedade que derivam da natureza das coisas, relações e natureza que deveriam ser observadas na elaboração legislativa. A discussão abandona o campo das ligações históricas e teológicas para ingressar numa fundamentação que tinha grandes analogias com as ciências naturais, embora não de caráter determinista como veio a ter mais tarde (pretensamente) com outros pensadores. Seguiu assim, Montesquieu, a linha de desenvolvimento da ciência política, que vinha de Aristóteles e passava por Maquiavel, implantando o seu ponto de consolidação.

Montesquieu não se preocupou com o pacto social implícito que dava origem e estabilidade aos governos, mas partiu da constatação de que em toda sociedade humana sempre existe um governo e que importa analisar as diferentes formas que ele pode assumir, assim como as respectivas vantagens e desvantagens. Identificou três formas principais: a monarquia, em que governa um só mas com respeito a leis; a república, que pode ser de todos ou comandada por alguns aristocratas; e o despotismo, que é o mando arbitrário de um só segundo a sua vontade.

Cada uma das formas da tipologia de governo de Montesquieu tinha a sua natureza – o que o governo realmente é; e o seu princípio – aquilo que o faz atuar, isto é, a força espiritual, o sentimento ou paixão que inspiram governantes e governados nas suas ações. Assim, a monarquia seria o governo das instituições, cujo princípio seria a honra, o sentimento da nobreza (a que ele pertencia). A república seria o governo dos homens, cujo princípio era a virtude dos cidadãos. O despotismo, cujo princípio era o medo, era o governo das paixões do déspota, insustentável a longo prazo.

A escolha da melhor forma, a mais adequada, dependia de várias condições da realidade do país, tais como tamanho, população, classes em que se dividia essa população, gênero de vida do povo, religião, costumes, clima, qualidade da terra, localização geográfica, comércio e produção, entre outras. A república, por exemplo, na tipologia de Montesquieu, só seria adequada a Estados pequenos, ou Estados-cidade, onde o conhecimento entre os cidadãos, das suas qualidades e virtudes, era amplo, e o bem público facilmente visível. O crescimento da república, em território e população, acabaria inviabilizando-a. A monarquia seria adequada a Estados de tamanho maior, mas não de extensão imperial – estes fatalmente teriam de ter governos fortemente centralizados e despóticos, como os impérios de Alexandre e de Roma, sob pena de se partirem em vários governos. Ele pensava, evidentemente, nos exemplos até então conhecidos, e foi historicamente desmentido pela formação da grande república norte-americana menos de meio século depois. É provável que Simon Bolívar conhecesse as afirmações de Montesquieu, que não abalaram o seu sonho de construir a grande república sul-americana.

A “virtude” republicana nada mais era do que o amor à república, que deveriam ter todos os cidadãos, governados e governantes. No caso de repúblicas democráticas, o amor à democracia, isto é, à igualdade estrutural entre os cidadãos. As leis relativas à propriedade e à herança, vistas em geral mas com especial atenção à terra, deveriam cuidar de manter essa igualdade. Companheira da igualdade nessas repúblicas era a frugalidade, que, em alguns casos, como nas repúblicas de grande comércio, compensava certo grau de desigualdade inevitável.

Nas repúblicas aristocráticas a virtude seria a moderação, o comportamento capaz de realizar a difícil conciliação entre as virtudes republicanas e as desigualdades entre povo e aristocracia. O fausto seria próprio das monarquias, necessário mesmo, para elevar a figura do rei e dos nobres.

A virtude não seria a mola propulsora das monarquias, que poderiam ter bons cidadãos, não necessariamente homens de bem. O conceito de Montesquieu sobre os cortesãos, que ele bem conhecia, não era nada elevado; mas a honra tomava o lugar da virtude e podia produzir as mais belas ações e as melhores leis. A honra, mãe e filha da nobreza, exigiria privilégios,

prerrogativas que seriam da essência da monarquia, assim como a concentração da propriedade nas famílias nobres; e a ambição, que é um sentimento perigoso na república, não o seria na monarquia, sendo uma força importante para dar vida e ação ao governo. Cada um, acreditando buscar seu interesse particular e satisfazer sua ambição, iria na direção do bem comum. Montesquieu não falou em “mão invisível”, mas enunciou esta tese alguns anos antes de Adam Smith.

A monarquia, sendo governo de um só, teria mais presteza e agilidade nas decisões e ações, assim como mais capacidade de exercer a moderação pela grandeza das figuras nobres, e Montesquieu, admirador do regime político inglês, tendo passado lá alguns meses para conhecê-lo de perto, não escondia sua preferência por ela.

Finalmente, no despotismo, não havia honra nem virtude, todos eram igualmente escravos e temerosos do poder do déspota. E o poder despótico era transmitido de cima para baixo, de forma que cada chefe era um déspota na sua jurisdição, sem leis e sem moderação.

Montesquieu se preocupou com a definição precisa do conceito de liberdade, tão afirmado pelos ingleses, e o fez em termos bastante kantianos 50 anos antes de Kant, dizendo consistir a liberdade em poder fazer o que se deve querer (e não o que se quer), e em não ser coagido a fazer o que não se deve querer. Da mesma forma, poder fazer tudo aquilo que a lei permite, porquanto se qualquer um pudesse fazer o que a lei não permite, todos poderiam fazê-lo e todos perderiam a liberdade. Continuando, ninguém deveria ser obrigado a fazer coisas que a lei não obriga, nem impedido de fazer coisas que a lei não proíbe.

Montesquieu estabelece, ainda, a necessidade da representação política, para tomar as decisões e fazer as coisas que o povo não pode fazer diretamente. E diz que a escolha dessa representação deve ser feita pelos cidadãos por local de habitação ou por corporação de trabalho, a fim de garantir o bom conhecimento dos escolhidos pelos que escolhem.

Montesquieu, depois de Locke, consolidou a formulação teórica do modelo político liberal e democrático que veio a ser adotado em todo o mundo ocidental no século seguinte.

Jean-Jacques Rousseau, cidadão de Genebra, filho e logo órfão de relojoeiro modesto, com biografia rica em vicissitudes, moradias e ocupações, filósofo, romancista, dramaturgo, compositor, musicólogo, foi o pensador mais influente da França revolucionária do último quartel do século XVIII – a França iluminista que rompia com preconceitos, dogmas e superstições em nome do esclarecimento, da razão e da ciência, e lutava pela divulgação desses conhecimentos (a Enciclopédia) para instauração de uma nova era de modernidade e civilização. Paradoxalmente, Rousseau deu-se a conhecer, ainda muito jovem, como o pensador que refutava a tese iluminista da civilização racional como propiciadora da felicidade humana.

Que saber era mais importante? Para ele, o primeiro Rousseau, no trabalho premiado em Dijon, era o saber natural que estava na consciência das almas simples, aquela virtude natural do homem simples que o modismo da ciência (não a ciência verdadeira, que ele respeitava) estava corrompendo. Importava – sobretudo, para ele, filósofo moralista antes de tudo e até o fim – empregar a arte e a verdadeira ciência para evitar a continuidade e o aprofundamento daquela corrupção do homem natural feito por Deus.

Depois de investigar o processo gerador das desigualdades entre os homens e da perda daquela liberdade primordial da natureza o pacto dos proprietários para garantir a posse daquilo que haviam adquirido pela força ou pela esperteza –, Rousseau foi amadurecendo seu pensamento para propor um novo pacto social propiciador da igualdade essencial entre os homens, ainda que não restabelecedor da liberdade original.

Por meio desse novo Contrato Social, sua maior obra, todos os cidadãos se dão, alienam-se à comunidade que, soberanamente, estabelece as regras de convivência, inclusive as leis da propriedade. Pela via deste contrato, o homem retoma a liberdade (não mais aquela natural, original), prescrevendo o que ele próprio vai obedecer (liberdade tipicamente kantiana), e restabelece também a igualdade, já que todos, igualmente, se obrigam a obedecer à vontade geral. Essa vontade geral é a vontade de todos os cidadãos, e pode obrigar todos a seguirem a vontade da maioria, mas essa definição (que a vontade geral é a vontade da maioria) necessariamente tem de ser unânime, aceita por todos.

Rousseau não manifesta preferência por nenhuma forma de governo, desde que seja um corpo submisso à vontade do povo, este que é o soberano (até o rei pode ser um funcionário do povo). Constata, entretanto, a realidade da tendência de todos os governos a inverter essa condição e subjugar o povo. Manifesta, também, suas preocupações e suas restrições à fórmula da representação, que fatalmente distorce a vontade geral; esta, na verdade, não admite representação. Reconhece, todavia, que a representação na realidade é necessária, e a melhor forma de minimizar as perdas e distorções da vontade geral é mudar frequentemente o corpo da representação.

Rousseau, obcecado pelo resguardo da liberdade, analisa e discute com muita profundidade e detalhe as partes deste contrato social, com muito mais rigor do que os contratualistas anteriores.

O Estado civil, resultante desse contrato, acaba conferindo ao homem uma dignidade mais elevada do que aquela liberdade original, pura, mas instável, insustentável mesmo, que desfrutava na natureza, e o seu elogio da juventude àquela condição simples do homem primitivo finda por parecer expressão nostálgica e poética do paraíso inevitavelmente perdido. O Estado civil, segundo Rousseau, substitui o instinto pelo pensamento da justiça no comportamento do homem, dando-lhe a moralidade que antes lhe faltava, fazendo-o ouvir a voz do dever em lugar do impulso físico. “A liberdade moral é a única que torna o homem senhor de si mesmo, porque o impulso do puro apetite é escravidão”, diz.

Pelo contrato, cada um, unindo-se a todos, melhor, dando-se a todos, em condição de igualdade, não se dá a ninguém, só obedece a si mesmo, resguardando assim sua liberdade e sua dignidade. O contrato não destrói a igualdade natural entre os homens, como pode parecer, mas a substitui pela igualdade moral que supera as desigualdades físicas e psicológicas da natureza.

Pelo contrato institui-se o governo, que é o corpo intermediário entre o soberano, que é o povo como vontade geral, e os súditos, que são o mesmo povo como vontades particulares. O governo recebe as ordens do soberano (povo, coletivo) e as faz cumprir pelos súditos (o mesmo povo, individualmente).

Importante, ainda, a ressaltar é a condição essencial ao cumprimento do contrato social que Rousseau coloca no interesse vivo do povo pela po-

lítica, pelas ações do governo, pelo bem comum; assim como a existência, a presença e a prevalência da opinião pública em todas essas ações que visam ao bem comum.

3. A Revolução Americana – O Federalista e Tocqueville

Logo no início do último quartel do século XVIII, enquanto a Europa se debatia em meio à efervescência política e à instabilidade tumultuosa que iria culminar na Revolução Francesa, do outro lado do Atlântico, as colônias britânicas se rebelaram e declararam sua independência; estabeleceram e rapidamente consolidaram a primeira experiência de uma república democrática no mundo, que ficou, pelos anos afora, sendo um farol para todos os povos, exemplificando o governo garantidor de liberdades e direitos, apesar de, interna e contraditoriamente, manter durante décadas a escravidão dos africanos.

Os revolucionários norte-americanos foram também os primeiros a falar em felicidade como objetivo político a ser perseguido juntamente com a preservação da liberdade. Notável ressurgência dos ideais gregos. Com esses ideais – liberdade e felicidade – atraíram o mundo inteiro, pela visão de uma vida nova e larga, atraíram o melhor que havia no mundo em termos de espírito de iniciativa e disposição para o trabalho e a produção. E efetivamente realizaram, eles e seus seguidores, a liberdade mais ampla que se conheceu até então (só para os cidadãos brancos evidentemente), e também a felicidade maior, se medida em termos de liberdade, conforto, prazer e consumo.

Não priorizaram a igualdade e aceitaram como realidade o regime escravocrata que existia ao tempo das colônias e sustentava sua vida econômica. Posteriormente, abolida a escravidão quase 90 anos após a revolução, institucionalizaram a desigualdade entre brancos e negros, que perdurou até 200 anos após o marco inicial.

A Revolução Americana, nos quase dez anos de sua primeira fase, a partir dos atos de rebeldia e da Declaração de Independência em 1776, foi essencialmente uma guerra de descolonização, de libertação do jugo da metrópole inglesa, que contou até mesmo com a ajuda oficial e militar da França, ainda monárquica. Somente após a consolidação da independência, os norte-americanos se ocuparam intensamente da discussão e da definição da

forma do seu governo, até a aprovação da Constituição, elaborada e votada em 1787, 11 anos após a independência, e ainda dependente da legitimação pelos estados federados, que se deu um ano depois.

De todo um intenso debate, prevaleceu o ideal republicano e democrático, mas com forte dissensão em relação à expressão do poder central face aos governos dos estados, antigas colônias com seus governadores, independentes entre elas, que se confederavam na nova república. Surgiu então a fórmula, também pioneira, capaz de conciliar as recomendações de Montesquieu de tamanho pequeno para as repúblicas democráticas, onde cidadãos virtuosos se conheciam, e tamanho grande para os Estados que tinham de ser poderosos econômica e militarmente: surgiu, depois de muita discussão, a primeira república democrática e federativa da história do mundo.

Tudo era novo naquela experiência arrebatadora. Os ideais de liberdade e democracia vinham da velha Europa, mas casavam-se com o espírito pragmático herdado dos ingleses e com uma realidade própria de um mundo de enorme largueza a construir. E encontravam-se com um espírito decididamente renovador, cuja mensagem, que chamava gente oprimida de todas as partes, era a de que ali, naquele Novo Mundo, reinava realmente a liberdade para que cada um buscasse a felicidade da maneira que quisesse.

Há todo um trabalho importante de discussão e de fundamentação dessa notável experiência política norte-americana, feito pelos seus próprios líderes e fundadores, condensado no documento chamado O Federalista, composto por artigos escritos para defender a Constituição votada na Filadélfia, que se submetia ao referendo de legitimação pelos Estados. E é também digno de registro e referência o pensamento de um observador europeu atento e arguto, que visitou a nova república norte-americana, formulou comentários notáveis, de grande conteúdo filosófico, sobre essa nova realidade ocidental; trata-se do francês Alexis de Tocqueville.

Entre os norte-americanos fundadores, Pais da Pátria, sobressaem no debate que animou o Congresso fundador de Filadélfia as figuras de Alexander Hamilton, James Madison e John Jay, que escreveram os artigos d'O Federalista, e de Thomas Jefferson, principal redator da Constituição, que introduziu a ideia do direito à busca da felicidade.

A fundamentação teórica dos dispositivos da Constituição encontra-se

condensada e posta à consideração do povo nas páginas d'O Federalista. Ali está uma justificação definitiva da separação dos três poderes, mais nítida e convincente do que a de Montesquieu, que apresentou a tese, mas não a distinguiu completamente do governo misto inglês, que ele admirava e que reservava um espaço importante para a representação da nobreza, de onde ele provinha. Os poderes, dizem os norte-americanos, têm de ser separados, independentes, mas fiscalizados um pelo outro, porque os que governam são homens e não anjos e precisam ser controlados. E correspondem perfeitamente, esses poderes, às três funções do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário, devendo este último, por ser o mais fraco de força institucional e de opinião pública, o que não tem nem a espada nem o orçamento, ter estabilidade maior nos cargos, independentemente de vicissitudes políticas, e ter poderes mais fortes de fiscalização e de ação sobre os dois outros. O Legislativo teria duas câmaras, não para que uma representasse a nobreza, que para eles não existia, mas para dividir a força deste poder, que controla o tesouro e tem mais ligação com a opinião do povo, e também para dar aos estados confederados um instrumento de preservação de sua autonomia e de seus interesses, que seria o Senado.

Os norte-americanos rejeitaram, frontalmente, o modelo de Montesquieu de uma república pequena de cidadãos virtuosos, profundamente interessados no bem comum e participantes das decisões governamentais. Decidiram criar o Estado republicano grande, a União dos Estados Americanos, não como uma liga que operasse tão somente na defesa contra agressões externas, mas como um Estado verdadeiro, federal, do qual os cidadãos das repúblicas unidas devessem ser também cidadãos, com lealdade e obediência às suas leis. Houve muita polêmica neste ponto, dada a autonomia dos governos locais no tempo de colônia, mas acabou prevalecendo a tese da União mais forte que os estados.

Por outro lado, não temeram constituir uma república de homens que não eram exemplarmente virtuosos nem completamente interessados e dedicados à coisa pública. Seus governantes seriam homens comuns, sujeitos às fraquezas humanas, e seus cidadãos outros homens dedicados aos seus interesses particulares, empenhados na busca da felicidade pelo caminho próprio. O ser humano é ambicioso, diziam, e para evitar que a ambição de

alguns prevaleça sobre a de todos é preciso incentivar a ambição de todos – pensamento tipicamente norte-americano.

A virtude dos cidadãos, para eles, havia sido substituída pelo apego ao bem-estar e aos interesses materiais. O Estado grande, de muitos cidadãos, com regras de liberdade bem definidas, propiciava o equilíbrio desses apegos individuais legítimos e, ademais, evitava o grande perigo da cristalização de facções, com rivalidades tão profundas capazes de arruinar as repúblicas, especialmente as pequenas, como mostravam os exemplos da Antiguidade.

Os norte-americanos rejeitaram também a ideia forte da democracia de Rousseau, que era a do poder direto do povo, indelegável, insubstituível, e afirmaram a validade da democracia representativa, mais realista, única viável em Estados médios e grandes, e garantidora dos direitos e liberdades, pelo controle exercido pelos poderes entre si. Poderes exercidos por poucos escolhidos pelo povo pelas suas qualidades – competência, honradez, dedicação etc. Os norte-americanos institucionalizaram a democracia como um governo não diretamente do povo, mas de quadros eleitos pelo povo.

Charles Aléxis de Tocqueville, pensador francês da primeira metade do século XIX, teve a perspectiva do tempo para escutar o novo regime liberal que os contemporâneos da revolução não tiveram. E percebeu com clareza que a democracia se assenta com solidez nas sociedades permeadas pela cultura da igualdade entre os cidadãos, condição que os franceses, os europeus em geral, ainda não tinham, pela sua história – a igualdade social e cultural que fundava a igualdade política. Ademais da cultura da igualdade, que vinha da colonização, com o espírito religioso dos primeiros imigrantes, Tocqueville distinguiu nos norte-americanos um notável espírito associativista, que levava os cidadãos, espontaneamente, a iniciativas comunitárias de caráter público, sem esperar pela ação governamental para resolver problemas que emergiam.

Tocqueville não foi propriamente um filósofo, mas um político atuante no seu país, cuidadoso com o bom desenvolvimento da democracia na França, e um estudioso e observador com tal acuidade que se fez um verdadeiro cientista político, com notável capacidade de previsão. Previu não só o formidável desenvolvimento norte-americano como até seus futuros conflitos com a Rússia. Previu a inevitabilidade, a irresistibilidade do processo de democratização do mundo, assim como do processo de equalização social e

política da humanidade, processo que havia já vencido a força dos reis e dos nobres, e que venceria também ao poder dos ricos burgueses.

Sua preocupação era com a preservação da liberdade, que ameaçava ser destruída pelo próprio desenvolvimento irresistível da igualdade, por sua transformação em algo novo, a massificação, e, de outro lado, pelo poder incontrastável que dava às maiorias. Viajou e passou um ano nos Estados Unidos observando e estudando aquela nova realidade avassaladora. Sentiu, e registrou antes de qualquer outro, o perigo da massificação, da igualdade massificadora de comportamentos, de opiniões, de sentimentos, de cidadãos cada vez mais individualistas, dedicados exclusivamente aos seus interesses particulares, sua busca de dinheiro, de prazeres e felicidades, sua crescente ocupação com os entretenimentos, seu desligamento dos cuidados com as questões públicas inteiramente delegadas aos seus representantes eleitos, em uma palavra, com a crescente alienação política que a democracia norte-americana estava produzindo e que ele, com extraordinária sensibilidade, pressentiu já na primeira metade do século XIX. Realmente extraordinário. O risco dessa alienação era o de implantar-se um governo eleito democraticamente, mas autônomo em relação ao povo, que fizesse tudo por seu próprio alvitre, podendo chegar a formas de opressão sobre o povo, restrições à sua liberdade, pelo menos sobre uma parte do povo, minoritária. Tocqueville formulou, com sua fina sensibilidade, a denúncia da possível tirania da maioria, e de uma maioria alienada. Para ele, era importante o papel da Suprema Corte norte-americana, que exercia a função de árbitro superior nas questões relativas às liberdades constitucionais, e na preservação do conceito maior de Justiça, que estava acima das opiniões e decisões da maioria.

Cabe ainda registrar as notáveis premonições de Tocqueville no tocante ao crescimento da força política do socialismo na Europa em meados do século XIX. Em discurso como deputado na Assembleia Constituinte de 1848, apresentou um libelo contra aquele sistema, que já contava com muitos defensores, e que ele considerava incompatível com a liberdade, em razão da dimensão totalitária que, na sua vigência, o Estado fatalmente assumiria. Explicitamente, previu que, garantida a consolidação da democracia no mundo, o grande confronto político dos tempos futuros dar-se-ia entre a democracia e o socialismo. Realmente extraordinário.

Não se poderia encerrar este capítulo da liberdade e da cidadania sem uma referência ao pensamento de Kant. Immanuel Kant, prussiano radical e sistemático, foi, por excelência, o filósofo da moral, da lei moral construída puramente sobre a razão, a razão que investiga a liberdade, o livre-arbítrio próprio do ser humano. Mas sua portentosa obra abrange também a política. Foi Kant o pensador que construiu o coroamento da doutrina do Estado liberal, com ênfase absoluta na dignidade igual de cada um e na liberdade desse indivíduo, de tal modo resguardadas que não devia o Estado intervir nem para promover o bem-estar desse ser humano individual. São considerações e proposições que consolidam, com argumentos insistentes e minuciosos, tudo o que foi dito pelos liberais que o antecederam, divergindo por vezes de algum deles, como na negação do direito de rebelião contra governos opressores.

Destaque especial, no pensamento político de Kant, merece a sua afirmação do progresso humano, do aperfeiçoamento moral da humanidade. Esse desenvolvimento seria resultante do permanente choque de opiniões contrárias, do conflito de interesses humanos livremente manifestados, como se houvesse uma finalidade evolutiva secreta da natureza operando esses entrechoques. Era uma visão de muita analogia com a “mão invisível” da economia, e é muito provável que Kant tenha lido o que Adam Smith escrevera anos antes, eis que toda a sua filosofia se preocupava, para se contrapor a ele, com o empirismo e o utilitarismo dos ingleses.

Essa visão otimista de Kant sobre a humanidade o leva a acreditar no estabelecimento da paz entre as nações de forma definitiva; paz infelizmente resultante da exaustão absoluta provocada pela sucessão de guerras, quando poderia decorrer simplesmente do uso da razão, que mostra, evidencia a necessidade da paz entre os povos como princípio moral. Particularmente notável é sua afirmação, absolutamente pioneira, de que era necessária a instituição de uma “Liga das Nações” para a implementação e a administração da paz mundial.

V. O momento da exigência de igualdade e de justiça – A definição e a construção do socialismo – Os utópicos, Hegel e Marx – A social-democracia europeia e a Revolução Soviética

Cidadania, direitos fundamentais do ser humano e democracia representativa foram conquistas extremamente importantes, mas não suficientes para preencher totalmente o ideário político de Justiça. O embate das ideias e as lacunas da realidade foram mostrando a necessidade de dar prosseguimento à marcha da equalização, em busca da desejada sociedade verdadeiramente justa, capaz de garantir a igualdade estrutural (de oportunidades) entre os homens. A sensação de desigualdade e de injustiça avultou com o extraordinário crescimento da economia realizado no sistema capitalista. A previsão de Tocqueville de que a igualdade venceria os ricos burgueses, como havia vencido os reis e os nobres, não se realizou nem deu mostras de tendência a realizar-se. Propostas e ideias surgiram então para corrigir essa distorção e implantar a justiça substantiva, socioeconômica, a partir de meados do século XIX. A importância dessa correção era dupla: de um lado correspondia a uma aspiração ética, de viver dentro de um sistema político essencialmente justo; de outro corria ao encontro da felicidade do ser humano coletivo, perseguida desde os tempos gregos e entrevista como promessa na fundação do Novo Mundo americano. E, ainda, a ética desenvolvida pelas religiões protestantes enfatizava a valorização do trabalho, visto anteriormente como atividade inferior, e abria espaço para o reconhecimento dos méritos e valores das classes trabalhadoras em geral.

A busca política dessa correção, com a implantação da justiça essencial e a ascensão dos trabalhadores, passa por quatro tempos de tentativa: o primeiro, o movimento dos chamados socialistas utópicos; o segundo, o grande movimento da filosofia e da ação política de Marx, com extensos, profundos e importantes desdobramentos; o terceiro, o da Revolução Russa e da criação da grande potência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Por último, paralelamente à expansão soviética, a extraordinária experiência da social-democracia europeia, desencadeada com o fim de bar-

rar a difusão do comunismo centrado na URSS, que parecia quase inevitável na passagem da primeira para a segunda metade do século XX.

Antes de abordar cada um desses momentos é imprescindível dar uma notícia sobre a obra de um dos gigantes do pensamento filosófico-político, que precedeu o movimento socialista e abriu-lhe a passagem com a sua dialética e a sua visão do Estado político. Trata-se de Hegel.

Filósofo de leitura difícil, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, como professor da Universidade de Berlim, fez da capital prussiana (a Prússia de Kant) o principal centro de estudos filosóficos da Europa naquele seu tempo tumultuado que, como ele mesmo salientou, marcava uma mudança de época, a passagem de um período histórico a outro (primeiras décadas do século XIX).

Hegel empreendeu a desconstrução da teoria do Estado liberal, refutando a ideia básica de um Estado nascido de um contrato fundador (mesmo que hipotético) entre os indivíduos componentes de uma comunidade com o fim de promover e resguardar seus interesses. Os indivíduos, para ele, cuidavam de necessidades particulares, uma atividade incapaz de compreender o caráter ético das relações em sociedade, caráter ético este que só se constitui na unidade da comunidade, isto é, na constituição do Estado. E o Estado, para ele, sempre existiu, desde os primórdios da humanidade; todos os homens sempre nasceram e viveram em comunidades sob a égide de um Estado (Aristóteles: o homem *zoon politikon*). A evolução desse Estado, que é a própria história, feita pelo homem, movido pelo espírito, é que determinaria as transformações da sociedade. Cada povo teria um espírito próprio, que constituía o Estado e evoluía ao longo da história. Um povo que não chegasse a formar um Estado não teria história.

Hegel definiu o conceito de sociedade civil como a esfera das relações entre os indivíduos e seus interesses, que os contratualistas do liberalismo apontavam como criadoras do Estado e do governo (democrático ou não), feito para preservar o conjunto dos seus interesses. Na visão de Hegel, esses interesses particulares eram resolvidos no âmbito da sociedade civil mediante contratos entre esses grupos de interesses, e o Estado constituía outra esfera, que transcendia aquela dos interesses particulares, e que, acima desses interesses, realizava, corporificava a unidade da sociedade, da nação, e a sua expressão de liberdade. O Estado seria uma realidade situada bem além e

acima da soma das vontades de indivíduos contratantes e, nessa condição, estava no nível mais alto de eticidade. Para Hegel, não há história sem Estado, já que ela se compõe das formas que ele vai assumindo sucessivamente ao longo do tempo, sob o impulso do Espírito em desenvolvimento. Sendo assim, não teria sentido discutir qual é a melhor forma de Estado; ele é sempre o melhor que a etapa histórica realizou.

Hegel apontou também a existência de classes em que se dividia e se agrupava o povo com interesses diversos, esboçando a concepção histórica de Marx. Seriam três essas classes: a natural, ligada à atividade produtiva em geral (dos trabalhadores da cidade e do campo), a reflexa, a classe mediadora, ligada às atividades urbanas, e a classe pensante, que se ocupava dos interesses gerais da comunidade.

O Estado de Hegel abriu a porta para a concepção do Estado socialista de Marx, organizado e comandado pelos trabalhadores, como resultado da evolução de uma etapa para outra da história da humanidade, precedendo a etapa final da sociedade comunista, sem Estado. E a dialética dos contrários, formadora das sínteses resolutivas em cada etapa, apresentada por Hegel, claramente inspirou Marx na formulação do seu materialismo dialético.

Feita essa referência fundamental, passa-se aos anunciados quatro momentos da nova etapa.

1. Os socialistas utópicos

O socialismo começou a ser apregoado na Europa por volta de 1830, e vários pensadores e líderes empresariais, na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, apresentaram ideias ou iniciaram projetos no âmbito da sociedade civil, buscando a implementação de comunidades produtivas, igualitárias e fraternas. Foram os chamados socialista utópicos, posteriormente criticados pela fantasia e a ingenuidade de suas ideias, mas que deixaram sua marca na busca do ideal socialista, apesar do completo fracasso dos seus projetos. Cabe registrar as quatro principais figuras desse movimento, que foram Fourier, Owen, Saint-Simon e Proudhon.

Charles Fourier, francês, foi um filho de ricos comerciantes que perdeu sua fortuna em especulação e tornou-se um pobre empregado no comércio.

Nessa condição transformou-se num ácido crítico do sistema capitalista e no pregador de uma nova ordem econômica e social, uma civilização naturalmente harmoniosa, obtida com base no bom uso das paixões humanas (escreveu uma teoria das paixões). Imaginou e projetou os fantásticos falanstérios, comunidades cooperativas onde todo o produto era dividido na proporção de 3/12 para o talento, 4/12 para o capital aportado e 5/12 para o trabalho executado.

Robert Owen foi um industrial inglês que cuidou de melhorar significativamente as condições de trabalho e de salário dos seus empregados, como também a educação dos respectivos filhos. Não sendo bem-sucedido nessa primeira iniciativa, partiu para o Novo Mundo e fundou nos Estados Unidos uma colônia cooperativa agrícola e industrial denominada New Harmony, que também não produziu o êxito que importava para servir de exemplo. Voltou então à Inglaterra onde se dedicou, até o fim da vida, a criar cooperativas e sindicatos de trabalhadores, participando ativamente do movimento sindicalista nascente naquele país.

O conde Saint-Simon, nobre e pensador francês do início dos 1800, foi, dos quatro mencionados, aquele que deixou influência mais marcante. Escreveu obra volumosa e deixou seguidores, uma escola saintsimonista, industrialista e progressista, sendo reconhecido como um precursor do socialismo político e também do positivismo. Sua proposta era a de um sistema eminentemente industrialista, científico, no qual o mérito produtivo era verificado e recompensado; um sistema gerido pelos próprios trabalhadores organizados, que substituiriam o Estado, sistema imaginado e proposto antes de Marx.

Joseph Proudhon, também socialista francês, cooperativista, influente na sua época, foi político nos agitados anos 1840 da França, tendo sido deputado constituinte em 1848. Jornalista e ativista, levantou forte reação contra suas teses, como a de que toda propriedade era um roubo, e foi levado mais de uma vez a tribunais e prisões. Fundou um banco cooperativo para emprestar sem juros e fracassou. Escreveu, entre outros trabalhos, A filosofia da miséria, que serviu a Marx como exemplo da imaturidade dos utópicos, levando-o a redigir uma resposta, A miséria da filosofia, um dos seus escritos da juventude.

2. A filosofia de Karl Marx (e de Engels)

Karl Marx, estudou, viveu sua mocidade e formou seu pensamento revolucionário numa Alemanha politicamente atrasada em relação à França e à Inglaterra, que iam digerindo a revolução liberal e desdobrando suas conquistas, e onde o socialismo já começava a ser reivindicado.

Assentado sobre a filosofia da história de Hegel (estudou na Universidade de Berlim, logo após a passagem tão marcante do grande mestre), Marx, com extraordinária erudição e lucidez, fez a crítica do sistema capitalista e formulou seu pensamento filosófico, o Materialismo Dialético, com base no qual fundou o movimento político internacional socialista e arregimentou a classe operária para realizar a revolução que mudaria o mundo.

Às vésperas do tumulto político de 1848 – a insurreição que prenunciava a revolução mundial a ser deflagrada nos países mais desenvolvidos – escreveu com Engels o Manifesto Comunista. Foi o chamamento político que mais arregimentou a humanidade em todos os tempos, ganhou adeptos e criou partidos em todos os cantos do mundo – chegou a constituir Estados gigantescos implantados revolucionariamente para realizar seu ideário (Rússia e China, principalmente). Ainda hoje, não obstante a enorme defasagem da realidade atual em relação àquela observada por Marx, e apesar da ruidosa derrocada soviética, inspira grupos que se renovam no mundo inteiro em busca do ideal socialista com base no marxismo e na conclamação do Manifesto.

Do Manifesto, Marx passou ao estudo minucioso e rigoroso do funcionamento do sistema econômico capitalista, que redundou na portentosa obra da sua maturidade, elaborada na Inglaterra: *O Capital*. Seu intento maior era descobrir as leis (sempre a tentativa de fazer ciência na política) do processo de transformação que faria inevitável a revolução, independentemente da vontade dos revolucionários como ele. Essas leis seriam as da Dialética, inspirada em Hegel, mas não mais com o caráter idealista do grande mestre da Universidade de Berlim. Era a Dialética Materialista, de cunho científico, que devia presidir a práxis revolucionária em que ele se engajou.

Marx foi filósofo, historiador, economista, jornalista, panfletário, mas, acima de tudo, foi um revolucionário ativista. Teve, porém, uma vida particular e familiar financeiramente arruinada, absolutamente típica dessa op-

ção radical, vendo quase sempre, à sua frente, numa Europa convulsionada e numa América em crise econômica, a revolução iminente.

A luta de classes, inserida na lógica do capitalismo, necessariamente levaria à revolução e à ditadura do proletariado. Essa lógica, que cada vez mais agrupava as massas operárias nas cidades e nas fábricas, criando a consciência de classe entre eles, e agravando sempre suas condições de vida pela competição e redução dos lucros das empresas, levaria fatalmente à revolta e à insurreição.

Houve efetivamente revolução, houve ditadura implantada em nome do proletariado, em benefício do proletariado, houve Estado socialista, o Estado voltado para os interesses da classe trabalhadora e não mais para a defesa da propriedade privada da burguesia. Foi, porém, um processo que não se realizou nos países de economia mais avançada, e não seguiu aquela lógica do desenvolvimento do capitalismo mostrada por Marx. O capitalismo não propiciou a revolução, prosseguiu vencendo todas as crises. Desmanchou todas as barreiras e atingiu o desenvolvimento tecnológico e níveis de produtividade impensáveis, a ponto de dizimar a própria classe trabalhadora industrial, reduzindo enormemente a sua dimensão, a sua importância numérica, colocando seus sindicatos na defensiva, estiolando seu ímpeto de luta, e criando uma gigantesca massa de excluídos, atendidos por programas assistencialistas e desorganizados politicamente.

As previsões falharam indiscutivelmente. E, mesmo assim, Marx continua merecendo atenções em todo o mundo. A razão está, de um lado, na agudeza e na clareza da sua crítica ao capitalismo e, de outro, no fato de que, apesar do espantoso salto científico e tecnológico, a economia capitalista não resolveu, e em certa medida agravou, o desconforto e a indignação com a miséria e a desigualdade entre seres humanos.

3. A Revolução Soviética

Na segunda década do século XX, o mundo foi abalado por uma grande revolução, feita na Rússia sob a liderança de Lenin, destinada a implantar a primeira experiência histórica de um sistema político e econômico realmente socialista. A experiência teve êxitos verdadeiramente espantosos e custos

terríveis, que não podem ser esquecidos. Transformou uma grande nação de camponeses pobres, analfabetos e semiescravizados numa das maiores potências econômicas do mundo, capaz de dar a todos os seus cidadãos condições materiais de vida medianamente boas, incluindo as condições de saúde e educação, derrotar a terrível máquina de guerra nazista e realizar feitos científico-tecnológicos que deixaram o mundo em enorme espanto. E, entretanto, depois dessas incríveis realizações, caiu em derrocada fragorosa antes de completar 80 anos.

Não havia na história da Rússia nenhuma experiência de governo que não fosse profundamente autocrático, e o caos que se seguiu ao desmoronamento do czarismo e à própria revolução exigiu o emprego da força militar revolucionária numa luta que durou mais de dois anos até implantar efetivamente o Estado soviético, que devia pôr em execução a ditadura do proletariado através dos sovietes, os conselhos locais de trabalhadores. O sistema começou a funcionar sob a liderança incontestada e eficiente de Lenin, e mal começava a funcionar sobreveio a doença e a morte prematura do líder. A nação ainda destroçada pela guerra e pela desordem, e a velha cultura política do poder autocrático e centralizado encontraram seu novo líder na figura de Stalin, bastante apropriada para a consolidação, a expansão e o fortalecimento do novo Estado.

A mão de ferro do ditador impôs, pelo terror, uma ordem que pela primeira vez tinha como objetivo atender, planificadamente, as necessidades materiais básicas do povo, como alimentação, saúde, educação, emprego, moradia urbana, transporte, de tal maneira que, não obstante a dureza e a crueldade do regime, o governo tinha adesão da massa popular russa, que se mostrou fator decisivo na guerra contra o nazismo. É importante recordar que aquele povo nunca havia usufruído, nem sequer desejado, as liberdades políticas avançadas do Ocidente.

A ditadura, além do suprimento das necessidades básicas, planejou e executou um estupendo crescimento industrial, especialmente da indústria bélica, e conseguiu vencer a guerra terrível contra os imbatíveis nazistas alemães que haviam ocupado quase toda a Europa. Tendo aniquilado sistematicamente, e fisicamente, toda a oposição interna, a ditadura continuou durante um quarto de século após a guerra, mesmo após as denúncias do terror

stalinista, a realizar feitos econômicos e científicos espantosos, até dar sinais claros de esclerosamento ao meio dos anos setenta. Ao impedir, pela excessiva concentração de poder, a renovação de métodos e de lideranças, e ao impor à sociedade um forte bloqueio de manifestações de opinião e uma burocracia extremamente pesada e inevitável, fındou por produzir um estiolamento geral da criatividade interna e da produtividade da economia, e acabou por esgotar as energias da nação na corrida armamentista contra a potência norte-americana. A tentativa tardia de abertura do regime não resultou senão na derrocada irreprimível do poder do chamado socialismo real.

A União Soviética deixou, entretanto, marcas profundas na história do século XX. Propiciou a realização da gigantesca Revolução Chinesa, que sobrepujou vicissitudes muito difíceis, inspirou e apoiou a luta do Vietnã contra o grande império americano, e soube finalmente se amoldar às condições do subseqüente mundo dominado pelo capital. Produziu também um rebento na América (Cuba), a poucos quilômetros da costa dos Estados Unidos, que, embora minúsculo, requer uma observação criteriosa pelo que representa em termos de uma tentativa, que já dura 50 anos, de criar um novo homem socialista. E mais, o seu confronto (falamos da URSS) de mais de 40 anos com a potência norte-americana obrigou o capital a fazer concessões ao mundo do trabalho e da pobreza que acarretaram experiências politicamente muito ricas, como a social-democracia europeia, o desenvolvimentismo latino-americano e a descolonização da África e da Ásia.

O êxito inequívoco da Revolução Soviética e o prestígio incontestável da figura de Lenin, desaparecido prematuramente, decretaram o desfiguramento e o rebaixamento das propostas reformistas dentro da corrente política marxista. O dilema “reforma ou revolução”, colocado no início do século XX, como embate entre alternativas que poderiam conduzir, ambas, ao socialismo, desapareceu engolfado pela tese da revolução, vista então como caminho único para a implantação do socialismo verdadeiro. O reformismo, e seu principal proponente, Eduard Bernstein, passaram a ser considerados como traidores da causa socialista. E a social-democracia, adotada por vários países europeus depois da Segunda Guerra, foi declarada, pelo marxismo dos partidos comunistas do mundo todo, uma manobra de interesse do capitalismo, uma contrarrevolução, uma perfídia, que deveria ser fortemente

condenada, apesar das realizações notáveis que estava conseguindo no campo da justiça social e da distribuição de rendas e direitos.

4. A social-democracia europeia

Na segunda metade do século XX, o conflito latente e permanente, e até ameaçador, entre as duas grandes potências mundiais, representativas dos dois sistemas socioeconômicos em confronto, capitalismo versus socialismo, gerou a materialização de uma resposta intermediária, que havia sido proposta cerca de 50 anos antes por Eduard Bernstein, com a denominação de social-democracia, como revisão do modelo marxista ortodoxo, substituindo a ideia de revolução por uma evolução democrática, mais lenta, em direção ao socialismo. Foi, na verdade, uma manobra política do capitalismo ameaçado, um novo modelo de capitalismo com forte intervenção do Estado, de caráter eminentemente distributivista, que executava políticas sociais profundas com recursos provenientes de um sistema tributário fortemente progressivo, e que apresentou êxitos substanciais, inegáveis, em vários países da Europa, na obtenção de níveis bem mais altos de igualdade estrutural e bem-estar entre os seus cidadãos. Durou pouco mais de um terço de século essa experiência notável, que findou engolfada pela maré global do neoliberalismo, avassaladora após a derrocada soviética, um claro triunfo do capital, exigindo forte redução de gastos públicos distributivistas em todo o mundo, sob pena de perda de condições de competitividade no mercado mundializado.

Permaneceu boa parte do avanço significativo daquele momento tão importante. Restou mais nos países escandinavos, onde o sistema tributário continua carregado nos impostos diretos sobre a renda e a propriedade. Nos demais países o recuo foi bem pronunciado, iniciando-se pela Inglaterra no governo Thatcher, em ligação axial com o governo Reagan nos Estados Unidos. Não havia mais nenhum perigo de revolução a partir do final dos anos 1970; a União Soviética mostrava clara decadência e o clima foi propício para o domínio pleno do neoliberalismo, que exigia a redução drástica da presença do Estado nas economias, seja como investidor, seja como redistribuidor. E a progressão gradual em direção ao socialismo, que tinha avançado substancialmente na Europa, como pregava Bernstein, paralisou-se totalmente.

A França ensaiou um tímido avanço a mais, com uma pequena redução na jornada de trabalho, mas não obteve nenhum resultado significativo, dada a pequenez da redução e a falta de adesão à ideia por parte de qualquer outro país que, seguindo-lhe o exemplo, propiciasse uma retomada em escala global daquela velha reivindicação trabalhista. Seria essa a única forma de redistribuir melhor os benefícios do avanço científico-tecnológico e efetivar essa notável melhoria para os trabalhadores e desempregados de todo o mundo, sem a perda de competitividade do país que pretendesse realizá-la sozinho. Faltou a mobilização mundial da classe trabalhadora, acuada pela derrocada do comunismo e pela hegemonia absoluta do capital.

VI. Outras ideias políticas do século XX – A obra de Max Weber – O nazifascismo

1. A obra de Max Weber

O principal pensador político dos primeiros anos do século XX foi o sociólogo alemão Max Weber, proponente do novo conceito de ética aplicado à política, que parecia resolver a grande contenda histórica, que até certo ponto permanece em pauta nos dias de hoje, entre moral e política. Maquiavel havia afirmado que, sendo duas coisas absolutamente distintas, a moral devia ser desconsiderada, sempre que se tratasse da política. Esse ponto de vista, qualificado como maquiavélico, nunca foi bem aceito, na verdade, pela opinião corrente. E o dilema continuou aberto até a formulação por Max Weber do conceito de ética de responsabilidade, própria dos políticos e dos governantes, e diferente da ética de convicção, própria dos seres humanos como indivíduos na sociedade. Políticos seriam responsáveis pelas consequências dos seus atos sobre a vida das comunidades nas quais atuam, e deveriam pensar nessas consequências ao tomar suas decisões, independentemente do fato de violarem ou respeitarem os princípios da ética tidos como deveres individuais de todos.

Introduziu, assim, certa dose de relatividade na moral política, que parece ter boa aceitação pela opinião da maioria quando julga o comportamento dos políticos, compreendendo que devem ter um certo “jogo de cintura” e passar por cima da rigidez moral em busca do bem-estar da comunidade. Hannah Arendt, posteriormente, reforçou o novo conceito de Weber, relativizando ainda mais a obrigatoriedade moral do uso da verdade na atividade política, no seu famoso ensaio “Verdade e política”.

Max Weber foi um pensador que inovou também na análise das formas de governo, preferindo a diferenciação não tanto pelas pessoas ou grupos que detêm o poder, mas principalmente pelos meios como obtêm a legitimação dos seus atos, o reconhecimento tácito das respectivas sociedades. Analisou os casos de crença, tradição e carisma, como meios de legitimação, diferentes da força e da racionalidade, que seriam meios de uso e manutenção do poder, não de sua legitimação. Definiu a categoria de Estado como instância que tem, reconhecidamente (nem sempre legitimamente), o monopólio do uso da força; e colocou também no Estado a fonte de racionalização da atividade político-administrativa, feita através da burocracia. Max Weber é conhecido como o pensador que valorizou a questão da legitimidade dos governos e a burocracia necessária do Estado.

2. O nazifascismo

Não se pode encerrar a exposição sobre o ideário político do século XX sem uma referência enfática ao movimento e às ideias que sacudiram tão violentamente a Europa, numa oposição ao marxismo mais forte do que a do liberalismo, que perdia expressão no velho continente. O final dos anos 1920 e a década de 1930 viram o crescimento de uma ideologia de governo da força e da eficácia sob comando centralizado, ditatorial, que, priorizando a ordem, no combate aberto às agitações esquerdistas, implantou-se solidamente em Portugal com Salazar, na Itália com Mussolini, e na Espanha com Franco após uma terrível guerra interna, e alcançou um triunfo cabal na Alemanha de Hitler.

O ideário do fascismo era relativamente pobre, concentrado na ideias de melhorar as condições de vida do povo trabalhador – mas sem revolução,

sem desordem revolucionária –, mantendo com força e rigor a ordem vigente do capitalismo, especialmente das empresas nacionais sob o controle político do Estado comandado por líderes honrados, carismáticos e respeitados. Havia uma forte dimensão nacionalista no fascismo italiano e muito especialmente no nazismo alemão, que enaltecia e proclamava a superioridade do *volk* germânico, que deveria dominar a Europa e o mundo em razão dessas qualidades superiores. Esta dimensão racista, aliada ao antissemitismo mais radical, produziu um verdadeiro holocausto, o assassinato frio e organizado de milhões de judeus, planejado e executado como política do Estado.

O nazifascismo encontrou uma parceria adequada, em ideias e ações, no Japão imperialista que projetava dominar a Ásia, e chegou a ocupar, pelas armas, a China, a Coreia, grande parte do Sudeste Asiático e várias ilhas do Pacífico, até cometer o erro grave de agredir desafiadoramente os Estados Unidos, com o bombardeio de Pearl Harbour, no Havaí.

Durou menos que duas décadas o nazifascismo, mas produziu uma hecatombe como até então o mundo não tinha conhecido. Não deixou remanescentes; deixou, sim, lembranças de horror e crueldade; mas enquanto durou irradiou-se e encontrou reproduções, embora em formas mais brandas, em outras partes do mundo, inclusive no Brasil.

VII. O momento atual – Neopositivismo, neoliberalismo, Rawls e Habermas

No mundo do final do século XX, a política esteve dominada pelo triunfo do neoliberalismo e pela globalização do mercado. Poucas, ou pouco expressivas, são as nações que não se deixaram dominar inteiramente por essa torrente avassaladora. Há o caso da China, ainda socialista e planificada, com sistema bancário estatal, mas com grandes aberturas para o mercado internacional liberal. Há a Índia, que resistiu até o ponto de preservar seus bancos públicos dominando o sistema financeiro. E há, sim, uma parte con-

siderável do mundo islâmico, em resistência frontal contra agressões armadas e ameaças do mundo capitalista.

Inserida nesta globalização, entrelaçada com os dogmas neoliberais, está a tendência forte no entresséculos, infiltrada no cotidiano político dos países envolvidos, a tendência de tratar a economia e a política como ciências positivas, quase exatas, chamadas a produzir crescimento econômico permanente, no pressuposto de que este é o grande anseio da humanidade, mesmo a custos ambientais crescentes e sem nenhuma discussão sobre a qualidade e a melhor distribuição dos seus benefícios. Paralelamente, freneticamente, agita-se uma busca intensa e permanente da felicidade em caráter puramente material e individual.

Nesse quadro, o princípio da competição (capitalista, liberal) demonstrou sua superioridade inequívoca, no campo da produtividade econômica, sobre o princípio da cooperação com planejamento (socialista). Produziu, com essa hegemonia efeitos preocupantes, não apenas no tocante à degradação do planeta, como também ao comportamento do ser humano, com a depreciação de valores éticos e humanísticos tradicionais. É o caso, por exemplo, da evidente redução do sentimento de solidariedade cultivado pelas religiões milenares, conjugada com a exacerbação do individualismo e do consumismo, incentivados pelo mercado como caminhos certos para a felicidade.

Do desconforto e da descrença das populações com a política e até com as instituições, cresce a exigência pelo aperfeiçoamento da democracia e, com ela, aparece certa ressurgência da ideia socialista, manifestada no bojo das demandas por mais solidariedade humana. É nessa corrente de opinião que se organiza o Fórum Social Mundial como contraponto humanista ao neoliberal Fórum Econômico de Davos.

Os destaques do pensamento político contemporâneo são de dois pensadores que defendem o aperfeiçoamento da democracia como condição de continuidade do progresso humano. Trata-se do norte-americano John Rawls, falecido há não muito tempo, sustentando que a justiça (ou a ética) requer atenção especial para a questão da igualdade; e do alemão (da Escola de Frankfurt) Jürgen Habermas, que argumenta pelo aperfeiçoamento da democracia e da própria sociedade humana através do desenvolvimento mais intenso da chamada razão comunicativa.

Creio, entretanto, que ficaria incompleto este capítulo contemporâneo do nosso Roteiro sem uma referência – antes de falar dos dois pensadores mencionados – Augusto Comte, filósofo do sec XIX, cuja obra não teve, no seu tempo, repercussão política relevante. Hoje tampouco ela é correntemente reconhecida mas seu conteúdo se encontra fortemente presente no cotidiano e na vida política da atualidade, com mais de cem anos de atraso. Trata-se do filósofo do positivismo, que pretendia enquadrar a atividade política, e até mesmo os preceitos morais estruturantes da nossa sociedade, no âmbito das ciências positivas.

1. Comte foi o criador da sociologia, a ciência da organização das sociedades humanas que, na sua classificação enciclopédica e hierárquica das ciências fundamentais segundo a complexidade crescente, vinha após a astronomia (física celeste), a física propriamente dita (física terrestre), a química (física das moléculas) e a biologia (física da vida), todas após a matemática, que era a primeira, a base de todas as ciências. A sociologia (física social), a quinta das ciências empíricas, certamente teria também suas leis naturais, invariáveis, e deveria reger a política na solução dos problemas coletivos de cada nação. A prioridade para os pensadores naquele estágio de desenvolvimento da humanidade, segundo ele, era descobrir, desvendar e observar essas leis científicas que conduziriam a humanidade à realização plena do Estado positivo, o mais evoluído e feliz na escalada histórica.

O caminho seguro para a consecução desse Estado positivo estava na educação da juventude segundo o método da filosofia positiva. Para mostrar esse caminho, Comte escreveu uma obra portentosa de 3.000 páginas, intitulada Curso de filosofia positiva, na qual, em 60 lições, apresenta de forma sistemática, nas primeiras 45 lições, uma condensação de todo o conhecimento científico da época, desde a matemática, passando pela astronomia, física, química e biologia, até a anatomia e as funções intelectuais e morais do cérebro humano. As 15 lições derradeiras versam sobre a física social (sociologia) e a história do desenvolvimento da humanidade nos seus três estágios.

A essência do positivismo estava na observação das etapas desse desenvolvimento do pensamento humano, das formas de pensar do homem, que

Comte classificou em três estados sucessivos na evolução: o estado teológico, o metafísico e o estado positivo. Nesta última etapa da evolução, a filosofia desinteressava-se pela investigação metafísica sobre princípios e causas primeiras, conceitos e valores abstratos, para observar a realidade concreta e operar pragmaticamente sobre ela com base nas leis cientificamente determinadas. A humanidade, tal como o ser humano individual, era crente, religiosa na infância, idealista na juventude e pragmática e eficaz na maturidade.

A sociologia, a última ciência, que ele chamava de física social, dividia-se em estática social – o estudo das relações e estruturas existentes, estabelecidas em toda sociedade – e dinâmica social – o estudo do desenvolvimento dessas relações no tempo. A estática social determinava a ordem, e a dinâmica o progresso. “Ordem e progresso” era o lema da sociologia comteana, o lema da política positivista. O Brasil, que o tem na bandeira, é o país do mundo cuja vida política esteve mais impregnada pelo positivismo, durante décadas do século passado, como se verá na segunda parte deste Roteiro.

A afirmação da existência de uma ciência, com leis invariáveis para o comportamento social do homem, implicava a afirmação de um determinismo histórico independente da vontade dos homens, independente até mesmo do conceito de justo ou injusto deste comportamento. Contemporâneo de Comte, Marx também afirmou o determinismo histórico, com a lógica da dialética materialista que produziria a revolução e a ditadura do proletariado, independentemente da vontade dos revolucionários e da classe trabalhadora (que podia apenas acelerar o processo). A física social e o socialismo científico, opostos em suas práticas e em seus conteúdos, foram frutos do momento de prestígio máximo da ciência moderna na sua evolução desde Copérnico e Galileu. Este parentesco acabou revelado na experiência do socialismo real, soviético, cuja práxis, priorizando resultados positivos sobre considerações de natureza ética e humanística, apresentava muitas linhas fortes do positivismo comteano.

Até mesmo a moral, para Comte, podia ser tratada como ciência, sendo ele o criador e propugnador de uma religião positivista, isto é, ligada à ciência, a chamada religião da humanidade, cujo lema era: “O Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim”. Comte dedicou grande parte de sua obra à elaboração de um catecismo positivista, no qual

fundamentava os preceitos da nova religião com base no desenvolvimento do pensamento e dos sentimentos humanos até o seu estado final, positivo, propiciador da felicidade.

A política não acabou, evidentemente, nem vai ser substituída pela ciência enquanto existir humanidade; mas cresceu enormemente o tratamento “científico” de segmentos decisivos da política, como a economia, a psicologia social, a informação política e a própria ciência política assim chamada. Este tratamento, muito generalizado hoje, que faz uso do prestígio da ciência para fazer valer interesses políticos dominantes, revela um avanço inquestionável, uma realização substancial das ideias e propostas de Comte apresentadas em meados do século XIX. O pragmatismo exacerbado do debate político atual, que de certa forma deprecia valores tradicionais, é uma das faces mais nítidas da contemporaneidade do positivismo comteano.

Augusto Comte estudou na Escola Politécnica de Paris, onde encontrou os grandes nomes da matemática, da astronomia e da física da França naquele período. O momento era o de maior prestígio da ciência, das verdades científicas inquestionáveis. Depois foi secretário de Saint-Simon, o grande socialista utópico, que era sobretudo um industrialista, um crente fervoroso da ciência e da tecnologia. Dedicou grande parte do seu tempo ao ensino de matemática e astronomia a trabalhadores franceses, juntamente com cursos da sua filosofia positiva, que não encontrou na Europa grande adesão na época, mas fundamentou a república brasileira durante décadas do século passado, e hoje, ainda que não mencionada, parece presente em aspectos muito importantes da vida política do mundo neoliberal.

2. Jonh Rawls é o filósofo norte-americano que levou às posições socialmente mais avançadas a teoria do liberalismo, enfrentando com grande força argumentativa o tradicional utilitarismo anglo-saxão, retomando o conceito de contrato, com expressiva dimensão participativa dos cidadãos, como forma estruturante de um sistema democrático capaz de produzir uma sociedade de conteúdo igualitário aceitável. A obra de Rawls, de extraordinária importância na história das ideias, busca a compatibilização dos ideais individualistas do liberalismo com as exigências do igualitarismo das correntes socialistas, através do desenvolvimento do seu conceito de justiça

como equidade. A igualdade, para ele, é uma exigência ética insubstituível, que grita mais forte nesses últimos tempos de crescimento das desigualdades resultante do capitalismo na sua fase financeira e tecnológica, desde o final do século passado. O crescimento econômico com elevação do nível de renda de todas as camadas sociais, o progresso tecnológico, o alargamento do mercado e do consumo, o avanço da medicina, nada disso pode justificar um modelo econômico-social que beneficie menos, ou mesmo igualmente, os cidadãos mais carentes. Estes, por exigência ética, têm de ser sempre mais beneficiados no processo de desenvolvimento, de modo a que o coeficiente de igualdade da sociedade avance continuamente.

As desigualdades existem na realidade e, para Rawls, podem existir, desde que decorram de posições na sociedade que estejam efetivamente abertas a todos, em condições de real igualdade de oportunidades, e que, ademais, produzam resultados que beneficiem ao máximo as camadas mais carentes dessa sociedade. Este é um dos seus princípios de justiça.

Rawls desenvolve, com precisão acadêmica, conceitos para referenciar sua teoria à realidade política, como o de razão pública, capaz de gerar o equilíbrio reflexivo entre o ideal, sempre presente, de caráter ético, e o real, das coisas como são. Assim também, o consenso justaposto substitui, no campo da política, o conceito de verdade na sociedade democrática e pluralista, permitindo a convivência de diferentes doutrinas religiosas, filosóficas e morais. Razoabilidade é outro conceito importante do pensamento rawlsiano, vinculado à formação pluralista da razão pública, e bem distinto do conceito de racionalidade, próprio da teoria econômica liberal.

É um pensador de matriz kantiana, que assume claramente esta sua raiz e rebate lúcida e honestamente todas as muitas críticas que foram feitas ao seu construtivismo político, fundado na razão prática de Kant, mas sem a abrangência total daquela construção moral, buscando a especificidade de um foco mais limitado, correspondente à concepção eminentemente política de justiça.

Justiça como equidade significa um ideal de sociedade constituída contratualmente, sim, mas como um sistema equitativo de cooperação social, capaz de viabilizar a realização plena da vida humana em coletividade.

John Rawls foi, com Jürgen Habermas, um dos dois maiores pensa-

dores políticos da segunda metade do século recém-fimido. São pensadores que retornam à razão humana como geratriz de suas proposições; retomam o percurso do iluminismo interrompido pelo cinismo pós-moderno e sua algaravia. Ambos foram rigorosos e precisos nas suas formulações, que absolutamente não se conflitam, mas ambas apontam para um futuro alentador. São pensadores novos, bem distintos dos grandes formuladores dos séculos XVIII e XIX, pela precisão maior das suas definições, dos seus conceitos e das suas argumentações, mas também porque apontam para um futuro que parece estar acontecendo na lenta linha de evolução da humanidade, e que pode estar aparecendo neste final da primeira década do século XXI. Falam de coisas que ainda não existem, mas que podem estar começando a existir, devagar, por aproximações sucessivas, preenchendo, passo a passo, o quadro das suas idealizações. Tanto as condições de imparcialidade absoluta resultantes da hipotética “posição original” de Rawls, como as condições necessárias, estabelecidas por Habermas, para a realização do debate criador da “razão comunicativa”, são simulacros de situações de relações políticas das quais a humanidade se esforça em se aproximar no seu empenho por um aperfeiçoamento da democracia que conduza a um grau bem mais avançado de igualdade estrutural, algo que se avizinha do ideal socialista. Digo assim porque sou um dos que acreditam neste caminhar.

3. Jürgen Habermas – Na perspectiva das ideias políticas, Habermas é o filósofo da radicalização da democracia. De maneira mais nítida do que Rawls, retoma o fio condutor do iluminismo, que vinha de Kant, Hegel, Marx e passava pela Escola de Frankfurt (Horkheimer, Adorno) e, no seu esforço para tornar mais límpido o esclarecimento iluminista que estava sendo confundido e posto à margem, abre para essa linha de evolução filosófica uma perspectiva nova (que Rawls não abriu), com a busca de um novo e mais profundo esclarecimento e de uma conseqüente emancipação mais efetiva do ser do homem, através da razão comunicativa – principal conceito de sua obra, e não mais pelo uso da velha razão de consciência de cada um.

Habermas realmente muda a filosofia, abre-lhe um novo livro, não apenas um capítulo, quando define o novo conceito de razão, capaz de superar, em termos de evolução, a razão de consciência, o cogito individual, a razão

do sujeito que perscruta o objeto, a razão que serviu de instrumento essencial de toda a meditação filosófica e científica, desde que ela se apresentou há 2.500 anos. A própria ideia de verdade se transmuda em direção ao consenso intersubjetivo propiciado pela comunicação por meio da linguagem.

Abre-se, também, com a razão comunicativa, uma via nova de aprofundamento e aperfeiçoamento da democracia, pela prática do debate permanente e abrangente em busca do entendimento intersubjetivo, debate em condições de efetiva igualdade, com integral e verdadeiro respeito ao “outro”, institucionalizado, de maneira progressiva, baseado em condições teóricas de completa igualdade entre os participantes. São essas condições teóricas, que ele define com rigor, que devem ser buscadas por aproximações a fim de propiciar o surgimento, a manifestação da razão comunicativa, a razão eminentemente democrática. É de se assinalar que essas definições teóricas, as “condições ideais de fala” formuladas por Habermas, têm uma clara analogia com a teórica “posição original” que J. Rawls define para dar início ao processo de escolha de modelo político feito pela comunidade, antes de qualquer conhecimento sobre a posição que cada um ocupará depois de feita a escolha e implantado o modelo.

Mas não é tudo. Habermas vai bastante além, ao apresentar o processo de evolução da própria espécie humana fundado na fala, na linguagem de comunicação, no desenvolvimento da razão comunicativa. O homo é o ser que fala, e falando é que desenvolve a razão humana. Habermas acredita num processo de evolução social da humanidade, numa espécie de progresso que não é o científico-tecnológico, de domínio da natureza, mas o progresso ético do amadurecimento em direção à emancipação do ser, propiciado pela racionalidade comunicativa. É uma nova e larga avenida para a filosofia, riquíssima em desdobramentos. É realmente um marco na história da filosofia ocidental que está aí, diante de nós, desafiando a nossa capacidade de extrair suas consequências.

Eu vejo, nesses desdobramentos possíveis, dentro da perspectiva política, o avanço da democracia participativa e amadurecida em rota para o socialismo. E acho que deveríamos explorar todo este debate.

A perspectiva dada pelo tempo desse longo percurso, desde a Grécia clássica aos dias de hoje, mostra-nos com clareza os dois principais aspectos dessa evolução das ideias e das práticas políticas, que são importantes de ressaltar.

O primeiro é que a democracia, que começou em Atenas, desapareceu desde o Império Romano e ressurgiu no Ocidente a partir das revoluções inglesa, americana e francesa, assumiu, no final dos 1900, depois de algumas contramarchas trágicas, uma condição definitiva de sistema insuperável no seu princípio de poder conferido ao povo. Tornou-se impensável substituir a democracia por qualquer outro sistema de governo que não conceda ao povo em geral, livre de constrangimentos nas suas manifestações, sem distinção qualquer de classe, raça, sexo, credo, os direitos de cidadania e a palavra final nas decisões políticas. Isso representa uma conquista ética da humanidade de enorme dimensão, que pareceria inopinada há pouco mais de 200 anos, na metade dos 1700. Cem anos atrás, as mulheres e os iletrados não eram cidadãos, não votavam. Há 150 anos, havia escravidão institucionalizada em vários países, especialmente no Brasil, onde o rendoso tráfico de negros africanos continuava sendo praticado, mesmo contrariando uma lei aprovada havia pouco tempo. Tudo isso passou definitivamente, e a torrente de sangue derramado desde a Revolução Francesa, com todo o seu horror, não foi totalmente perdida ou infrutífera. Trouxe ao mundo, pela sua vasta repercussão mundial, a convicção generalizada (que as revoluções inglesa e americana haviam antecipado) de que é a vontade do povo, a vontade geral de Rousseau, que deve decidir a política e governar as nações.

Mas não era ainda uma ideia definitivamente consolidada na primeira metade do século passado. A instabilidade de governos que adotavam o modelo democrático, sua fraqueza na formação de consensos capazes de enfrentar a crise econômica, levou à opção pela ditadura fascista em vários países de grande projeção no mundo. E só depois de uma nova tragédia desmesurada e indescritível – a mais funesta e horripilante que a humanidade conheceu, a guerra que envolveu os cinco continentes entre 1939 e 1945 e matou diretamente cerca de 30 milhões de seres humanos (!); e ainda mais, só depois da ruidosa derrocada da ditadura socialista da URSS (vitoriosa na guerra), já quase na última década do século – cristalizou-se forte e definitivamente no mundo o consenso em torno da superioridade absoluta do ideário da democracia perante a história.

Essa consolidação derradeira da ideia democrática descarta a viabilidade de revoluções socialistas de tipo leninista, feitas por um grupo político

aguerrido e organizado, que se vê como vanguarda da história, que pensa que sabe mais do que o povo o que é melhor para o povo, e que toma o poder pela força para implantar o socialismo. Revoluções desse tipo necessariamente conduzem a uma ditadura, ainda que supostamente provisória, para a consolidação do seu projeto. E nenhuma ditadura é hoje aceitável, pela sua própria essência autoritária. Nenhuma ditadura, mesmo se implantada com o fim de fazer justiça e beneficiar o povo, tem condições de garantir a realização de uma sociedade verdadeiramente emancipada, livre e justa.

O segundo aspecto a ressaltar é que a democracia, como é praticada correntemente, a chamada democracia representativa, embora sendo absolutamente necessária e irrevogável, não é mais suficiente. De um lado, a prática continuada da delegação e da representação produziu distorções, abusos e corrupção dentro do sistema que o levaram a um grau de desmoralização que ainda reduz mais profundamente o interesse dos cidadãos pela política, indicando claramente uma saturação do modelo clássico que demanda aperfeiçoamentos, com novos processos que reaproximem representantes e representados no jogo democrático. De outro lado, o enorme progresso ético que significou a aceitação mundial do governo do povo não produziu o seu corolário esperado: a igualdade estrutural entre os cidadãos na economia, na cultura e na política, esta que era a grande promessa do socialismo.

A insatisfação com as desigualdades remanescentes manifestou-se já em meados do século seguinte à Revolução Francesa: surgiu o movimento socialista e a grande arregimentação marxista. Aconteceu meio século depois a Revolução Russa e a implantação da primeira experiência socialista, a União Soviética, mostrando ao mundo um grau de equalização popular sem precedentes, com gigantescas realizações materiais e científicas, mas apresentando uma forma ditatorial de poder incrustada de desmandos e crimes hediondos que horrorizavam e eram inaceitáveis. Durou pouco mais de meio século e desmoronou desmoralizada, dando ensejo a uma hegemonia absoluta do capital e do mercado, com consequências profundas em termos de aumento galopante das desigualdades no mundo.

Esta nova fase histórica, de hegemonia absoluta do capital, veio com a missão de negar radicalmente todos os conceitos marxistas, colocar o socialismo na lixeira da história e afirmar a democracia liberal como modelo

capaz de acabar, pelo progresso e pela ciência, com a luta de classes e com o descontentamento decorrente das desigualdades estruturais entre os homens. Isto, entretanto não aconteceu: as divisões de classe e a luta de classes ainda existem e se manifestam nitidamente em todas as partes do mundo, embora com feições bastante diferentes da versão de Marx, na medida em que a classe trabalhadora industrial, com a qual ele construiu o modelo de luta contra a burguesia, modificou-se profundamente a partir dos países mais ricos, em parte encolhendo numericamente, como consequência do avanço tecnológico, em parte se aburguesando, engolfada na torrente do consumismo. Mas as diferenças e as injustiças aumentaram, e o descontentamento entre as outras classes proletarizadas pela nova onda capitalista cresceu mais rapidamente, sem que a democracia, no seu modelo clássico liberal, fosse capaz de resolver minimamente este grave problema social mundial. E a chama abafada do ideal socialista continuou na forma de uma brasa incandescente à espera de novas vicissitudes.

A esta incapacidade da democracia liberal de avançar na equalização social veio somar-se a perplexidade dos dias de hoje com a grave crise da economia liberal, que ainda não se desdobrou na sua inteireza, não dando ensejo a uma avaliação aceitável do seu potencial de danos. Eis, pois, o grande desafio político que se coloca nos dias atuais: cresce intensamente a demanda pelo aperfeiçoamento da democracia. É o melhor dos sistemas de governo, sem mais nenhuma dúvida, mas necessita aprimoramentos, não pode ficar estacionada no modelo clássico representativo. Aspira por uma renovação de processos capaz de reaproximar os representantes dos representados, e por uma lapidação que resulte na obtenção de um grau maior de igualdade estrutural entre os seres humanos e que reduza a violência que a desigualdade crescente provoca. A igualdade não deve ser apenas legal e teórica, mas concreta, real, econômica, social e cultural. Que aperfeiçoamento será este? Não há resposta convincente. Um outro mundo é possível, afirma o Fórum Social Mundial, sem, entretanto, ser capaz de indicar os caminhos de construção desse outro mundo.

A resposta mais comumente mencionada passa pelo aumento da participação popular nas decisões de governo, pela aproximação com a ideia de democracia direta ateniense, mas esbarra não só na dificuldade técnica da

abrangência dessa participação de forma permanente, com o crescimento das populações, como em outras dificuldades ainda mais complexas, derivadas do desinteresse das massas pelas questões políticas e das manipulações, cada vez mais viáveis e frequentes, das opiniões dessas massas alienadas que se orientam pelas linhas dadas pela grande mídia. A constituição de grupos de elite capazes de liderar essa participação de massas, criando motivações e esclarecendo o debate, continua sem solução aparente.

Há perspectivas promissoras, todavia, quanto à inversão da tendência à concentração de renda e de poder, e o conseqüente alargamento da exclusão social. O confronto com o neoliberalismo econômico vai exigindo, e começando a obter parcialmente, a retomada das funções econômico-sociais do Estado, notadamente no controle do sistema financeiro, e a implementação de políticas públicas de cunho redistributivista, dosadas segundo a avaliação da viabilidade em cada caso. É uma retomada milimétrica do caminho do socialismo que se vai realizando tentativamente com mais clareza na América do Sul. É uma estratégia gradualista que a professora Dora da Costa, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), na sua tese de doutorado chama de “angulação”, numa analogia interessante com a figura geométrica que mostra desvios lineares positivos, importantes e crescentes, resultantes de pequenas variações angulares na diretriz da política, na medida em que o raio do círculo – que representa o tempo de aplicação das medidas – cresce. Significa que a persistência de políticas públicas de pequenas e graduais variações acabam por apresentar resultados surpreendentemente importantes ao longo do tempo, a exemplo da sucessão de aumentos do salário mínimo um milímetro acima da mera recuperação pelos índices da inflação e da produtividade. É, com efeito, uma boa estratégia, esta de avanços pequenos e graduais em direção às metas da justiça e da igualdade, mas que esbarra nas dificuldades políticas decorrentes de ter de negociar continuamente com os interesses do capital. Dificuldades, por conseguinte, de manter os pequenos avanços conquistados ao longo do processo de rotatividade natural do poder no sistema democrático, e maiores ainda de conquistar novos avanços angulares num processo gradualista. Adicione-se a estas dificuldades o fato de que o capital está constantemente a produzir novidades tecnológicas cujo

feito é reduzir mão de obra, aumentar o exército de excluídos e pressionar os sindicatos a permanecerem na defensiva.

Difícil, enfim, a solução desse magno problema do aperfeiçoamento da democracia capaz de produzir alterações importantes no quadro social, com mais justiça na distribuição dos frutos do progresso, obtido pelo trabalho de todos e pelos avanços da ciência, que afinal é patrimônio da humanidade. O que pode alentar os que buscam a solução é a constatação real do descontentamento crescente e da inoperância do capital para lidar com este descontentamento oferecendo compensações substanciais, como fez no passado.

Em meio a este quadro de descontentamento, desilusão e inoperância, rebenta a crise do neoliberalismo, que mostra ao mundo toda a gigantesca trapaça da financeirização espiralada da economia capitalista. Não faltariam líderes carismáticos para propor a punição dos responsáveis e a implantação de ditaduras saneadoras, não estivesse a democracia finalmente consolidada em definitivo.

Certamente, a meu juízo, é o fim da época neoliberal e o início de uma nova etapa de intervenções estatais de controle e reativação das economias, especialmente no controle público do sistema bancário. O Estado, como instituição propiciadora do terceiro e mais alto nível de “eticidade” de Hegel (acima das famílias e da sociedade civil), recupera seu papel fundamental no processo político. E é possível que, no bojo da onda intervencionista, encontrem-se dispositivos de redistribuição que tenham analogias com o modelo social-democrata que o neoliberalismo destruiu há 30 anos. Mas tudo está ainda no terreno das especulações lançadas diante do nevoeiro dos acontecimentos imprevisíveis.

VIII. A história do futuro

Finda a narrativa do curso da História, somos todos tentados a indagar do futuro, a fazer especulações sobre a “História do Futuro”, como fez Vieira há mais de trezentos anos. E neste terreno de hipóteses, somos todos enviesados a sondar as possibilidades de se abrirem caminhos que conduzam a um mundo de quimeras acariciado pelos desejos e sonhos de cada um de nós humanos.

Um mundo coordenado por uma entidade internacional respeitada e acatada em suas resoluções, democrática na sua composição e ética nas suas ações; um mundo finalmente sem guerras, em que os conflitos entre nações são resolvidos à luz do Direito e da arbitragem conduzida por esta entidade – A ONU, por que não? Eis o pano de fundo desta visão quimérica. A ONU reestruturada, sem privilégios de qualquer país, a ONU com força moral e força militar de paz para impor a vontade coletiva e democrática das nações em todo o mundo. A ONU com poder capaz de impor uma legislação internacional de preservação fundada numa ética ambiental que obtenha o consenso de todos os povos do Planeta. Eis os traços de um mundo que corresponde às expectativas mais candentes relativas à continuidade da existência da vida humana na terra; um mundo que não somente é possível, mas necessário, diante das ameaças de destruição que o assediam.

Porém não é apenas a condição de sobrevivência que importa. Necessária, mas não suficiente. A expectativa naturalmente vai além, e especula sobre os caminhos da continuidade do processo milenar de aperfeiçoamento da Humanidade. Especula enviesadamente, claro, cedendo aos anseios idealistas de cada um, de acordo com o sentimento que pauta sua perspectiva política. Assim é que, para mim, na minha fantasia utópico-realista, consigo antever várias sendas que poderiam dar acesso à continuidade do aperfeiçoamento da Humanidade e dos seus sistemas políticos e sociais. Entre essas muitas, seleciono três para esta minha digressão sobre a História do Futuro neste mundo de paz coordenado internacionalmente. Seleciono com base num sentimento de importância de cada uma delas, de viabilidade também, segundo meu juízo, e, sobretudo, porque sou político, não cientista nem acadêmico, sobretudo pelo meu desejo interior.

Uma delas, a primeira destas sendas que antevejo, talvez a principal, seria a retomada da luta pela redução da jornada de trabalho, que começou nos primeiros tempos da Revolução Industrial e parou nas primeiras décadas do século XX, após vários e custosos episódios de êxito em favor dos trabalhadores, que encurtaram o tempo de trabalho de 12 horas para 8 horas por dia. Hoje, depois dos incríveis avanços da tecnologia e da produtividade do trabalho, mais que nunca uma nova etapa de redução substancial é materialmente possível, moralmente justificável e economicamente viável. O problema, mais uma vez, é eminentemente político, de um enfrentamento muito mais árduo e embaraçoso do que nos tempos em que o capital ainda não tinha o domínio com a intensidade, a profundidade e a energia com que se impõe hoje. Um enfrentamento que ainda traria o nome de socialismo – o qual, ao contrário do que se apregoa pela mídia mundial, não está morto, mas aceso como um farol ao longe que indica a direção do caminhar a percorrer na rota de evolução da humanidade.

Outra senda de aperfeiçoamento que se pode vislumbrar hoje é a completa socialização dos transportes nas grandes cidades. A Cidade é, para a Humanidade, o grande centro criador de novas ideias e transformações culturais. E uma das soluções em gestação para sobrepujar o tormento do tráfego e a poluição do ar nas cidades é a completa coletivização de uma das principais atividades do seu cotidiano: o transporte urbano. Meios coletivos gratuitos e de boa qualidade oferecidos ao cidadão qualquer, em troca da quase proibição do uso do automóvel particular nos dias de trabalho, com benefícios incalculáveis para todos em termos de ganho de tempo nos deslocamentos, redução do estresse diário dos congestionamentos e diminuição importante na poluição do ar respirado nas cidades.

E uma terceira senda, talvez a mais difícil, seria a integral globalização da cidadania: cidadãos nascidos em qualquer país poderiam não só circular, mas residir e trabalhar em qualquer outro país de sua escolha. O significado desta efetiva globalização seria, necessariamente, a eliminação de diferenças significativas de riqueza, renda e condições materiais de vida entre todas as nações do planeta. Difícil demais, tal realização, mas não impossível para a visão utópica dos socialistas, aquela que começa a perceber o processo de agravamento contínuo das situações tormentosas que vão ocorrendo dentro

dos países ricos, com a pressão crescente da imigração clandestina e as reações cada vez mais violentas das populações locais estabelecidas.

Falamos, claro, de um ressurgimento da quimera socialista projetada com base nas condições presentes hoje, tão diferentes das do tempo de Marx. Condições de produtividade tecnológica propícias a um corte na jornada de trabalho que abrisse ao ser humano novas (nunca imaginadas) oportunidades de realização de sua vida; condições de atravancamento das ruas das cidades que se vão tornando insuportáveis, e condições de luta cada vez mais renhida entre populações pela vida de melhor qualidade nos países que desenvolveram esta qualidade. E a metáfora socialista do farol visível ao longe, que indica a direção do caminhar, mas não garante a chegada ao utópico fim da marcha, lembra a famosa e clarividente proposição de Bernstein, segundo a qual o socialismo não era o fim, a sociedade perfeita, justa, sem classes, mas o meio, o caminho a percorrer em direção à meta. Execrado pelo leninismo, Bernstein foi posto de lado, e agora ressurge iluminado pela nova realidade que Marx não conheceu.

Contando com uma compreensão benévola para com a minha insistência no tema, quero acrescentar algo mais, pela importância que lhe atribuo, ao que referi sobre a viabilidade de uma redução significativa na jornada de trabalho. Dada a efetiva e irreversível mundialização da economia existente hoje, que não depende da força do neoliberalismo em declínio, mas resulta do incrível avanço nos meios de transporte e comunicação, nenhum país, por melhores que sejam suas realizações econômicas, teria condição de iniciar sozinho um processo de redução notável da jornada, já que perderia dramaticamente competitividade em sua economia e estaria fadado a uma crise que tornaria politicamente insustentável a redução iniciada.

Entretanto, as condições de produtividade são tais no mundo de hoje que a jornada de trabalho poderia ser reduzida até à metade, desde que a decisão fosse também globalizada. Haveria, sim, um choque inflacionário forte, pela elevação dos custos de mão de obra, que exigiria certo gradualismo neste avanço e demandaria medidas duras de controle monetário. Mas a escala dos efeitos positivos sobre o bem-estar da humanidade compensaria, de longe, as restrições decorrentes dos controles necessários. A própria produtividade do capital poderia ser bastante elevada, pelo melhor aproveita-

mento das instalações fixas e equipamentos, que poderiam ser utilizados dez ou doze horas por dia, até durante os sete dias da semana, movimentados por equipes diferentes de trabalho que se revezariam. O volume de emprego mais que dobraria, a massa excluída cairia a quase desaparecer, e a disponibilidade de tempo dos trabalhadores para cuidar do seu desenvolvimento espiritual e cultural seria capaz de produzir, sim, um extraordinário salto qualitativo na evolução de espírito humano. Um mundo novo e mais humanístico poderia surgir por essa via. Claro que em nada se alteraria a ameaça de natureza ambiental, que é extremamente grave e requer, também, medidas fortes e urgentes às quais o capital resiste. Só que a estas ele terá de ceder, sob pena de extinção, já que as ameaças de destruição catastrófica estão ficando cada vez mais evidentes. É preciso que sinta a ameaça também pelo outro lado – das tensões da injustiça, da desigualdade, da exclusão, do ódio, do rancor, da criminalidade.

Enfim, outro mundo é possível, sim, com uma inequívoca marca socialista, e os dois maiores pensadores do final do século passado, Rawls e Habermas, mostraram, com clareza e precisão, caminhos abertos dessa possibilidade; mas sua materialização exige liderança e organização política em âmbito mundial. O Fórum Social Mundial ensaia tentativas dessa organização, na linha do debate estimulador e criador da razão comunicativa de Habermas, esperando o surgimento de um ou vários mobilizadores humanos das dimensões de um Karl Marx, de um Mahatma Ghandi ou de um Martin Luther King. Há chances para uma boa crença.

AS IDEIAS POLÍTICAS NO BRASIL

O discurso sobre a evolução das nossas ideias políticas obviamente segue o rumo do desdobrar do pensamento mundial, ao mesmo tempo em que acompanha o desenrolar da história nacional. Andam juntos, ideias e acontecimentos históricos; as ideias por vezes precedem os fatos, fermentando opiniões, como teoricamente seria de esperar. Muitas vezes, porém, os fatos políticos se precipitam fundados na força dos interesses e sentimentos, e as ideias vêm depois, racionalizando os feitos. Ou não vêm, e a política se consuma sem qualquer idealização estruturante.

Nesta parte do nosso Roteiro quero ressaltar não tanto as ondas ideológicas que vieram do mundo, dos grandes centros geradores, e aqui tiveram vigência com o retardo natural das repercussões que são eco, retardo que existe (embora menor) mesmo nos dias correntes de informação instantânea. Quero falar especialmente daquelas criações ou adaptações que constituíram verdadeiras especificidades brasileiras, e que receberão aqui uma referência mais atenta.

O nosso período colonial contém acontecimentos de enorme importância histórica, como a decisão pernambucana de restaurar o vínculo com Portugal em meados do século XVII, expulsando os holandeses que haviam trazido uma onda de progresso àquelas terras. Junto com os holandeses foram expulsos os judeus, que constituíam um relevante fator daquele progresso, e que do Recife partiram para fundar Nova York. Valeu, naquele grande episódio histórico, o sentimento local luso-brasileiro, puramente, a vontade política, independente de qualquer racionalização.

O movimento da Inconfidência, embora com alguma tintura de iluminismo republicano, não chegou também a estruturar minimamente um conjunto de ideias políticas. A independência em relação ao pesado jugo da Metrópole era o grande objetivo. Mais próxima do ideário iluminista, articulada sob forte influência da maçonaria, foi a Revolução de 1817, já quase ao fim do período. Entretanto, mais do que ideias liberais republicanas, as revoluções pernambucanas, de 1817 e de 1824, visavam à separação, à autonomia em relação ao poder do Rio de Janeiro. A distância do novo centro de poder, a história e a economia da região, que pouco ou nada tinham em comum com o Rio, e o exemplo das novas repúblicas hispano-americanas, separadas, autônomas entre si, criavam em todo o Nordeste brasileiro fortes anseios de independência, que tinham no Recife seu grande e histórico centro de manifestação. Era, uma vez mais, uma força política de sentimentos, de vontade de poder, mais do que um movimento com lastro em ideias estruturantes.

A Colônia não tinha ideias porque não podia ter ideias, não devia tê-las, para melhor servir à Metrópole. Não tinha imprensa, não tinha livros, não tinha faculdades, não tinha tribunas, não tinha indústrias, tudo isso com o propósito explícito de evitar o surgimento e o desenvolvimento de ideias próprias da terra. A Colônia tinha púlpitos, que professavam a religião e a conformidade com os fatos. Em certo momento teve os jesuítas evangelizando e civilizando os indígenas, e defendendo-os contra a escravização e os maus-tratos dos colonizadores. Chegaram a ter algum significado político, desafiando o poder dos donos das terras, e a palavra extraordinária, brilhante e vigorosa do padre Antonio Vieira até hoje ecoa no Brasil, ainda que nunca tivesse defendido os negros africanos, tão martirizados. A questão dos índios foi resolvida com a escravidão dos africanos, e mais tarde os jesuítas foram expulsos, precisamente porque tinham ideias próprias, mesmo que atrasadas à luz dos avanços da história naquele século XVIII.

Assim é que, num roteiro de evolução das ideias políticas no Brasil, não aparece nada digno de menção no período colonial. Talvez coubesse a citação das ideias de Vieira sobre o Império Luso-Brasileiro, sobre a Companhia de Comércio nos moldes da holandesa, e sobre a defesa dos judeus, vistos por ele como importante fator de progresso e administração do capital. Defesa, aliás, que o levou perigosamente ao Tribunal do Santo Ofício num

processo que teria findado em condenação, não fossem suas poderosas amizades no Reino, que chegavam ao Rei, D. João IV. Foram ideias políticas, sim, inovadoras e de grande significado, mas que não se podem ter como genuinamente brasileiras, já que envolviam a associação com Portugal, e se dirigiam mais à Corte Portuguesa que à sociedade brasileira.

A vinda de D. João VI, em 1808, sim, traz os primeiros livros, as primeiras faculdades, e as primeiras ideias, mas já era então, verdadeiramente, o fim do período colonial, era a Corte se instalando no Rio, que passou a ser o centro político do império luso-brasileiro. Eram liberais, iluministas, essas primeiras ideias, e o visconde de Cairu foi o principal autor da sua primeira expressão, eminentemente liberal.

Depois da Independência, naturalmente, vão aparecendo as ideias políticas brasileiras, acompanhando o desenvolvimento da história. No meu julgamento, divido a história da nação brasileira até agora em sete grandes períodos, separados por eventos marcantes, verdadeiramente históricos: a Independência e o Primeiro Reinado; o Segundo Reinado e a Abolição; a República Velha; a Revolução de 30 e o governo Vargas; o desenvolvimentismo dos anos 1950; o neoliberalismo; e a primeira eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Cada um desses momentos históricos teve suas ideias mestras e os seus ideólogos, formuladores de propostas fundamentadas. Algumas essências desse ideário perpassaram mais de um período histórico, como é o caso do marxismo, que esteve muito presente em toda a segunda metade do século XX. E é possível, perfeitamente, identificar os pensadores brasileiros que desempenharam papel mais importante nessas formulações ou adaptações. Em alguns casos identifica-se até um único pensador, inequivocamente principal, como foi Cairu na finalização da Colônia, José Bonifácio na Independência, Joaquim Nabuco na Abolição e Plínio Salgado no integralismo. Nos outros casos, ou períodos, não seria possível identificar uma única figura com tanto destaque, mas certo grupo ou núcleo formulador. Por exemplo, não estará errando quem ligar as diretrizes políticas de todo o período que se seguiu à Revolução de 30, com Vargas no poder, ao pensamento dos positivistas brasileiros, especialmente aos positivistas gaúchos formados por Julio de Castilhos; assim como quem vincular o ideário do desenvolvimentismo

ao pensamento do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), junto com o dos economistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), e o da era que se inaugura recentemente com a eleição de Lula à luta dos socialistas em geral. A República Velha e o período neoliberal não tiveram propriamente formulação interna, nem mesmo esforço importante de adaptação; tudo veio quase pronto do mercado internacional.

I. A Independência e a fundação do pensamento brasileiro – José Bonifácio

A chegada da Corte no Brasil e a decretação da abertura da economia brasileira para o mundo foi o marco do fim do período colonial.

Um brasileiro destacou-se com muita nitidez no estabelecimento deste marco: José da Silva Lisboa, depois visconde de Cairu. Eminentemente estadista, um dos mais influentes auxiliares diretos de D. João VI, não só na decisão da abertura dos portos, mas em toda a gestão do regente no Brasil, foi o nosso primeiro economista, praticamente o fundador da economia brasileira, figura hoje mui justamente reverenciada, patrono da Associação Comercial. Indiscutível sua proeminência política, sua elevada estatura de homem público e de pensador. Publicou, em 1804, os seus Princípios de economia política e terminou seus dias como prestigiado senador do império. Não se pode colocá-lo, entretanto, no rol dos grandes formuladores de ideias brasileiras, porquanto aquelas que professava, e que colocou em execução com resultados realmente fundadores da nossa economia, eram, sem qualquer alteração, os princípios do liberalismo de Adam Smith, de cuja obra foi leitor profundo e seguidor eficiente. Assim é que, muito longe de qualquer intuito de desmerecer a grande obra de Cairu, a fundação do pensamento político brasileiro coloca-se, no início do período imperial, na figura central de José Bonifácio de Andrada, por isso mesmo considerado, oficialmente, o patriarca da independência.

Este brasileiro, cientista verdadeiro, mineralogista e metalurgista renomado na Europa, onde se formou convivendo – como itinerante e atento observador por mais de uma década – com o tumulto revolucionário e reformista do iluminismo e do liberalismo, foi também influente na corte de D. João VI ainda em Portugal. Seu destaque maior, entretanto, se deu como principal figura de conselheiro de Pedro I e de articulador dos eventos da Independência e da sua validação unitária em todo o extenso território nacional.

Foi verdadeiramente um homem de ideias, e de ideias que se podem dizer das mais avançadas do mundo no seu tempo. Desenvolveu-as com formulação original tendo em vista a realidade própria do país, que se constituía naquele momento como um vasto império repleto de problemas. Foi o primeiro a defender, por exemplo, o conceito de um amálgama de raças e culturas no Brasil, incorporando brancos europeus, índios americanos e negros africanos. A mestiçagem, para ele, era fator de formação de seres humanos mais ativos, produtivos e criativos, e pensava em medidas governamentais de estímulo ao casamento inter-racial. Foi também pioneiro na condenação explícita e candente da escravidão e do latifúndio, fatores gêmeos que impediam o uso de técnicas modernas na agricultura. A escravidão, para ele, além de inaceitável moralmente, obstruía a formação de uma identidade nacional brasileira. Muitas das ideias que antecipou vieram a ser desenvolvidas por Joaquim Nabuco na campanha abolicionista do Segundo Reinado. Conversava com escravos com a consideração devida a pessoas humanas, e aprendeu com vários deles, com o interesse típico do cientista, muita coisa da história, da geografia e da vida socioeconômica da África. Foi ainda um precursor na defesa do direito de voto para a mulher.

Do projeto inicial de um império federativo luso-brasileiro, evoluiu rapidamente para o projeto eminentemente brasileiro, progressista, iluminista, de uma economia de livre mercado com desenvolvimento industrial e modernização das técnicas de cultivo agrícola, abarcando univocamente toda a vastidão do Brasil. Homem de ideias muito firmes, de personalidade forte e autoritária, em pouco tempo chocou-se com o Imperador, foi exilado, mas voltou reconhecido anos depois, a ponto de ser o escolhido por Pedro I tutor do seu filho, o menino Pedro II. Tornou a se chocar política-

mente com as autoridades da Regência e foi destituído das funções de tutor. Deixou, porém, sua marca de fundador do pensamento político brasileiro.

Apresentou e defendeu ideias consistentes e proposições com uma visão de verdadeiro estadista, que descortinava vários dos grandes problemas que o Brasil viria a enfrentar e antecipava soluções: monarquia constitucional com respeito aos direitos fundamentais consagrados no final do século anterior; proibição rigorosa do tráfico negreiro e abolição do regime de escravidão; divisão mais equânime das terras com a concessão de pequenas propriedades a índios, negros e europeus imigrantes, e ajuda aos seus trabalhos na lavoura; incentivos à criação de manufaturas como condição de fortalecimento da economia; prioridade para a educação básica, científica e moral; defesa da miscigenação de etnias e culturas que habitavam o país; e até mesmo a mudança da capital para o Planalto Central, como meio de efetivar a ocupação territorial e melhorar as condições de sua defesa.

Um mês antes do 7 de setembro, no “Manifesto do príncipe regente” (D. Pedro) redigido por ele, José Bonifácio antecipava a proposta de “um governo forte e constitucional” com soberania sobre todo o Território que, com pequenas diferenças, é o do nosso Brasil de hoje. Antevia o progresso e a riqueza do povo jovem que se constituía em nação, com base nos conhecimentos da ciência, afirmando a crença iluminista e democrática que vinha da Europa, onde ele tinha formado seu saber e suas convicções.

José Bonifácio e seus irmãos, os Andradas, dominaram política e culturalmente a Assembleia Constituinte, e os termos com que se dirigiu aos legisladores brasileiros foram enérgicos no que respeita à escravidão, que devia ser extinta, em nome da justiça, da liberdade, da civilização e da valorização do trabalho. Exortava-os a não se intimidarem ante os “urros do sórdido interesse”, isto é, as ameaças dos donos das terras, que eram os donos do país.

Nas suas propostas sobre a organização política, em que chegou a falar em extinção da nobreza, desafiando sempre os poderosos da terra, converge com a vontade do jovem Imperador, que projetava uma monarquia cheia de poderes bastante centralizados, mas constitucional, isto é, limitados por salvaguardas próprias da cidadania.

Nas ideias de organização do poder não divergia muito da vontade do

Imperador, mas na prática política, sim. Queria tanto que prevalecessem suas opiniões que inevitavelmente se bateria em confronto com D. Pedro, como acabou ocorrendo, tão gravemente que teve como consequência o seu exílio e a dissolução da Constituinte.

A Constituição foi feita por um grupo de juristas que, cedendo à pressão fortíssima dos donos da terra, silenciou sobre a escravidão, mas falou muito enfaticamente no direito de propriedade, que devia subentender até a propriedade de escravos. Foi outorgada pelo imperador ao povo brasileiro na ausência do Patriarca.

A inovação notável daquela Carta foi a instituição do Poder Moderador. Foi realmente uma criação brasileira, talvez luso-brasileira, mas que se tornou completamente brasileira, inspirada em ideias de um autor francês muito em voga no momento, que foi Benjamin Constant, e realizada, tornada efetiva, desenvolvida e consolidada unicamente no Brasil. Tratava-se de um quarto poder (o Poder Neutro), exercido pelo monarca, que tinha a prerrogativa de fiscalizar e intervir, autonomamente, sem ser responsabilizado perante qualquer outra instância, sobre os outros três poderes, inclusive o Executivo, que era também exercido, cumulativamente, pelo próprio Imperador.

Era uma inovação típica do movimento ecletista que então era forte na França e que se tornou quase um traço marcante no pensamento e na vida política brasileira. Ecletismo que buscava combinar as ideias liberais com a prática monárquica absolutista; ecletismo que satisfazia muito bem o temperamento e a vontade do nosso primeiro Imperador, mas que se materializou perfeitamente no exercício do poder do segundo, seu sucessor.

Foi adotado pela Comissão Constituinte certamente por forte sugestão de Pedro I, mas poderia certamente ter tido a concordância de José Bonifácio, que preconizava uma autoridade forte e centralizada em meio aos direitos liberais e iluministas de cidadania.

Posteriormente – só posteriormente, ao longo das décadas seguintes – foi o Poder Moderador discutido amplamente por numerosos juristas e comentaristas, sempre favoráveis à instituição, com notável exceção de Tobias Barreto, que o criticou duramente como fruto do copismo francês tão presente e marcante no Brasil daquele tempo (Tobias Barreto, figura extraordinária, foi o brasileiro reconhecidamente mais germanófilo de todos os

tempos). Mas o fato é que o Poder Moderador findou sendo a característica mais singular e importante do Brasil monárquico. Não podia dar certo com a personalidade de Pedro I, mas foi tão admiravelmente professada pelo seu filho que se pode dizer que Pedro II foi a própria materialização ou encarnação do Poder Moderador. E o ecletismo, que despontou na França com a obra de pensadores como Victor Cousin, acabou tendo no Brasil uma tradução muito mais efetiva, enraizada no chamado “bom senso brasileiro”, que sempre buscou realizar a conciliação de opostos políticos, fazendo a independência com o príncipe colonial; a monarquia forte com Legislativo e Judiciário relativamente autônomos e imprensa livre; a escravidão ser abolida gradualmente durante quase 40 anos; a república ser proclamada por militares positivistas num momento de enorme satisfação popular com a monarquia; o trabalhismo conciliar capitalismo com algum socialismo; o desenvolvimentismo articular a iniciativa privada nacional e estrangeira com a forte presença estatal; a ditadura militar ter o Congresso funcionando e a abertura ser lenta, gradual e segura; fazer até o trabalhador chegar ao poder e conciliar com os banqueiros. Assim foi e é o Brasil. Há os que condenam duramente esta face tão característica da vida e da política nacional, como institucionalização da hipocrisia e falta de caráter; e há os que a reconhecem como amadurecida sabedoria construtiva. Eu me coloco entre estes.

Realmente foi uma realização profundamente brasileira a instituição do Poder Moderador. Não há nenhuma evidência de participação direta de José Bonifácio na sua formulação, mas pelas ideias manifestadas pelo patriarca e pela influência que exerceu naquele momento histórico, deve ter tido indistintamente boa dose de influência na sua adoção.

José Bonifácio de Andrada foi, vale repetir, o fundador das ideias políticas brasileiras. Foi enorme e decisiva sobre os fatos históricos a sua influência – fruto da sua idade, da sua vivência, do seu saber, da sua cultura, do seu amor ao Brasil e de sua moral.

Na transição do Primeiro para o Segundo Reinado destacou-se a voz eminente de Bernardo Pereira de Vasconcelos no chamamento à realidade dos liberais brasileiros, grupo ao qual tinha pertencido e que tendia a uma linha de radicalização que punha em risco a integridade nacional. Falou este grande líder interpretando o sentimento mediador já referido, tão caracte-

risticamente brasileiro, e foi escutado pela Nação em seu apelo à responsabilidade e ao bom senso.

II. O Segundo Reinado, a consolidação da unidade nacional e a luta contra a escravidão – Pedro II e Joaquim Nabuco

O Primeiro Reinado, perturbado pela personalidade impetuosa do Imperador, pela dissolução da Constituinte, pela figura desaprovada da Marquesa de Santos, pela sentida morte da Imperatriz Leopoldina, por acontecimentos históricos negativos, como a perda de guerra da Cisplatina e a Revolução Pernambucana de 1824 (Confederação do Equador), reprimida com excessivo rigor, encerrou-se prematuramente, de maneira anômala, com a abdicação do monarca em favor do filho ainda menino, e não deixou outros traços na história do pensamento nacional, além daqueles já referidos, de José Bonifácio e do Poder Moderador.

O período que se seguiu, o da Regência, foi um momento de dificuldades em nossa história, marcado por várias rebeliões de cunho eminentemente separatista, do norte ao sul do país, entre as quais se destaca, pela dimensão que adquiriu, a Revolução Farroupilha, que por dez anos fez do nosso Rio Grande do Sul uma república independente. Figuras marcantes do período, como a já referida de Bernardo Pereira de Vasconcelos, decisiva na formulação da linha política, e a do regente padre Feijó, assim como a de Luiz Alves de Lima e Silva, o futuro duque de Caxias, foram extraordinárias pela capacidade operativa na superação da gravidade do momento, especialmente a de Caxias, como líder militar. Não chegaram, entretanto, além do discurso de Pereira de Vasconcelos, a deixar impressas no ideário nacional propostas, visões ou conceitos novos de importância equivalente aos que são registrados com mais vagar neste Roteiro.

Consolidado o Segundo Reinado, uma referência pode e deve ser feita a Paulino José Soares e Souza, o visconde de Uruguai, executivo de grande

competência, líder conservador, mas não retrógrado. Ele, perspicaz observador da realidade brasileira, ocupou posições e chefias no gabinete por várias vezes e foi autor de documentos político-jurídicos de reconhecido valor, corroborando com vigor a centralização do poder como única maneira de manter firme a unidade nacional em um território tão extenso e heterogêneo.

O Segundo Reinado foi, sim, a grande etapa da construção nacional do Brasil, depois de dominados os impulsos separatistas que ameaçaram seriamente nossa unidade com a possível repetição do modelo hispano-americano. Foi o grande momento em que o poder central se afirmou e consolidou, sob a incontestável liderança, muito própria e eficiente, de D. Pedro II.

Nosso segundo imperador, que não foi um homem excitante nem excitado como seu pai, mas um ser moral da maior profundidade, soube liderar com muita sabedoria e muita ética esse grande período de construção de nossa nação. Como foi dito, encarnou profundamente a instituição do Poder Moderador: não revelou nenhum traço de tendência ao absolutismo, respeitou sempre e claramente a opinião pública, especialmente a liberdade de imprensa, assim como os princípios de cidadania. Não agrediu nunca o Poder Legislativo, acatou sempre os resultados eleitorais, com a preocupação permanente de buscar o aperfeiçoamento da representação; agiu sempre respeitosamente com os partidos políticos, promovendo o rodízio entre eles no uso de sua prerrogativa, e convivendo bem com os seus líderes e representantes, até com aqueles que em algum momento foram agressivos ou mesmo insultuosos para com ele. Soube ser superior. E soube exercer, quando necessário, a autoridade extraordinária conferida por aquele poder especial (o Moderador). Exerceu-a durante os tempos difíceis da Guerra do Paraguai, enfrentando manifestações de fraqueza que aconselharam a negociação quando ficou evidente, após algumas derrotas, a superioridade militar do agressor, que havia preparado um exército de 100 mil soldados disciplinados e aguerridos, enquanto brasileiros e aliados, juntos, não somavam 20 mil homens. Exerceu-a, também, no confronto com a maior potência mundial do momento, chegando a romper as relações com a Inglaterra para não se curvar aos desmandos do seu embaixador no Rio; assim como no confronto com a Igreja, colocando dois bispos na cadeia para manter a hegemonia da lei brasileira sobre a lei canônica. Exerceu-a, enfim, à sua maneira, de Poder

Moderador, no mais difícil dos enfrentamentos, na questão do regime escravocrata, levando a luta contra os interesses dos proprietários, os donos do país, de modo gradual, para evitar a derrocada da monarquia que, ele sabia, seria a consequência de uma decisão abolicionista radical, como ocorreu. Foi firme sua autoridade em 1850, na extinção do tráfico; em 1871, na Lei do Ventre Livre; e nos tempos finais da luta abolicionista, ao promover o projeto Dantas para os sexagenários.

No decurso desse extenso período, que foi o seu reinado de quase 50 anos, o tema que progressivamente mais empolgou o pensamento brasileiro foi o da escravidão.

A luta abolicionista tinha de ser uma luta ingente, extremamente difícil e arriscada, que podia ter levado o Brasil a uma guerra interna cruenta como ocorreu nos Estados Unidos.

O enraizamento do regime de escravidão, com 300 anos de vigência, era tão profundo e robusto, que nenhuma das revoltas populares separatistas, republicanas algumas, levantou a bandeira da Abolição. Até mesmo a Revolta dos Malês na Bahia proclamava a libertação somente deles, escravos islamizados, não de todos os negros africanos. Os republicanos, que se viam como os líderes mais avançados politicamente, não falaram em Abolição no seu Manifesto de 1870; fugiam do tema e propuseram a federalização do problema, cada estado decidindo a seu modo, o que garantiria a escravidão no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas. A opinião pública do país, em princípio contrária à escravidão por sentimento, era entretanto profundamente tolerante em relação a ela, pela prática continuada de gerações e gerações, e aprovava a ideia de uma extinção gradual, que se acreditava estava sendo feita. O enraizamento da instituição era tão fundo que negros libertos, ex-escravos, possuíam escravos; e negros filhos de escravos também tinham escravos.

E o poder dos fazendeiros, das oligarquias que dominavam o país desde os tempos mais antigos, era incontestável; eles detinham o poder efetivo, eles faziam a economia e sustentavam a Guarda Nacional, quando praticamente não havia exército brasileiro, e eles queriam de toda forma manter a escravidão porque não sabiam produzir sem escravos. Confrontá-los de maneira radical teria provavelmente levado o Brasil a uma guerra interna

atassalhadora. Nos Estados Unidos da América, onde se deu uma guerra civil sangrenta para que a escravidão fosse extinta de uma vez, havia uma grande região do país sem escravos, a mais próspera e urbanizada, a que já tinha uma indústria desenvolvida, suficientemente poderosa para vencer a guerra e impor ao sul seus padrões socioeconômicos. No Brasil isso não existia; o resultado de uma guerra interna teria sido, muito provavelmente, calamitoso, fatal mesmo para a existência da nação.

Eis a dimensão da coragem e da grandeza daqueles que cedo levantaram sua voz aqui em defesa deste valor ético tão essencial do ser humano, o direito de não ser escravo: José Bonifácio, antes de todos, quando em mensagem à Assembleia Constituinte, em 1823, condenava explicitamente a escravidão como anticristã, injusta, contrária ao direito natural, incompatível com a modernização da economia, com a defesa nacional e com a própria construção da nacionalidade. Outros destacados precursores e organizadores do grande movimento que resultaria na Lei Áurea foram: José do Patrocínio e André Rebouças, no Rio, e Luiz Gama, em São Paulo, os três descendentes de escravos africanos. E Joaquim Nabuco, em todo o Brasil, como o grande ideólogo da questão.

A extinção do tráfico, que tinha sido lei para inglês ver nos anos 1830, lei completamente ignorada por 20 anos, só se tornou efetiva em 1850 pelo uso do poder impositivo especial que tinha o Imperador, e pela pressão armada da marinha britânica, que passou a aprisionar os navios negreiros, tornando mais arriscado aquele comércio vil e encarecendo o preço dos escravos desembarcados. Os debates na Câmara foram os mais acirrados e violentos até então e a nova lei, proibitória para valer, foi aprovada como um fato consumado que os fazendeiros aceitaram com desgosto e realismo. Mas o regime interno continuaria o mesmo, para durar mais uns 200 anos e acabar devagarinho por si mesmo, sem ninguém sentir. A diferença importante foi que os fazendeiros passaram a cuidar mais dos seus escravos, que antes eram mercadoria barata e tinham uma vida média de 30 anos; e também das crianças nascidas na senzala, que antes morriam em percentual de quase metade porque não compensava esperar 15 anos para seu aproveitamento – o importado era muito mais econômico; passaram então a ser a única fonte de abastecimento da mercadoria.

O regime entraria pelo século XX adentro se um fato histórico inesperado não tivesse introduzido novos elementos para alterar o quadro: a Guerra do Paraguai. Esta foi uma luta difícil e profundamente mobilizadora do patriotismo do povo em geral e da opinião nacional. E os escravos, os negros afro-brasileiros, tiveram nessa luta uma participação numerosa, realmente brava e importante. Cresceu muito, então, ao fim da guerra, a opinião a favor da Abolição. E mais, a partir da guerra organizou-se no Brasil o Exército, uma instituição nova no proscênio político, simpática à ideia abolicionista, e com força capaz de confrontar a velha e poderosa oligarquia dos fazendeiros.

A participação de D. Pedro II no processo de Abolição foi decisiva. O imperador era certamente um abolicionista: sua personalidade, sua formação, sua cultura, seu pensamento, tudo nele era verdadeiramente incompatível com a tolerância do regime de escravidão no país. Sua percepção da realidade, todavia, era suficientemente clara para saber que um enfrentamento direto e radical com o poder dos fazendeiros envolvia um risco fortíssimo de extinção da única monarquia das Américas, cujo cetro era o dele. Os republicanos não eram abolicionistas e os fazendeiros transformar-se-iam nos mais exaltados republicanos no caso de o imperador adotar de frente a causa abolicionista. Adotou, então, o brasileiríssimo gradualismo – extinção do tráfico, Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários, e só assumiu a Abolição plena quando a tensão da luta havia atingido um ponto próximo à ruptura institucional, com rebeliões locais de escravos se sucedendo em vários pontos, fugas em massa acobertadas por próceres abolicionistas, recusa do Exército em usar sua força para conter essas fugas e rebeliões. A escravidão estava sendo extinta de fato pela realidade, quando foi votada a Lei Áurea, patrocinada e sancionada pela princesa Isabel, que havia tempos participava da luta estimulada pelo pai. No ano seguinte, a profecia foi cumprida: a monarquia foi derrubada.

A questão da escravatura era, antes de tudo, eminentemente ética; envolvia a afirmação ou negação do primeiro e essencial direito do ser humano: o direito de ser, de ser em liberdade, mas até mesmo o de existir, de viver, já que o escravo, antes de ser era mercadoria comprada e vendida, e inteiramente disponibilizada à vontade do comprador, do senhor, do proprie-

tário, avaliada a sua existência segundo a sua produtividade econômica. É uma situação impensável hoje, de tão absurda perante a sensibilidade moral que tem a humanidade atualmente. Era, porém, uma situação real naquele tempo, não tão longínquo, praticada e tolerada como coisa banal, profundamente enraizada na consciência popular. Exemplo expressivo – essa mudança tão drástica da mentalidade – para convencer os céticos, aqueles que não acreditam numa evolução moral da humanidade.

A questão era evidentemente moral acima de tudo, mas a respectiva questão política se fez a mais importante e desafiante para o Brasil do século XIX. Sua discussão ganhou outras dimensões, levantando o debate sobre a própria formação da nacionalidade, além da modernização e do desenvolvimento da economia (em que se entrincheirava toda a defesa do escravismo), e da defesa nacional.

E no debate que se travou cada vez mais intensamente em todo o país, travando-se mesmo ferozmente a partir dos anos 1880, ressalta de maneira extraordinária, do lado dos abolicionistas, a figura do aristocrata brasileiro Joaquim Nabuco, filho de pai ilustre, senador e conselheiro do Império. Quase um dândi quando jovem, Nabuco formou-se na Escola de Direito do Recife, marcada pelo liberalismo esdrúxulo de Tobias Barreto e pela inesquecível veia poética de Castro Alves. Ministro em Londres e embaixador em Washington, foi profundo admirador dos costumes políticos ingleses e arregimentou influências políticas e colaboração econômica em todo o Ocidente para combater a escravidão no Brasil. Findou sendo a figura mais importante do segundo reinado como formulador de ideias políticas.

Nabuco foi um monarquista convicto e declarado, que queria construir a democracia brasileira através de uma grandiosa refundação da nossa política com base na libertação dos escravos negros, que eram os verdadeiros construtores da economia e da própria alma brasileira. A refundação começaria, aliás, na própria campanha abolicionista, que inaugurou a mobilização de rua com fins políticos no Brasil. Foi um gigante intelectual, que fez a luta política com extraordinário vigor e deixou importante obra escrita, abrindo espaço para a sociologia brasileira que viria a ser desenvolvida no século XX.

Sua obra principal como formulador do ideário antiescravista é “O Abolicionismo”, livro escrito em 1882 e publicado no ano seguinte, quando

começava a fase final e decisiva da campanha abolicionista. Um livro que trata a questão como fato social global, cuja leitura ainda hoje tem grande importância, no qual são analisadas em profundidade as consequências da escravidão sobre a população, sobre o território, sobre a economia (agricultura e indústria), sobre a sociedade, sobre o conceito do trabalho, sobre a defesa, sobre a política e sobre a própria nacionalidade do Brasil. Um livro que é realmente uma referência básica, teórica e prática, sobre os problemas criados pelo regime escravocrata e sentidos até hoje.

III. A república e o positivismo brasileiro: a figura dominante de Getúlio Vargas

A proclamação da república, por mais esperada que fosse, pelo próprio imperador, que tinha ciência da perda do apoio dos fazendeiros após a Abolição, foi um fato surpreendente em 15 de novembro de 1889.

O Partido Republicano não havia conseguido eleger um deputado sequer em todo o país na eleição anterior; a única seção estadual do partido com certa expressão era a paulista, e em São Paulo realizou-se pela primeira vez, em maio daquele ano, um congresso nacional dos republicanos, que elegeu Quintino Bocaiúva presidente por duas razões principais: porque era um político do Rio de Janeiro, capital da nação, onde o Partido era muito fraco (e Quintino tinha lá um jornal de certo prestígio, *O Paiz*), e também porque era um civil bastante envolvido com os militares, um civil que cultivava essa aproximação porque acreditava que sem a participação do exército jamais se faria a república.

A república foi, de fato, um golpe militar desfechado somente na capital. Foi o primeiro desses que se fez no Brasil, num momento em que a monarquia desfrutava de grande apoio popular. O imperador, ao tomar conhecimento dos fatos, teria exclamado, estupefato: “Então estão todos malucos!”. E realmente, a sucessão de episódios incongruentes na implanta-

ção da república, todos no Rio de Janeiro, exclusivamente, caracterizou uma jornada de insanidades.

O golpe era do Exército e não se faria sem a adesão do principal chefe, que era o marechal Deodoro, monarquista convicto, amigo fiel do imperador, doente de asma no dia. E o chefe hesitou fortemente, até na própria hora do golpe, quando, depois de ter tomado de assalto o quartel-general sem qualquer resistência, no dia 15 de novembro, não proclamou a república; simplesmente destituiu o ministério chefiado por Visconde de Ouro Preto que, em telegrama ao imperador, pediu demissão na mesma hora. Mais tarde, no Paço, Ouro Preto indicou para chefiar o novo gabinete o senador Silveira Martins, sabido desafeto de Deodoro. Essa indicação possivelmente tenha posto um fim à hesitação do chefe militar em abraçar a causa republicana.

O golpe tinha a adesão dos oficiais mais jovens e dos cadetes, impregnados pela doutrina positivista que lhes era ensinada pelo professor de matemática, o tenente-coronel Benjamim Constant, o conspirador de mais alta patente, que também era amigo do imperador. O organizador das operações do golpe foi o major Sólon, que tomou a iniciativa de precipitar os acontecimentos no dia 15, à revelia do grupo conspirador, que havia resolvido adiá-lo em função da asma e da hesitação do marechal Deodoro. Aderiu ao movimento na reta final o general Floriano Peixoto, o homem de confiança do ministro da Guerra, o ajudante-geral do exército, e que até a véspera assegurava a total fidelidade do Exército ao imperador.

A surpresa foi geral, ninguém sabia que a República tinha sido proclamada, nem D. Pedro II, que havia descido de Petrópolis e ia recebendo notícias no Paço sem acreditar nelas, certo de que era tudo “fogo de palha”, pois que eram todos seus amigos, os chefes do golpe. O Rio de Janeiro foi o centro do golpe, mas o povo das ruas só soube dele depois de consumado. Não só o povo das ruas, mas até mesmo aqueles republicanos que não tinham entrado na conspiração ignoravam o golpe: aguardavam a morte do imperador para, então sim, acabar com a monarquia. Nas províncias, a notícia custou a chegar, para estupefação geral.

Mas o golpe militar acabou recebendo a adesão das províncias e a República foi reconhecida em todo o território – a preocupação maior era com

o Rio Grande do Sul, onde havia forte oposição e grande concentração de tropas; mas a liderança positivista de Julio de Castilhos foi decisiva e garantiu a adesão do governo estadual.

A formulação constitucional da República teve em Rui Barbosa seu artífice principal incontestável. O saber técnico, o brilho da expressão e a capacidade de trabalho em dimensões extraordinárias fizeram deste brasileiro um símbolo e uma referência maior no campo das letras jurídicas. Foi logo no primeiro governo republicano ministro da Fazenda e mostrou um arrojo como operador que, se em termos de resultados levantou polêmica, deixou a marca da inovação e da audácia que antes só o barão de Mauá havia revelado.

Feita a República, o choque dos militares com as lideranças civis era dificilmente evitável e levantou logo problemas políticos graves: Deodoro, então presidente eleito pelos deputados, fechou o Congresso, mas acabou deposto, passando o governo ao vice, Floriano Peixoto. Este, extremamente autoritário, enfrentou a revolta da marinha e a insurreição dos opositores gaúchos e terminou o primeiro mandato presidencial como um ditador. Passou o poder aos republicanos paulistas, civis, que então consolidaram a República em modelo liberal-oligárquico, não positivista, distribuindo o poder entre as oligarquias regionais e fazendo o rodízio na presidência. A teorização liberal do sistema republicano brasileiro teve em Rui Barbosa sua principal figura, como redator eminente da nova Constituição; foi, todavia, uma teorização muito mais jurídica do que político-filosófica, calcada sobre o modelo federalista norte-americano.

O golpe da república trouxe, entretanto, ao quadro político brasileiro a semente do positivismo que iria frutificar 40 anos depois com Getúlio Vargas. E em nenhum outro país do mundo a filosofia de Augusto Comte teve tanta influência política como no Brasil, nem seu lema inscrito na bandeira nacional.

O positivismo defendia um projeto de reforma social pela ciência, um modelo político centralizado, autoritário, fundado na tutela do Estado, responsável pela realização da ordem e do progresso por meio da ciência aplicada ao exercício do governo. É uma filosofia antidemocrática, na medida em que rejeita frontalmente a disputa de poder entre os diversos partidos, a representação de opiniões e interesses conflitantes no Parlamento, e afirma

que o bom governo é um só – aquele orientado não pelo voto popular, sujeito às paixões, à ignorância e aos interesses particulares, mas pela ciência, que mostra o que é bom para a nação e para o povo, o bem comum, acima desses interesses e paixões. Ditadura republicana, governo científico exercido com austeridade e moralidade impecável.

O pensamento positivista penetrou fundo na sociedade brasileira, nas classes médias urbanas, especialmente entre os militares do Exército, os engenheiros e os médicos. Construiu uma base muito sólida no Rio Grande do Sul, sob a liderança forte e carismática de Julio de Castilhos, que pessoalmente exerceu o poder e elaborou uma Constituição estadual exemplar, centralista e autoritária, em que as leis eram decretadas pelo Executivo e a Assembleia só se reunia para apreciar e votar o orçamento.

Castilhos foi a figura mais importante na formação da vertente política do positivismo no Brasil, mesmo não tendo deixado seu pensamento organizado em livro (com certeza porque morreu muito cedo) mas esparso no que escrevia em seu jornal *A Federação*. Formou, entretanto, toda uma estirpe de líderes que teve profunda influência política no estado e no país, como Borges de Medeiros, que governou o Rio Grande por décadas, Pinheiro Machado, que exerceu sobre o Senado e a Câmara um comando político incontrastável, e Getúlio Vargas, que liderou a Revolução de 30 e governou autoritariamente o Brasil também por décadas. O último membro dessa estirpe foi Leonel Brizola, que governou o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, e exerceu grande liderança em todo o país, decisiva em episódios importantes da nossa história, durante a posse e o governo do presidente João Goulart e nas campanhas que levaram Lula à presidência. Não se pode incluir no rol dos positivistas o outro grande líder da corrente trabalhista, também gaúcho, João Goulart, em razão da postura de humildade democrática que caracterizou sua personalidade, sempre disposta a escutar mais opiniões e esperar o amadurecimento das circunstâncias antes de agir.

Tudo se passou como se a República tivesse sido proclamada pelos militares positivistas e entrado num histórico compasso de espera de 40 anos, até se realizar plenamente na Revolução de 30 e no governo que se seguiu. O compasso de espera foi a chamada República Velha, uma denominação que expressa o paradoxo de um regime que envelheceu logo nos seus primeiros

anos de vigência. Envelheceu porque manteve o poder nas mãos das mesmas oligarquias que dividiam o comando do País, controlando cada estado e constituindo, na verdade, não uma república, mas um condomínio de grupos dominantes regionais. Houve, por certo, manifestações de insatisfação com o regime velho, com suas eleições fraudadas, até a oposição amadurecer seu esquema de forças após a derrota eleitoral de 1930 e desencadear a mudança pelas armas.

Dentre as manifestações de rebeldia durante a República Velha, destaca-se a Coluna Prestes, que percorreu todo o país por dois anos, combatendo as forças governamentais, encontrando apoio da simpatia popular, lutando na expectativa de um assomo mais generalizado de inconformidade da população e das lideranças sociais que fosse capaz de derrubar o governo. Terminou internando-se na Bolívia, sem ser derrotada, mas também sem derrotar. E o assomo de rebeldia que pretendia suscitar só veio quatro anos mais tarde, diante de mais uma vitória eleitoral das velhas oligarquias.

O chefe dessa coluna combatente, que demonstrou grande competência militar e extraordinária capacidade de liderança, foi o então capitão do exército Luís Carlos Prestes, que se tornou uma figura mítica, chamado de Cavaleiro da Esperança, que poderia ter sido o chefe da Revolução de 30, mas que, já então convertido ao marxismo, viria a ser mais tarde o líder incontestado dos comunistas brasileiros. Adiante, quando se falar do pensamento marxista no Brasil, ele será referido. Aqui cabe ser dito apenas que Prestes teve, quase certamente, uma formação positivista, pelo fato de ser gaúcho, engenheiro militar, imbuído das certezas da ciência e daquela austeridade típica dos positivistas, e filho de Antonio Pereira Prestes, um positivista declarado que não batizou o filho. Também militar, o pai, partícipe do golpe positivista da república quando cadete e aluno de Benjamim Constant, tinha na parede de sua casa um retrato de Augusto Comte que o menino Luís Carlos devia admirar. O fato de ter aderido ao marxismo talvez seja outra evidência do seu positivismo anterior, já que há vários e fortes pontos de contato entre as duas filosofias, como a crença no valor absoluto da ciência (o marxismo é o socialismo científico), no papel do Estado como ordenador e realizador do progresso, e a visão de uma evolução moral da humanidade em direção a estados cada vez mais aperfeiçoados, orientados pela ciência, capaz de prever os desdobramentos.

Nenhum outro país teve, por tanto tempo, um governo tão concentrado nas mãos de um presidente formado na filosofia positivista, como foi Getúlio Vargas, imbuído da ideia de ordenar o progresso nacional cientificamente, de maneira a superar os conflitos de interesses particulares e egoístas dentro da sociedade, sob a tutela do Estado. E muito poucos terão, se houver o caso, uma legislação reguladora das relações entre o capital e o trabalho tão marcada pela ideia positivista de uma ordem estatal capaz de arbitrar os conflitos entre esses dois fatores essenciais da produção.

A organização de um verdadeiro Estado republicano no Brasil foi obra de Getúlio Vargas. Antes de 1930, deputados, juízes, funcionários públicos eram, de fato, nomeados pelos chefes políticos da velha oligarquia. O Estado era deles. Vargas tratou-o como coisa pública, estabeleceu a exigência de concurso público para o ingresso nos quadros funcionais; criou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) para racionalizar o serviço público e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) para coletar e sistematizar as informações públicas; criou os institutos (do café, do açúcar e do álcool, do mate, do pinho) para dar ao Estado os instrumentos de intervenção racionalizadora na economia.

A opção pela intervenção estatal na economia era, aliás, uma tese claramente positivista, e já havia sido proposta, com clareza e certo detalhe, por Aarão Reis, engenheiro, positivista convicto, professor de economia política da Escola Politécnica, planejador da cidade de Belo Horizonte. Vargas assumiu-a plenamente, criando os institutos referidos e o Conselho Federal do Comércio Exterior, cuja missão era a de planejar e intervir nas nossas operações de importação e exportação, com vistas a obviar o velho problema das crises cambiais que sufocavam nossa economia. Este Conselho foi a primeira instância a pensar e propor uma política de seletividade e substituição de importações. Dentro desta mesma ótica, Vargas estabeleceu o Código de Minas e criou a Companhia Vale do Rio Doce como instrumentos de exploração racional, em benefício público, da grande riqueza nacional que era o minério de ferro; e posteriormente a Companhia Siderúrgica Nacional, para fundar a base da industrialização do país com a utilização daquele minério. No segundo momento de sua gestão na presidência, deu continuidade à construção da base econômica nacional, com

a criação da Petrobras e do BNDE, o grande banco estatal financiador da indústria nacional.

Na estruturação do Estado republicano, sempre de acordo com a visão positivista de buscar soluções técnicas para os problemas políticos, Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e convocou os mais renomados técnicos do país, principalmente da Associação Brasileira de Educação (ABE), para elaborarem as diretrizes nacionais do que seria o Plano Nacional de Educação. Criou também o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e implementou uma transformação profunda num setor tão essencial, que antes não merecia a menor atenção do governo federal, era assunto exclusivamente de estados e municípios, e principalmente de instituições religiosas.

Paralelamente às intervenções na economia e na educação, Vargas criou o Ministério do Trabalho, outra peça fundamental do Estado republicano na ótica positivista. Colocou à sua frente um gaúcho castilhistista – Lindolpho Collor – para implementar a política de conagração das classes e de tutela dos trabalhadores organizados nos seus sindicatos controlados. Criou a Justiça do Trabalho e outorgou toda uma legislação trabalhista para garantir direitos mínimos ao trabalhador e arbitrar, sob critérios técnicos de justiça, os conflitos dos seus interesses com os do capital. Foi toda uma grandiosa obra política projetada e realizada segundo os princípios do Estado Positivo, capaz de construir o bem da nação e do povo acima dos interesses egoístas dos grupos particulares.

Vargas não era um democrata, nunca teve compromisso com as exigências da democracia liberal; teve, sim, até o fim, compromisso com o ideário positivista, com a austeridade republicana, com a formação moral e cultural do povo sob a tutela organizadora e provedora do Estado, que abrangeria também o desenvolvimento da economia e da própria sociedade nacional. Quando se viu definitivamente derrotado pela onda liberal, decidiu pelo gesto dramático do suicídio e da mensagem denunciadora, como derradeiro sacrifício em prol da afirmação de um interesse nacional que não se submetesse às disputas entre os interesses parciais, considerados não legítimos (como na visão liberal), mas menores, politikeiros, egoístas, destruidores da nação.

IV. O marxismo brasileiro

O Brasil teve, sem dúvida, como ainda tem, pensadores e escritores talentosos e importantes filiados à corrente filosófico-política do marxismo, que apareceu entre nós, de forma consistente, a partir da criação do Partido Comunista em 1922. Após o término da guerra, em 1945, com a elevação do prestígio da União Soviética diante dos seus grandes feitos militares, científicos e sociais, a corrente política marxista ampliou-se enormemente no Brasil (como em todo o mundo), especialmente entre a intelectualidade e a classe trabalhadora mais organizada. Nem as bombásticas revelações de Krushev no 20º congresso do partido soviético abalaram as convicções filosóficas dos marxistas, embora tenham produzido significativo esvaziamento político dos partidos comunistas no mundo todo. As certezas filosóficas dos marxistas seguiram firmes até quase o final do século passado, particularmente no campo das ciências históricas e sociais do meio universitário. Nenhuma outra corrente filosófica teve no Brasil adesão tão ampla, diferenciada, sim, mas generalizada entre a intelectualidade, como a do marxismo. Em certos momentos, pareceu mesmo uma condição de respeitabilidade entre os intelectuais. Mas era uma adesão que produzia mais interpretações de fatos históricos e econômicos à luz da luta de classes, e divulgação da larga produção marxista mundial, do que criação de proposições especificamente brasileiras.

Houve, é certo, produção intelectual de vulto e de valor em torno da tese da aliança nacional do operariado com a burguesia industrial para geração da revolução burguesa. Esta tese esteve presente com relevo em toda a luta política travada no Brasil nos anos do desenvolvimentismo, apoiando as diretrizes de incentivo à indústria nacional, e combatendo os que considerava inimigos dessa transformação progressista: o latifúndio e o imperialismo. Seria difícil, entretanto, apontar um ou dois pensadores marxistas pátrios que se tenham realmente destacado na formulação originária dessas ideias específicas da realidade brasileira. Com certeza, o nome mais importante acaba sendo o de Luís Carlos Prestes, o condutor do movimento político, que emitia suas diretrizes sempre com algum fundamento teórico.

No panorama geral da produção puramente teórica marxista no Brasil,

a figura eminente é sem dúvida a de Caio Prado Júnior – citação obrigatória, no caso, pela extensa e profunda obra de interpretação da formação econômica e da evolução política do Brasil segundo uma perspectiva marxista. Caio Prado é um nome de destaque entre os fundadores da sociologia pátria nos meados do século XX, ao lado de Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

O movimento político fundado no marxismo, entretanto, teve no Brasil uma dimensão substancialmente maior do que suas formulações teóricas, intelectuais; foi a do proselitismo e da formação de quadros operada pelo núcleo dirigente do Partido Comunista. E a presença absolutamente dominante nessa ação organizada, que exerceu tanta influência na imprensa e na intelectualidade, foi, reconhecidamente, a de Luís Carlos Prestes, chefe operador, mas também líder teórico do pensamento marxista brasileiro nas suas ações práticas. Prestes observava e interpretava a realidade brasileira a cada momento e formulava as diretrizes segundo este pensamento. Assim foi durante décadas, até o período dos governos militares, quando a repressão violenta e eficaz atingiu duramente o Partido, produzindo divisões internas que se aprofundaram até o ponto da inconcebível expulsão de Prestes, ao mesmo tempo em que a derrocada já visível da experiência soviética ia liquidando a expressão política dos partidos comunistas em todo o mundo ocidental.

V. O relâmpago do integralismo

O integralismo foi um movimento político que teve importância no Brasil, pela capacidade de mobilização que demonstrou possuir no seio da classe média e em setores da intelectualidade, como também pela influência que teve no governo Vargas. Sua duração, entretanto, foi curta, pouco passando de um lustro, entre 1932 e 1938, quando foi desbaratado após uma tentativa malograda de golpe-relâmpago.

O integralismo arregimentou personalidades de grande expressão na

vida política e cultural do país e teve um líder de comando absoluto, líder político e intelectual, que foi Plínio Salgado.

Plínio Salgado foi realmente um ideólogo que ensaiou, em extensa obra, a construção de um pensamento brasileiro enquadrado na matriz fascista que então florescia com grande prestígio na Europa, na Itália e em Portugal, com Mussolini e Salazar, e depois na Alemanha nazista e na Espanha franquista.

Essa ideologia integralista se caracterizava por cinco pontos essenciais, que tornam absolutamente clara a sua vinculação com o nazifascismo:

I – Idealismo filosófico, uma característica do pensamento integralista que procurava diferenciá-lo radicalmente do marxismo, mas também do liberalismo, contrastando fortemente com o materialismo típico de ambos. Era um idealismo religioso, bem brasileiro na ligação com a Igreja Católica. “Deus, Pátria e Família” era o lema que acompanhava o sigma, o símbolo dos integralistas.

II – Elitismo, que também contrastava com o apelo às massas, comum aos marxistas e aos liberais democratas. As elites nacionais – culturais, não financeiras – que tinham o saber e o desprendimento do patriotismo, deviam comandar a política, protegendo as massas passivas do engodo e da demagogia praticados pelos marxistas e pelos liberais. Efetivamente, a chamada “Câmara dos 40”, o grande Conselho da Ação Integralista, tinha entre seus membros brasileiros muito ilustres, figurantes das listas mais respeitáveis da nossa intelectualidade, muitos dos quais vieram depois a renegar completamente aquele comprometimento dos anos 1930.

III – Nacionalismo acendrado, que valorizava não só os sentimentos nacionais, mas a terra brasileira – símbolo da nacionalidade; o índio brasileiro, o habitante primeiro dessa terra; o campo brasileiro, que era o repositório mais puro desses sentimentos, já que a cidade grande seria fatalmente contaminada pelo cosmopolitismo; a família brasileira, que cultivava esses sentimentos e valores tradicionais. Obviamente o nacionalismo era também o de defesa das riquezas nacionais, sempre cobiçadas e atacadas pelos gran-

des interesses do capital internacional (muito influenciado, segundo eles, pelos judeus, que eles repudiavam abertamente).

IV – Autoritarismo, como consequência do elitismo, do repúdio à adulação das massas e ao sistema do voto universal para escolha dos dirigentes; exigência de hierarquia e disciplina no trato da coisa pública, convergindo para um natural centralismo no comando político.

V – Corporativismo na organização da república. A verdadeira legitimidade constituinte da representação e da organização política da nação estava não nos partidos políticos, em que imperavam os interesses menores, mesquinhos, egoístas, politiquieiros, de vaidades pessoais, de luta pelo poder, mas sim nas corporações nacionais organizadas, corporações de produtores, nos seus vários matizes, e corporações culturais, representativas dos vários setores de atividades espirituais do país. Esta foi uma tese de ampla aceitação no Brasil dos anos 1930, a ponto de ser inscrita na Constituição de 1934 a representação corporativa no parlamento, que existiu de fato até o golpe de 1937. Os integralistas tiveram grande influência na vida política brasileira naquele tempo, e certamente a pressão deles pesou naquela decisão da Constituinte.

Foi forte, mas efêmera, a presença do integralismo na política e no pensamento brasileiro. Teve seu auge após a derrota da tentativa revolucionária dos comunistas (seus grandes inimigos) em 1935, porém se extinguiu com o fracasso da sua própria tentativa de putsch em 1938. Houve um ensaio de renascimento com a redemocratização de 1945, quando Plínio Salgado convocou os antigos militantes para o novo partido recém-fundado, o Partido de Representação Popular (PRP). Porém, a inviabilidade da readaptação das antigas teses, após a derrocada do fascismo, mostrou-se absolutamente evidente.

VI. O desenvolvimentismo, o ISEB e os economistas do grupo BNDE-CEPAL

A vitória das forças democráticas contra o nazifascismo conduziu o Brasil, que havia participado militarmente dessa luta, a instaurar, pela primeira vez em sua história, um regime político caracterizadamente liberal-democrata em 1945.

De outra parte, a Guerra Fria e o grande prestígio mundial das realizações soviéticas obrigaram o capitalismo a efetuar grandes concessões ao ideário da justiça social em todo o mundo. Na Europa Ocidental – prioridade maior do grande capital – essas concessões se materializaram no gigantesco e generoso Plano Marshall de reconstrução, e, logo em seguida, na implantação do modelo político da social-democracia. Na Ásia e na África, a bandeira progressista e justiceira foi a da descolonização, que levou à perda, pelas potências europeias, de enormes territórios e povos colonizados por elas. Para a América Latina, a grande promessa foi o desenvolvimento, visto como redução do atraso em que se achava o subcontinente em relação ao chamado Primeiro Mundo. O desenvolvimento foi um tema mundial, que mobilizou economistas e sociólogos de todos os continentes; mas em nenhum deles alcançou o nível de arrebatamento popular atingido na América Latina. O tema mobilizou enormemente todos os países da região, e generalizou-se a crença de que havia chegado o grande momento histórico desses países, que se situavam a meio caminho entre a riqueza europeia e norte-americana e a pobreza afro-asiática, e onde o desenvolvimento apresentava, por isso mesmo, maior viabilidade. Foi criada a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) de grande prestígio internacional, para propor projetos e políticas de alavancagem da economia latino-americana.

Nenhum país do subcontinente conseguiu obter resultados tão importantes em termos de desenvolvimento econômico quanto o Brasil. Na segunda metade do século, até os anos 1980 – década em que a derrocada soviética se anunciou claramente, o Capital se tranquilizou e o Desenvolvimento entrou em recesso para dar lugar ao Mercado –, o Brasil realizou as maiores taxas de crescimento econômico de todo o mundo, e assumiu, irrefutavelmente, a liderança do processo na América Latina.

Em termos de pensamento, de formulação teórica, de embasamento científico-econômico e também filosófico, essa liderança esteve incontavelmente no Brasil. Figuras brasileiras exponenciais atuaram na própria CEPAL, principalmente Celso Furtado, o grande pensador e formulador da teoria econômica do desenvolvimento em países como os nossos. Paralelamente, outros economistas de grande projeção atuaram na teorização dentro da universidade, como Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa, e na operacionalização, por meio do BNDE, a maior agência desenvolvimentista do Continente, como Juvenal Osório Gomes e José Pelúcio Ferreira. A menção ao BNDE obriga a referência a uma figura que foi o grande teórico do neoliberalismo mas que, na sua fase biográfica anterior, foi um animado desenvolvimentista, chegando a participar do chamado Grupo de Itatiaia, precursor do ISEB, adiante mencionado. Refiro-me a Roberto de Oliveira Campos, que, pode-se dizer, foi o fundador do BNDE, o grande líder da fase de implantação do banco. Sua liderança, entretanto, se deveu à sua capacidade intelectual de formulação e fundamentação, muito mais importante do que a de operação. O grande operador na chefia do BNDE, seu maior presidente, foi, depois, o engenheiro Marcos Vianna, já na fase de alavancagem dos anos 1970.

O Brasil já havia tido um primeiro impulso no campo das ideias desenvolvimentistas com a atuação dos seus primeiros líderes industriais, que defenderam consistentemente políticas industrialistas para criar uma nova alavanca propulsora da economia brasileira, num momento em que a agricultura cafeeira, absolutamente dominante, dava mostras inequívocas de esgotamento. Rui Barbosa foi a voz mais importante desse movimento no campo político, coerente com o seu desempenho à frente do Ministério da Fazenda no primeiro governo republicano. É de se ressaltar, entretanto, a figura do industrial, líder da nova classe no início do século passado, presidente do CIB (Centro Industrial Brasileiro, entidade classista dos empresários), que foi Jorge Street. Sua defesa do industrialismo nascente, necessitado de proteção tarifária para o seu desenvolvimento, contrariando os fortes interesses do comércio importador-exportador, em nome do progresso futuro do país no longo prazo, é notável, digna de registro especial. Como também não menos relevante é a sua posição de defensor da classe

trabalhadora no tocante às suas condições de trabalho, aos seus direitos e aos seus salários. Jorge Street foi um utópico brasileiro, na linha do capitalismo eminentemente social de Robert Owen, e, como o grande líder inglês, terminou malsucedido nos seus negócios. Mas deixou um marco na defesa da industrialização e no relacionamento capital-trabalho no Brasil, ao dizer e sustentar, com ações na sua própria fábrica e na vila que criou à sua volta, que os trabalhadores mereciam algo mais do que um bom e justo salário, referindo-se a coisas como moradia, alimentação, assistência médica, repouso e lazer – vida digna, enfim.

Figura importante, também, como precursor do desenvolvimentismo foi a do industrial, estudioso, historiador e político paulista Roberto Simonsen, destacado e acatado líder que defendia um processo de industrialização propiciado, necessariamente, por uma ação política do Estado.

A moderna filosofia do desenvolvimentismo como um todo, entretanto, isto é, o pensamento desenvolvimentista abrangente, sistemático e fundamentado na realidade do segundo pós-guerra, foi formulada de forma brilhante e convincente pelo grupo de intelectuais brasileiros que se reuniu desde o final dos anos 1940, primeiramente no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), editando a revista *Cadernos do Nosso Tempo*, e depois no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), realizando cursos regulares sobre o tema do desenvolvimento brasileiro, visto sob as perspectivas filosófica, histórica, econômica, sociológica e política, e que teve larga e profunda influência na vida política do país naqueles anos, especialmente durante o governo Juscelino Kubitschek, até ser dissolvido pela ditadura militar.

Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes devem ser destacados pela densidade da obra, pelo prestígio desfrutado e pelo foco mais centrado na questão do desenvolvimento que aqui é tratada. Mas o grupo reuniu outras figuras realmente extraordinárias, não menores, como Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Inácio Rangel, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. Esses brasileiros formularam todas as facetas – filosófica, econômica, sociológica e política – de uma teoria completa do desenvolvimento de países que se tinham retardado historicamente, uma teoria bem focada no caso brasileiro, que compreendia a política do nacionalismo viável e necessário, associado à industrialização.

Essa política nacionalista vinha do governo Vargas, já se tinha exprimido em projetos fundamentais elaborados na assessoria direta do presidente, onde se juntou outro grupo de brasileiros notáveis, como Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira e Cleantho de Paiva Leite. Teve um momento extremamente simbólico – esta política nacionalista – na criação da Petrobras com Vargas e, depois, na decisão de rompimento com o Fundo Monetário Internacional (o FMI) tomada por Kubitscheck, mas encontrou a formulação mais sólida e lúcida nos trabalhos elaborados e sistematizados pelo grupo do ISEB durante cerca de uma década. Sua essência estava na sustentação de que o desenvolvimento resulta de um processo de mobilização interna de uma nação, mobilização econômica e política, mobilização de capitais nacionais, feita com políticas adequadas e planejadas, e com forte presença do Estado desenvolvimentista; esforço nacional este que deveria ser o principal vetor do processo, que podia receber reforço de capitais externos, bem-vindos, mas nunca vincular sua diretrizes políticas às exigências ou interesses desses capitais externos, que se manifestavam através do FMI.

O ISEB, ao entrar os anos 1960, desviou-se do ideário original de suas formulações, perdeu quase todos os seus fundadores e findou se transformando num centro de pensamento marxista ortodoxo, extinto pelo movimento militar que ocupou o país em 1964.

VII. A Escola Superior de Guerra

Criada ainda nos anos 1950, como réplica da instituição congênere norte-americana, a Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira, a partir de 1964, assumiu de fato a missão de formular o pensamento político das Forças Armadas brasileiras. Ela ressaltava dois objetivos principais: o primeiro, caracterizar os militares brasileiros como democratas, adeptos de um liberalismo conservador mas não ditatorial, mostrando que a Ditadura de então era transitória e tinha o fim de consolidar uma democracia livre das

influências marxistas; o segundo objetivo era o de fazer um contraponto substantivo às teses nacional-esquerdistas do ISEB.

A Escola Superior de Guerra produziu um conjunto de documentos importantes de análises e propostas de grande amplitude, relativas aos problemas brasileiros nas suas diversas perspectivas, tal como havia feito o ISEB. Esta produção foi fruto do trabalho de brasileiros de importante expressão cultural, convocados para se ocuparem em tempo integral desses estudos, dentro da estrutura funcional-militar do chamado Corpo Permanente, sem que se possam colocar nomes em destaque no conjunto da obra. A ESG pretendeu ser, e de certa forma foi, o ISEB dos militares brasileiros, com base no seu próprio formato institucional, absolutamente militar, impessoal, comandada por um oficial general.

A Escola Superior de Guerra teve grande presença política no país durante os governos militares, expandindo seu pensamento por meio das associações de ex-alunos em todo o Brasil, e reduziu muito esta influência a partir da volta do poder civil, embora continue realizando correta e correntemente sua missão de caráter militar.

VIII. A política de Relações Exteriores

É necessário abrir um capítulo especial para registrar as formulações originais e específicas de uma política de Relações Exteriores que o Brasil desenvolveu ao longo da sua história e que tem o reconhecimento internacional com o selo de seriedade e competência.

O Itamaraty é visto com respeito em qualquer parte do mundo e em qualquer momento, em razão de uma linha de ação de forte coerência e de brilhante sustentação de suas posições. Esta linha histórica teve sempre um nível elevado de consubstanciação, mas possui dois pontos de destaque nas figuras do barão do Rio Branco e de Afonso Arinos de Melo Franco – o primeiro como o grande e sábio operador e o segundo como o principal formulador das ideias básicas.

Como parlamentar de vários mandatos, Afonso Arinos sempre propugnou uma posição de soberania e efetiva independência em nosso relacionamento internacional. Ele mostrou em vários momentos sua adesão aos princípios nacionalistas nesse relacionamento – os princípios que se coadunavam com os do desenvolvimentismo brasileiro – e manifestou, também, sua simpatia pela posição de neutralidade assumida pelo grupo de nações não alinhadas (Egito, Índia, Indonésia e Iugoslávia) face à divisão do mundo entre as duas superpotências do pós-guerra. Essa posição, derivada do seu saber e da sua consciência brasileira, não se coadunava perfeitamente com o ideário e a posição política do seu partido, que era a UDN, fortemente ligada às simpatias pelo liberalismo norte-americano, fato que só ressalta ainda mais seu valor. Como ministro das Relações Exteriores, definiu claramente uma linha de absoluto compromisso com as organizações internacionais que buscavam a solução dos problemas pela via pacífica do entendimento e das negociações, sem jamais pretender intervir nas decisões internas de qualquer país. Exalçou a tradição brasileira de luta pela paz, declarando, numa expressão muito feliz, o “Brasil uma potência da paz”, isto é, um país que não aspira a uma posição de primazia pela força bélica, mas a uma posição de liderança pelo seu compromisso definitivo com as organizações internacionais e com a evolução moral da humanidade que conduz à paz entre as nações.

Afonso Arinos destacou-se também como um consistente defensor do regime parlamentarista de governo, depois de se pronunciar pelo presidencialismo como relator da emenda Raul Pila na Câmara, ainda nos anos 1940. Convertido ao sistema parlamentar pela meditação e pela longa experiência política, foi um dos principais, senão o principal, formulador de ideias e argumentos de sustentação desse sistema político.

IX. O neoliberalismo e o momento atual

O Neoliberalismo nada mais é do que a exacerbação da velha teoria econômica de Adam Smith, segundo a qual o melhor para todos é que cada um por si busque realizar seus interesses porque existe um mecanismo automático (a “mão invisível”) – o Mercado, na verdade – que se encarrega de produzir a melhor aproximação do bem coletivo. Nessas condições, o Estado deve se abster completamente de interferir na economia, deve se retrair ao máximo e deixar o Mercado atuar livremente; o Estado só atrapalha. Na medida em que o desenvolvimento estava ligado a políticas públicas projetadas e praticadas pelo Estado para aumentar o crescimento econômico e o bem-estar social, o desenvolvimento desapareceu do léxico político-econômico na era do Neoliberalismo. Tudo passou a ser o Mercado, e um Mercado só, do mundo inteiro, quase divino, o Mercado globalizado.

Com a derrocada soviética, o Neoliberalismo se impôs como doutrina de base científica – logo, indiscutível – em quase todos os países, excetuando os socialistas, alguns islâmicos (como o Irã) e a Índia, que só parcialmente cedeu à onda avassaladora. Na América Latina a adesão foi geral e o bom senso brasileiro fez com que o nosso país resistisse um pouco mais e fosse o último a aderir.

O resultado dessa adesão foi profundamente nefasto, em termos de estagnação econômica, de desnacionalização de vastos setores das economias, e de concentração de renda e de riqueza com a produção de um enorme e crescente exército de trabalhadores excluídos pela exigência da competitividade. Alguns países viveram crises altamente destruidoras, como a Argentina e o Equador, tendo este último perdido a sua moeda nacional, que é um dos símbolos da nacionalidade.

O Brasil vivenciou o Neoliberalismo durante mais de uma década, passou pela mesma unanimidade de pensamento na imprensa e nos meios oficiais. Sofreu as mesmas consequências negativas, com o desaparecimento de grande número de empresas industriais nacionais, e consequências particularmente danosas no tocante à exclusão econômico-social, em razão de já ser anteriormente um país com uma distribuição de renda das mais concentradas e injustas do mundo.

Passada a grande onda neoliberal, depois da eclosão da crise mundial, novos quadros políticos sucessivamente se instalaram em toda a América do Sul (tornou-se impossível falar em América Latina por causa da adesão do México à economia norte-americana através do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – NAFTA), a ponto de o presidente do Equador falar numa mudança de época em vez de uma época de mudanças.

O Brasil avançou mais nessa mudança na medida em que elegeu um trabalhador para a Presidência da República, instalando a classe trabalhadora no palco das decisões políticas nacionais. O Governo Lula estancou o processo de privatizações e reverteu a política de Estado mínimo, retomando a prática do planejamento, das políticas públicas setoriais, a função desenvolvimentista das empresas estatais como a Petrobras, a Eletrobrás e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a intervenção econômica de cunho social por meio de uma série de programas de redistribuição que, pela primeira vez, estão mudando substancialmente o perfil da distribuição de renda no Brasil e, conseqüentemente, a estrutura produtiva voltada para o atendimento de nova demanda.

Começam a surgir formulações teóricas de sustentação à nova linha política, mas é prematuro fazer qualquer destaque e qualquer apreciação de algo que está ainda em seu nascedouro e cujos desdobramentos ainda não são previsíveis. Há razões, entretanto, e boas, como também fatos positivos capazes de alimentar boa dose de otimismo. A reconhecida resistência maior do Brasil aos efeitos negativos da grande crise financeira mundial é um desses fatos auspiciosos, que não podem, entretanto, ser ainda comemorados, face às incertezas que ainda cercam este fenômeno da Crise.

Importante, eu penso, é caracterizar as três grandes vertentes que, nos dias de hoje, podem compreender quase toda a gama de ideias políticas professadas, com nuances, entre nós. São as mesmas, aliás, que se mostram presentes, e de alguma forma influentes, no mundo todo. São elas:

A vertente liberal, que valoriza a democracia liberal e enfatiza a liberdade absoluta de iniciativa, exige o enxugamento do Estado até o ponto da presença mínima na economia, considerando essa presença um elemento perturbador do processo econômico livre e competitivo que produz o progresso. É a vertente que considera natural a existência de diferenças, mesmo grandes, entre

ricos e pobres, devendo ser realisticamente aceitas como inevitáveis, próprias da sociedade humana; é também a vertente que vê o Mercado como o grande mecanismo racionalizador das decisões, e as empresas como as agências decisórias por excelência, absolutamente autônomas, que podem e devem ter responsabilidade social e consciência ambiental, por elas mesmas.

A vertente que chamo genericamente de socialista, que hoje considera essencial a democracia mas enfatiza a questão da justiça social, do bem-estar geral e da igualdade estrutural entre as pessoas, que a democracia clássica, liberal, não conseguiu nem pretende implantar. É a vertente que pensa que as desigualdades sociais são fruto da dominação dos interesses do capital, dos detentores do capital e do poder aquisitivo, que comandam o mercado, devendo o Estado necessariamente intervir, por meio de políticas de redistribuição, para reduzir tais desigualdades, incompatíveis com uma sociedade harmônica. Essa intervenção do Estado pode e deve ser direta na economia, sempre que necessária, para implantar agências produtivas destinadas a atender as demandas que o mercado não reconhece porque não se manifestam sob a forma de dinheiro. O Estado tem também o dever de cuidar da preservação do meio ambiente, em favor do bem-estar das futuras gerações.

A terceira é a vertente positivista, que não valoriza tanto a democracia, na medida em que desvaloriza a política e despreza a contenda ideológica, vista como frivolidade ultrapassada de um estado metafísico. Sustentam os positivistas, cujo número é muito maior do que o que se explicita partidariamente, que todos os problemas de uma nação se resolvem com o uso da ciência e da racionalidade, com a aplicação competente do método científico por cima das paixões políticas e das ideologias.

Claro que há ainda outras linhas de pensamento de menor expressão, como a dos marxistas ortodoxos, que ainda desacreditam de qualquer solução que não passe pela revolução; as de filiação anarquista, que se dizem de esquerda, mas têm ojeriza ao Estado; e ainda outras que apresentam os mais variados matizes, como aquelas linhas políticas de fundo religioso, explicitamente existentes em países onde o Estado ainda não é laico, mas presentes também, em maior ou menor grau, em estados laicos como o nosso. As grandes correntes de opinião, todavia, tanto no Brasil como no mundo, podem ser razoavelmente enquadradas numa das três grandes vertentes acima mencionadas.

A vertente liberal reduziu-se, é verdade, com o impacto da crise mundial que evidenciou a necessidade de haver controles estatais sobre o mercado financeiro que, livre, tende à especulação espiralada e finda causando enormes danos à produção com a explosão das suas bolhas especulativas. Mas o fundo, a essência das suas teses de economia pura de mercado vai permanecer viva, qualquer que seja a solução intervencionista adotada em âmbito internacional com vistas a prevenir novas crises. O Brasil, pela consistência da política que pratica internamente, e pelo prestígio mundial de que o seu presidente desfruta, atravessa um momento extremamente propício ao exercício de uma influência marcante na definição dessas novas regras de controle sobre as finanças internacionais.

O melhor fecho que posso dar a este Roteiro é uma boa bibliografia, compreendendo os livros que me orientaram na sua elaboração e também aqueles outros que, embora não tenham sido lidos pelo autor, chegam ao meu conhecimento como sendo importantes para quem quiser aprofundar-se no entendimento de cada uma das correntes de pensamento referidas neste texto. Também a bibliografia é destinada não a acadêmicos, professores ou estudantes da especialidade, mas a leigos, principalmente a políticos interessados em saber algo mais sobre as ideias que animaram e ainda animam a atividade política em nosso país e no mundo ocidental.

Bibliografia

IDEIAS POLÍTICAS NO MUNDO

- BOBBIO, Norberto. *O filósofo e a política* (organ. José Fernández Santillán). Trad. César Benjamin e Vera Ribeiro. RJ: Ed. Contraponto, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política* (org. por Michelangelo Bovero). Trad. Daniela Versiani. RJ: Edit. Campus, 2000.
- CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das ideias políticas*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. RJ: Jorge Zahar Editor, 1990.
- MACFARLANE, L. J. *Teoria política moderna*. Trad. Jório Dauster M. e Silva. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- MOSCA, Gaetano. *História das doutrinas políticas*. Trad. Marco Aurélio de Souza Marques. RJ: Zahar Editores, 1958.
- WEFFORT, Francisco (organizador), *Os clássicos da política*. SP: Edit. Ática 1989. 2 vols.

ANTIGUIDADE

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômano*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. SP: Edit. Abril Cultural (col. Os Pensadores), 1973.
- ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Edit. Universidade de Brasília, 1985.

- CÍCERO, Marco Túlio. *Da República* Trad. RJ: Edições de Ouro s/d.
- MANON, Simone. *Platão*. Trad. Flávia Cristina de Souza Nascimento. SP: Ed. Martins Fontes, 1992.
- PLATÃO. *Diálogos: o banquete, Fédon, sofista, político*. Trad. José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. SP: Ed. Abril Cultural (col. Os Pensadores), 1972.
- PLATÃO. *Górgias* Trad. Jaime Bruna. RJ: Ed. Bertrand Brasil, 1989.
- PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena de Rocha Pereira. Lisboa:Ed. Fund. Calouste Gulbenkian. s/d.
- TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso* Trad. Ana Lia Almeida Prado. SP: Ed. Martins Fontes, 1999.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Trad. Ísis Borges da Fonseca RJ: Edit. DIFEL, 1977.

IDADE MÉDIA

- AGOSTINHO, Santo. *A cidade de Deus*. Trad. Oscar Paes Leme Petrópolis: Ed. Vozes 1999. (2 vol.)
- AGOSTINHO, Santo. *A natureza do Bem*. Trad. Carlos Ancêde Nougé RJ: Ed. Sétimo Selo, 2005.
- JEAUNEAU, Édouard *História breve da filosofia medieval* Trad. Miguel Freitas da Costa. Lisboa: Editorial Verbo, 1968.
- TOMÁS DE AQUINO, Santo. *Escritos políticos* Trad. Francisco Benjamin de Souza Neto Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

CIÊNCIA E RENASCIMENTO

- BACON, Francis. *Novum organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Trad. José Aluysio Reis de Andrade. SP: Ed. Abril Cultural (col. Os Pensadores) 1973.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe e escritos políticos*. Trad. Lívio Xavier. SP: Ed. Abril Cultural (col. Os Pensadores), 1973.

MORE, Thomas. *A utopia*. Trad. Luís de Andrade. 2ª ed. SP: Ed. Abril Cultural (col. Os Pensadores), 1979.

LIBERDADE, CIDADANIA E DEMOCRACIA

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O federalista*. SP: Edit. Abril Cultural (col. Os Pensadores), 1973.

HOBBS, Thomas. *Leviatã* Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2ª ed. SP: Ed. Abril Cultural (col. Os Pensadores) 1979.

HUME, David. *Ensaio políticos*. Trad. Jacy Monteiro. SP: Ed. IBRASA (col. Clássicos da Democracia), 1963.

JEFFERSON, Thomas. *Escritos políticos*. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. SP: Ed. IBRASA (col. Clássicos da Democracia), 1964.

KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Trad. Rodrigo Naves e Ricardo Terra. SP: Ed. Brasiliense, 1986.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Trad. Artur Mourão Lisboa: Edições 70.

LOCKE, John, *Segundo tratado sobre o governo*. Trad. Jacy Monteiro. SP: Ed. IBRASA (col. Clássicos da Democracia), 1963.

LOCKE, John. *Carta a respeito da tolerância*. Trad. Jacy Monteiro. SP: Ed. IBRASA (col. Clássicos da Democracia), 1964.

MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal*. Trad. Nathanael Caixeiro. RJ: Zahar Editores 1978.

MACPHERSON, C. B. *Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes Locke* Trad. Nelson Dantas. RJ: Ed. Paz e Terra 1979.

MILL, John Stuart. *A lógica das ciências morais*. Trad. Alexandre Braga Massella. SP: Edit. Iluminuras, 1999.

MILL, John Stuart. *Considerações sobre o governo representativo*. Trad. Jacy Monteiro SP: Ed. IBRASA (col. Clássicos da Democracia), 1964.

MONTESQUIEU, Barão de La Brède et de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*. Trad. Vera Ribeiro. RJ: Edit. Contraponto, 2002.

MONTESQUIEU, Barão de La Brède et de. *Do espírito das leis*. Trad SP: Ed. Abril Cultural (col. Os Pensadores), 1973.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social — discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Lourdes Santos Machado. SP: Ed. Abril Cultural (col. Os Pensadores), 1973.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Trad. J. A. G. Albuquerque. SP: Ed. Abril Cultural (col. Os Pensadores), 1973.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia e outros escritos*. Trad. Maurício Tragtenberg. SP: Edit. Abril Cultural (col. Os Pensadores), 1974.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. SP: Ed. Cultrix ,1985.

A LUTA PELA IGUALDADE E PELA JUSTIÇA

SOCIALISMO UTÓPICO

ABENSOUR, Miguel. *O novo espírito utópico*. Trad. Claudio Stieltjes, Lucy de Moura, Lygia Watanabe, Urias Arantes. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

FOURIER, Charles. *O novo mundo industrial e societário*. Trad. Patrícia Boanova. Porto: Ed. Henrique Carneiro , 1973.

RUSS, Jacqueline. *O socialismo utópico*. Trad. Paulo Neves. SP: Ed. Martins Fontes, 1991.

MARXISMO E SOCIALISMO

ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo* Trad. Denise Bottmann. SP: Ed. Brasiliense, 1984.

BOBBIO, Norberto. *Qual socialismo?* Trad. Iza de Salles Freaza. SP: Ed. Paz e Terra, 1983.

DURKHEIM, Emilio. *El socialismo*. Trad. Ramón Ramos Torre. Madrid: Ed. Nacional, 1982.

EATON, John. *Socialismo contemporâneo*. Trad. Giasone Rebuá. RJ: Zahar Editores 1962.

- HEGEL, G. W. F. *A filosofia do espírito* (Enciclopédia das Ciências Filosóficas), Trad. Paulo Meneses e José Machado. SP: Ed. Loyola, 1995.
- HEGEL, G. W. F. *The philosophy of right*. Trad. T.M. Knox Chicago: Ed. Encyclopedia Brittanica, 1952.
- HEGEL, G.W.F. *the philosophy of history* Trad. J. Sibree. Chicago: Ed. Encyclopedia Brittanica , 1952.
- KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Trad. Estela dos Santos Abreu RJ: Ed. Contraponto & EDUERJ, 2002.
- LASKI, Harold. *O Manifesto Comunista de 1848*. Trad. Regina Lúcia F. de Moraes. RJ: Zahar Editores, 1967.
- LEFRANC, Georges. *O socialismo reformista* Trad. Maria Teresa Ramos. SP: Ed. DIFEL, 1974.
- LÊNIN, V.I. *Obras escolhidas*. RJ: Edit. Vitória 1955. (3 vol.)
- MACPHERSON, C. B. *Ascensão e queda da justiça econômica*. Trad. Luiz Alberto Monjardim. SP: Ed. Paz e Terra, 1991.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Obras escolhidas* RJ: Edit. Vitória, 1956. (3 vol.)
- MARX, Karl *Manuscritos econômico filosóficos e outros textos*. Trad. José Carlos Bruni SP: Ed. Abril Cultural (col. Os Pensadores), 1974.
- MARX, Karl. *El capital*. Trad. Wenceslao Roces. Cidade do México: Ed. Fondo de Cultura Econômica. (3 tomos, 5 vols)
- MEYER, Thomas *Socialismo democrático: uma introdução* Trad. Reinaldo Guarany. SP: Ed. Paz e Terra & Fund. Friedrich Ebert, 1983.
- MOCH, Jules. *Socialismo vivo* Trad. M. B. Ferreira. Lisboa: Ed. Livraria Moraes Editora,, 1964.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de o capital de Marx*. Trad. César Benjamin. RJ: Ed. Contraponto & EDUERJ, 2001.
- SWEEZY, Paul . *Socialismo*. Trad. Giasone Rebuá e Maurício Caminha de Lacerda. RJ: Zahar Editores, 1959.

POSITIVISMO

- COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva & discussão sobre o espírito positivo* Trad. José Arthur Giannotti. SP: Ed. Abril Cultural, 1973.

PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

- ARENDDT, Hannan. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. SP: Ed. Perspectiva, 2005.
- WEBER, Max *Ciência e política: duas vocações*. Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. SP: Ed. Cultrix, 1985.
- WEBER, Max *Ensaio de sociologia e outros escritos*. Trad. Maurício Tragtenberg. SP: Ed. Abril Cultural (col. Os Pensadores), 1974.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo* Trad. De M. Irene, F. Szmrecsanyi e Tamas Szmrecsanyi. SP: Ed. Pioneira, 1967.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsaba. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1991.

MOMENTO ATUAL

- HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. Trad. José Heck. RJ: Edit. Guanabara 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Trad. Guido Antônio de Almeida RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad. Flávio Kothe RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. *Théorie de l'agir communicationnel*. Trad. Jean-Marc Ferry. Ed. Fayard, 1987. (2 vol.)
- INGRAM, David. *Habermas e a dialética da razão* Trad. Sérgio Bath. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1987.
- OLIVEIRA, Nythamar de. *Rawls*. RJ: Jorge Zahar Editor (col. Passo a Passo), 2003.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Trad. Vamireh Chacon. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- SIEBENEICHLER, Flávio Beno. *Jürgen Habermas*. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1989.

IDEIAS POLÍTICAS NO BRASIL

- BARRETO, Vicente. *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- CRIPPA, Adolpho (organiz.) *As ideias políticas no Brasil*. SP: Ed. Convívio, 1979. (2 vols.)
- MENEZES, Djacir (organiz.). *O Brasil no pensamento brasileiro*. Brasília: Ed. Senado Federal, 1998.
- PAIM, Antônio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. SP: Ed. Universidade de São Paulo & Editorial Grijalbo, 1974.
- ROMERO, Sylvio. *Obra filosófica* (org. Luís W. Vita). RJ: Ed. Livraria José Olympio & Universidade de São Paulo, 1969.
- SALDANHA, Nelson Nogueira. *História das ideias políticas no Brasil*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2001.
- WEFFORT, Francisco. *Formação do pensamento político brasileiro*. SP: Ed. Ática, 2006.

INDEPENDÊNCIA E PRIMEIRO REINADO

- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Projetos para o Brasil* (org. Miriam Dolnikoff), SP: Ed. Companhia das Letras, 1998.
- ARINOS, Afonso (introd.) *O constitucionalismo de D. Pedro I* (Edição Fac-Similar), Brasília: Ed. Senado Federal, 2003.
- BARRETO, Vicente. *Ideologia e política no pensamento de José Bonifácio*. RJ: Zahar Editores, 1977.
- PAIM, Antônio. *Cairu e o liberalismo econômico*. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1968.
- PEREIRA DE VASCONCELOS, Bernardo. *Manifesto político e exposição de princípios* Brasília: Ed. Senado Federal & Univ. de Brasília, 1978.
- SOUZA MONTENEGRO, João Alfredo de. *O discurso autoritário de Cairu*. Brasília: Ed. Senado Federal,, 2000.
- VÁRIOS AUTORES. “José Bonifácio: Quem foi o gênio da Independência” *In Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 2, n° 24 RJ: setembro de 2007.

SEGUNDO REINADO E ABOLICIONISMO

- ALONSO, Ângela. *Joaquim Nabuco* SP: Ed. Companhia das Letras, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II* SP: Ed. Companhia das Letras, 2007.
- CHACON, Vamireh. *Joaquim Nabuco: revolucionário conservador* Brasília: Ed.Senado Federal, 2000.
- GÓES E VASCONCELOS, Zacarias. *Da Natureza e limites do Poder Moderador*. Brasília: Ed. Senado Federal & Univ. de Brasília, 1978.
- NABUCO DE ARAUJO, José Thomaz. *O centro liberal*. Brasília: Ed. Senado Federal , 1979.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. SP: Ed. Companhia das Letras, 1999.
- SOUZA, Braz Florentino Henriques de *Do poder moderador*. Brasília: Ed. Senado Federal & Univ. de Brasília , 1978.

REPÚBLICA, POSITIVISMO E VARGAS

- ARINOS FILHO, Afonso *Diplomacia independent ; um legado de Afonso Arinos*. SP: Edit. Paz e Terra, 2001.
- BARBOSA, Rui *República: teoria e prática* (org. Hildon Rocha) Petrópolis: Editora Vozes & Câmara dos Deputados, 1978.
- CAMPOS, Francisco *O estado nacional*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2001.
- CARNEIRO, Paulo (organiz.) *Ideias políticas de Júlio de Castilhos* Brasília: Ed. Senado Federal & Casa de Rui Barbosa , 1982.
- FOSTER DULLES, John W. *Getúlio Vargas biografia política* Trad. Sérgio e Marisa Bath. RJ: Edit. Renes, 1967.
- LAMOUNIER, Bolivar. *Rui Barbosa e a construção institucional da democracia brasileira*. RJ: Ed. Nova Fronteira, 1999.
- LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas - os anos críticos 1934-38*. Trad. Raul de Sá Barbosa. RJ: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de & PILA, Raul. *Presidencialismo ou Parlamentarismo?* Brasília: Ed. Senado Federal, 1999.

- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Afonso arinos no Congresso — cem discursos parlamentares* (org. Afonso Arinos, Filho) Brasília: Ed. Senado Federal, 1999.
- PAIM, Antonio (organ.) *O apostolado positivista e a República* Brasília: Ed. Câmara dos Deputados e Universidade de Brasília, 1981.
- REIS, Aarão. *Economia política, finanças e contabilidade*. RJ: Ed. Escola Politécnica do Rio de Janeiro & Imprensa Nacional, 1918.
- ROCHA LIMA, Valentina da (organiz.). *Getúlio: uma história oral*. RJ: Ed. Record, 1986.
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Caxias do Sul: Ed. Universidade de Caxias do Sul & Esc. Sup. de Teologia S. Lourenço de Brindes, 1980.
- SOARES D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas*. RJ: Zahar Editores, 1982.
- STREET, Jorge *Ideias sociais de Jorge Street* (org. Evaristo de Moraes Filho), Brasília: Ed. Senado Federal & Fund. Casa de Rui Barbosa, 1980.
- VÁRIOS AUTORES. *O ideal republicano de Benjamin Constant*. Ed. Comem. Cent. Nasc. B. Constant , Jornal do Commercio & Rodrigues e Cia.. Rio, 1936.

MARXISMO E SOCIALISMO BRASILEIROS

- HOUAISS, Antônio & AMARAL, Roberto *Socialismo: vida, morte e ressurreição*. Petrópolis: Ed. Vozes , 1993.
- MANGABEIRA, João (org. Francisco de Assis Barbosa). *Ideias políticas de João Mangabeira* . Brasília: Ed. Senado Federal & Fund. Casa de Rui Barbosa, 1980.
- MORAES FILHO, Evaristo de *Medo à Utopia*. RJ: Ed. Nova Fronteira, 1985.
- MORAES FILHO, Evaristo de & OUTROS. *História do Marxismo no Brasil*. RJ: Ed. Paz e Terra, 1991.
- MORAES FILHO, Evaristo de (organiz.). *O socialismo brasileiro*. Brasília: Ed. Câmara dos Deputados & Univ. de Brasília, s/d.
- PAIM, Antônio. *O socialismo brasileiro*. Brasília: Ed. Inst. Teotônio Vilela, 2000.
- PRADO JUNIOR, Caio *A revolução brasileira* .7ª ed. SP: Edit. Brasiliense, 1987.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. SP:Edit. Brasiliense, 1953.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 27ª ed.. SP: Edit. Brasiliense, 1982.

INTEGRALISMO

SALGADO, Plínio. *O que é o Integralismo*. RJ: Ed. Schmidt, 1933.

SALGADO, Plínio *O esperado*. SP: Cia. Editora Nacional, 1931.

DESENVOLVIMENTISMO, ISEB E CEPAL-BNDE.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro - o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. RJ: Ed. IPEA/INPES, 1988.

CORBISIER, Roland. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. RJ: Ed. ISEB, 1960.

CORBISIER, Roland. *Filosofia política e liberdade* RJ: Ed. Paz e Terra, 1975.

CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira* RJ: Ed. ISEB, 1959.

CORBISIER, Roland. *Reforma ou revolução?* RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

FURTADO, Celso & TAVARES, Maria da Conceição. *América Latina: ensaios de interpretação econômica* RJ: Ed. Paz e Terra, 1976.

FURTADO, Celso. *A economia brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)*, RJ: Edit. A Noite, 1954.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira* RJ: Ed. Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. *Brasil, a construção interrompida*. RJ: Ed. Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência*. RJ: Ed. Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. RJ: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo* RJ: Ed. Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil* 17ª ed. SP: Cia Editora Nacional, 1980.

- FURTADO, Celso. *O Brasil pós-“milagre”* RJ: Ed. Paz e Terra, 1981.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico* RJ: Ed. Paz e Terra 1974.
- FURTADO, Celso. *Perspectivas da economia brasileira* RJ: Ed. ISEB, 1958.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. RJ: Ed. Saga, 1968.
- JAGUARIBE, Hélio *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. RJ: Ed. Fundo de Cultura, 1962.
- JAGUARIBE, Hélio *Problemas do desenvolvimento latino-americano*. RJ: Ed. Civilização Brasileira 1967.
- JAGUARIBE, Hélio. *Brasil: crise e alternativas*. RJ: Zahar Editores, 1974.
- JAGUARIBE, Hélio. *Condições institucionais do desenvolvimento*. RJ: Ed. ISEB, 1958.
- JAGUARIBE, Hélio. *Sociedade e política*. RJ: Ed. Jorge Zahar, 1986.
- JAGUARIBE, Hélio. *O Nacionalismo na atualidade brasileira*. RJ: Ed. ISEB, 1958.
- LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento 1974-76 (sonho e fracasso)*, Campinas: Ed. Unicamp,, 1998.
- LESSA, Carlos. *O conceito de política econômica (ciência e/ou ideologia?)*, Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- MENDES, Cândido. *Perspectiva atual da América Latina*. RJ: Ed. ISEB, 1963.
- MENDES, Cândido. *A democracia desperdiçada*. RJ: Ed. Nova Fronteira, 1992.
- MENDES, Cândido. *Mementos dos vivos : a esquerda católica no Brasil*. RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1966.
- MENDES, Cândido. *Nacionalismo e desenvolvimento*. RJ Inst. Brasileiro de Estudos Afro- Asiáticos, 1963.
- RAMOS, Guerreiro. *Administração e estratégia do desenvolvimento* RJ: Ed. Fund. Getúlio Vargas, 1966.
- RAMOS, Guerreiro. *Condições sociais do poder nacional* RJ: Ed. ISEB, 1957.
- RAMOS, Guerreiro. *Ideologias e segurança nacional*. RJ: Ed. ISEB, 1957.
- RAMOS, Guerreiro. *Mito e verdade da revolução brasileira*. RJ: Zahar Editores, s/d.

- RANGEL, Ignacio. *A inflação brasileira* RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1963.
- RANGEL, Ignacio. *Dualidade básica da economia brasileira*. RJ: Ed. ISEB, 1957.
- RANGEL, Ignacio. *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro* Salvador: Livr. Progresso Editora, 1957.
- RANGEL, Ignacio. *Recursos ociosos na economia nacional* RJ: Ed. ISEB, 1960.
- TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luiz. *Desajuste global* RJ: Ed. Paz e Terra, 1993.
- TAVARES, Maria da Conceição e OUTROS *Globalização e socialismo*. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1981.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. RJ: Ed. Zahar, 1978.
- VÁRIOS AUTORES. *BNDES : um banco de ideias (50 anos refletindo o Brasil)*, RJ: Ed. BNDES, 2002.
- VÁRIOS AUTORES. *Introdução aos problemas do Brasil* RJ: Ed. ISEB, 1956.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ciência e existência*. RJ: Ed. Paz Terra, 1969.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. RJ: Ed. ISEB, 1959.
- WERNECK SODRÉ, Nelson. *As classes sociais no Brasil*. RJ: Ed. ISEB, 1957.
- WERNECK SODRÉ, Nelson. *História da burguesia brasileira*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1964.
- WERNECK SODRÉ, Nelson. *Introdução à revolução brasileira* RJ: Livr. José Olympio Editora, 1958.
- WERNECK SODRÉ, Nelson. *O Tratado de Methuen*. RJ: Ed. ISEB, 1957.
- WERNECK SODRÉ, Nelson. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. RJ: Ed. ISEB, 1960.

NEOLIBERALISMO E MOMENTO ATUAL

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Do outro lado da cerca* RJ: Ed. APEC, 1968.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Economia, planejamento e nacionalismo* RJ: Ed. APEC, 1963.

DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. *Paradoxos do Liberalismo*. RJ: Ed. IUPERJ: & Vértice, 1988.

PAIM, Antônio. *Liberalismo contemporâneo* RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1995.

Este livro foi composto
em Adobe Garamond Pro
e Helvetica.
Papel miolo offset 90g.
Impresso na Gráfica Bartira.
para a Publisher Brasil
e Editora Perseu Abramo,
no inverno de 2009.